

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AGRICULTURA FAMILIAR E PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL: EFEITOS DA  
IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES  
PARA OS TRABALHADORES RURAIS**

**Marilza Aparecida Biolchi  
Orientador: Prof. Dr. Sergio Schneider**

**Porto Alegre  
2002**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AGRICULTURA FAMILIAR E PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL: EFEITOS  
DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE APOSENTADORIAS E  
PENSÕES PARA OS TRABALHADORES RURAIS**

**Marilza Aparecida Biolchi  
Orientador Prof. Dr. Sergio Schneider**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como quesito parcial para obtenção do Grau de Mestre Desenvolvimento Rural - Área de Concentração em Desenvolvimento Rural.

Série PGDR - Dissertação n.º 014  
Porto Alegre  
2002

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

A Banca Examinadora abaixo relacionada aprovou, no *dia 05 de abril de 2002*, a Dissertação de *Marilza Aparecida Biolchi* com o título *Agricultura Familiar e Previdência Social Rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais* como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural - Área de Concentração em Economia Rural

**Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Sergio Schneider (Orientador- Presidente, Depto de Sociologia/UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil (PGDR/Depto Ciências Econômicas/UFRGS)

Prof. Dr. Odaci Luiz Coradini (Depto de Ciência Política/UFRGS)

Prof. Dr. Zander Soares de Navarro (PGDR/Depto de Sociologia/UFRGS)

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, especialmente aos meus pais, pelo carinho, incentivo e por transformarem simples instantes de nossa convivência em grandes momentos.

Ao meu Orientador, Prof. Sergio Schneider, pela sua dedicação e empenho no processo de aprendizado no decorrer do Mestrado e pela sua grandiosa orientação e motivação durante a realização deste trabalho de dissertação.

Ao Prof. Paulo Dabdab Waquil, pelas suas valiosas contribuições no decorrer do Mestrado e na realização desta dissertação.

Ao IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, especialmente ao Sr. Guilherme Delgado, pelo fornecimento do banco de dados da pesquisa sobre a Previdência Social Rural realizada na região Sul do Brasil.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa de estudos, o que tornou possível a realização do Mestrado.

À FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, pelo auxílio financeiro para participação em eventos acadêmicos.

À Eliane Sanguiné, Coordenadora Operacional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, pela sua amizade, dedicação e profissionalismo. Agradeço também às estagiárias Silvana Stefenon e Catiane Senter, pela prestatividade e eficiência na realização das suas funções.

À Assessoria de Imprensa do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) de Porto Alegre, pelo fornecimento de dados e informações necessárias à realização deste estudo.

Às Gerências Executivas do INSS de Santa Maria e Ijuí, pela agilidade no fornecimento dos dados referente aos de benefícios rurais concedidos nos municípios de Arroio do Tigre e Cândido Godói.

À Emater e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio do Tigre, e à Secretaria da Agricultura de Cândido Godói, pela colaboração e empenho durante a realização da pesquisa de campo nesses municípios.

Aos colegas, pela agradável convivência durante o Mestrado. Agradeço especialmente à Suzel Lisiane Jansen, pela amizade, companheirismo e pelas inúmeras vezes que dedicou parte de seu tempo para me auxiliar no esclarecimento de dúvidas, principalmente em relação ao trabalho operacional com o banco de dados utilizado neste estudo.

Certamente estarei deixando de mencionar o nome de muitas pessoas nesse momento, mas quero deixar registrado meu agradecimento a todos que mesmo indiretamente contribuíram para que este trabalho de dissertação pudesse ser realizado.

## SUMÁRIO

|   | <b>Página</b> |
|---|---------------|
| LISTA DE TABELAS .....  | iii           |
| LISTA DE GRÁFICOS .....   | v             |
| LISTA DE MAPAS .....  | v             |
| LISTA DE ABREVIATURAS .....   | vi            |
| RESUMO .....  | viii          |
| ABSTRACT .....  | ix            |
| <br>  |               |
| INTRODUÇÃO .....  | 1             |
| <br>  |               |
| CAPÍTULO I: Políticas Públicas, Previdência Social e Agricultura Familiar   |               |
| 1.1 Origem do Sistema Previdenciário Brasileiro e a Inserção dos<br>Trabalhadores Rurais nos Planos de Benefícios da Previdência Social ..... | 11            |
| 1.1.1 As Mudanças a partir da Constituição Federal de 1988.....   | 16            |
| 1.2 O Papel da Representação dos Trabalhadores Rurais na Conquista dos<br>Direitos Previdenciários .....                                      | 19            |
| 1.2.1 Mobilizações no Rio Grande do Sul .....   | 21            |
| 1.3 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar .....  | 25            |
| 1.3.1 A Importância da Agricultura Familiar .....   | 27            |
| <br>  |               |
| CAPÍTULO II: Os Impactos da Previdência Rural nos três Estados da Região<br>Sul do Brasil: uma análise comparativa                            |               |
| 2.1 Referencial Metodológico .....  | 34            |
| 2.1.1 Base de Dados e Unidade de Análise .....  | 34            |
| 2.1.2 O Trabalho com o Banco de Dados do IPEA .....   | 38            |
| 2.2 Principais Características dos Beneficiários da Previdência Rural .....   | 39            |
| 2.3 Característica das Moradias .....   | 49            |
| 2.4 Rendimento Familiar e Atividade Econômica dos Domicílios .....  | 57            |
| 2.4.1 Rendimentos Domiciliares .....  | 58            |

|  |     |
|--|-----|
| 2.4.2 Atividade Rural Predominante e Forma de Utilização dos Benefícios .....            | 63  |
| 2.4.3 Relações de Trabalho .....   | 69  |
| 2.4.4 Gastos Domiciliares .....  | 73  |
| <br>   |     |
| CAPÍTULO III: Agricultura Familiar e Previdência Rural no Rio Grande do Sul              |     |
| <br>   |     |
| 3.1 Referencial Metodológico .....   | 79  |
| 3.1.1 A Coleta de Dados sobre os Beneficiários Gaúchos .....                             | 80  |
| 3.1.2 Critérios de Escolha dos Municípios .....  | 81  |
| 3.1.3 Procedimentos para Realização das Entrevistas .....                                | 84  |
| 3.2 Características dos Municípios .....   | 85  |
| 3.2.1 Arroio do Tigre .....  | 86  |
| 3.2.2 Cândido Godói .....  | 93  |
| 3.3 Público Beneficiário .....   | 100 |
| 3.4 A Importância dos Benefícios para o Meio Rural Gaúcho .....                          | 102 |
| 3.4.1 A Importância dos Benefícios para as Famílias Rurais .....                         | 103 |
| 3.4.2 A Importância dos Benefícios para a Economia dos Municípios .....                  | 117 |
| 3.4.3 O Impacto dos Benefícios Previdenciários sobre o Processo Produtivo Agrícola ..... | 125 |
| <br>   |     |
| CONCLUSÃO .....  | 132 |
| <br>   |     |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 139 |
| <br>   |     |
| ANEXOS .....   | 143 |
| ANEXO I - Questionário Utilizado na Pesquisa do IPEA .....                               | 144 |
| ANEXO II - Relação dos Municípios Selecionados na Pesquisa do IPEA .....                 | 160 |
| ANEXO III - Grupos Homogêneos Rio Grande do Sul .....                                    | 163 |
| ANEXO IV - Roteiros das Entrevistas da Pesquisa de Campo .....                           | 164 |

## LISTA DE TABELAS

|             |   | <b>Página</b> |
|-------------|---|---------------|
| Tabela 1 -  | Alguns Indicadores Globais da Universalização Previdenciária pós-1992 .....   | 31            |
| Tabela 2 -  | Benefícios Rurais Mantidos no Rio Grande do Sul na Década de 1990 .....   | 32            |
| Tabela 3 -  | Estrutura Etária dos Beneficiários da Previdência Rural, segundo o Sexo, em percentual .....                        | 41            |
| Tabela 4 -  | Zona e Localização das Residências dos Beneficiários da Previdência Rural, em percentual de domicílios .....        | 45            |
| Tabela 5 -  | Nível de Escolaridade dos Beneficiários da Previdência Rural, em percentual .....                                   | 46            |
| Tabela 6 -  | Condições de Propriedade dos Domicílios, em percentual .....  | 51            |
| Tabela 7 -  | Características Físicas dos Domicílios, em percentual .....   | 52            |
| Tabela 8 -  | Condições de Acesso à Infra-Estrutura, em percentual .....  | 54            |
| Tabela 9 -  | Acesso a Bens Duráveis de Consumo, em percentual de domicílios em cada item .....                                   | 56            |
| Tabela 10 - | Renda Domiciliar Mensal Total – Região Sul, por faixa salarial ....   | 60            |
| Tabela 11 - | Renda Domiciliar Mensal Total, por faixa salarial .....   | 60            |
| Tabela 12 - | Renda Mensal do Benefício Previdenciário, por faixa de salário mínimo .....   | 61            |
| Tabela 13 - | Renda Mensal da Ocupação Principal, por faixa de salário mínimo .....   | 63            |
| Tabela 14 - | Utilização do Benefício na Atividade Rural e Forma de Utilização, em percentual de domicílios .....                 | 67            |
| Tabela 15 - | Relação das Pessoas de 10 anos ou mais com a Atividade Econômica, segundo o Ramo de Atividade, em percentual .....  | 70            |
| Tabela 16 - | Relação das Pessoas de 10 anos ou mais com a Atividade Econômica, segundo a Ocupação Principal, em percentual ..... | 71            |
| Tabela 17 - | Despesas Médias Mensais por Domicílio e Contribuição Média de cada Item de Despesa na Despesa Total .....           | 74            |
| Tabela 18 - | Número de Benefícios Rurais Mantidos por Gerência Executiva do INSS Rio Grande do Sul no Mês de Abril de 2001 ..... | 80            |
| Tabela 19 - | Evolução da População de Arroio do Tigre de 1970 a 1991 .....   | 87            |

|             |   |     |
|-------------|---|-----|
| Tabela 20 - | Estrutura Fundiária de Arroio do Tigre – 1970 a 1996 .....  | 88  |
| Tabela 21 - | Valor da Produção, Quantidade Produzida e Rendimento Médio dos Principais Produtos Cultivados em Arroio do Tigre em 1997 .. | 89  |
| Tabela 22 - | Evolução da População de Cândido Godói de 1970 a 2000 .....   | 94  |
| Tabela 23 - | Estrutura Fundiária de Cândido Godói – 1970 a 1996 .....  | 94  |
| Tabela 24 - | Valor da Produção, Quantidade Produzida e Rendimento Médio dos Principais Produtos Cultivados em Cândido Godói em 1997 ..   | 96  |
| Tabela 25 - | Benefícios Previdenciários e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 1998 .....                                       | 118 |
| Tabela 26 - | Valor dos Benefícios Previdenciários e do Crédito do Pronaf no período de 1999 a 2001 .....                                 | 120 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   | <b>Página</b> |
|---|---------------|
| Gráfico 1 – Beneficiários da Previdência Rural .....                  | 39            |
| Gráfico 2 – Tipo de Benefício Recebido .....                          | 44            |
| Gráfico 3 – Estado Civil dos Beneficiários da Previdência Rural ..... | 48            |
| Gráfico 4 – Responsável por Estabelecimento Rural .....               | 64            |
| Gráfico 5 – Atividade Rural Predominante .....                        | 65            |

## LISTA DE MAPAS

|  | <b>Página</b> |
|--|---------------|
| Mapa 1 – Municípios Selecionados ..... | 84            |
| Mapa 2 – Grupos Homogêneos .....       | 163           |

## LISTA DE ABREVIATURAS

- AEPS – Anuário Estatístico da Previdência Social
- BPC – Benefício de Prestação Continuada
- CAP – Caixa de Aposentadorias e Pensões
- CEME – Central de Medicamentos
- CLPS – Consolidação das Leis da Previdência Social
- CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
- DATAPREV – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
- DESER – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
- DRT – Delegacia Regional do Trabalho
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAG – Frente Agrária Gaúcha
- FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
- FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
- FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
- FPE – Fundo de Participação dos Estados
- FPM – Fundo de Participação dos Municípios
- FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
- FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
- IAP – Instituto de Aposentadorias e Pensões
- IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência Social
- IAPB – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários
- IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
- IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IR – Imposto de Renda

ISMA – Índice Social Municipal Ampliado

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPD – Pessoa Portadora de Deficiência

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

RGPS – Regime Geral da Previdência Social

RMV – Renda Mensal Vitalícia

SINPAS – Sistema Nacional de Previdência Social

VBP – Valor Bruto da Produção

## RESUMO

Este estudo analisa os efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões da Previdência Social aos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul a partir das mudanças constitucionais de 1988. O estudo baseia-se nos resultados da pesquisa realizada pelo IPEA sobre a Previdência Social na região Sul do Brasil e em estudos de caso realizados em dois municípios gaúchos. Os resultados revelam que a política de Previdência Social está sendo importante ao meio rural gaúcho na medida em que seus recursos contribuem para aliviar a situação de carência de grande parte das famílias que residem no meio rural, principalmente nos municípios onde a agricultura familiar é a base social e econômica. Os benefícios constituem-se numa importante fonte de renda para as famílias beneficiárias e também para a economia dos municípios. Pode-se dizer também que a maior ou menor dependência desses recursos, seja para as famílias ou para a economia dos municípios, está relacionada com as características da agricultura familiar em cada município (mais ou menos desenvolvida). Desta forma, é possível dizer que os benefícios previdenciários contribuem significativamente para a subsistência das famílias onde há ao menos um beneficiário da Previdência Social. No entanto, embora a maior parte dos estabelecimentos pesquisados sejam ativos, poucos entrevistados declararam utilizar a renda dos benefícios para a manutenção das atividades produtivas agrícolas. Os resultados da pesquisa de campo revelaram também que o recebimento dos benefícios tem contribuído para a inserção social dos aposentados, principalmente em atividades desenvolvidas nas suas comunidades. Além disso, percebeu-se que há uma tendência de maior valorização dos idosos por parte dos familiares na medida em que esses idosos deixam de ser vistos como assistidos e passam para assistentes, principalmente nos domicílios em que os outros membros da família dependem financeiramente das aposentadorias para seu sustento. Em síntese, pode-se dizer que a Previdência Social, em termos de abrangência e valores concedidos, constitui-se em uma das principais políticas públicas para a agricultura familiar gaúcha no período recente, contribuindo para melhorias nas condições econômicas e sociais das famílias beneficiárias do sistema.

## ABSTRACT

This work analyses the effects of the implementation of retirement and pension plans by Social Welfare to rural workers in the state of Rio Grande do Sul, starting from the constitutional changes of 1988. The study is based on the research results obtained by IPEA about the Social Welfare in the South Region of Brazil and in case studies carried out in two municipal districts in Rio Grande do Sul. The results reveal that Welfare politics is being important to the rural environment of Rio Grande do Sul since its resources contribute to relieve the shortage of a number of country-living families, mainly in the districts where familiar agriculture is the social and financial basis. The benefits constitute an important source of income to the beneficiary families and also to the economy of the districts. It may be said that more or less dependency – both to the families or to the economy of the municipal districts – on these resources is related to the characteristics of familiar agriculture – more or less developed – in each district. Thus, it is possible to say that Welfare beneficiaries contribute meaningfully to the subsistence of families with at least one Welfare beneficiary. However, yet most of the researched sites are active, few interviewees declared that use the benefits for the maintenance of productive agricultural activities. The case studies results also revealed that the benefits have been contributing for a social insertion of pensioners, especially in activities developed in their communities. Besides, a tendency of attaching importance to the elderly by relatives was noticed, as they are no longer seen as supported and become supporters, mainly at those residences in which other family members financially depend on the pensions for their maintenance. In a word, in terms of range and conferred values, the Social Welfare may be said to constitute in one of the main public politics for the familiar agriculture in Rio Grande do Sul in recent times, contributing for improvement in social and economic conditions of the families that are beneficiary of the system.

## INTRODUÇÃO

A criação oficial do sistema previdenciário brasileiro ocorreu na década de 1920. Desde o início, os planos de benefícios foram criados para atender grupos estratégicos de funcionários públicos e grupos sociais organizados, os quais eram fundamentais para o funcionamento da economia na época, como por exemplo os ferroviários e portuários. Com a Revolução de 1930, as relações entre capital e trabalho passaram a ser consideradas como “questão de Estado”, o qual assumiu sua regulamentação. As leis sociais apareceram com o propósito de melhorar as condições de trabalho e assegurar certos benefícios aos trabalhadores, uma política pela qual Getúlio Vargas procurava administrar os conflitos sociais da época buscando sustentação política na classe trabalhadora.

No entanto, as leis criadas e os programas previdenciários beneficiavam exclusivamente os trabalhadores urbanos. Os trabalhadores rurais, desde o início, estiveram excluídos da proteção social previdenciária. As mudanças para os trabalhadores rurais somente começaram a acontecer a partir da década de 1960, principalmente em virtude da consolidação do sindicalismo no Brasil como instrumento de representação política dos trabalhadores rurais, destacando-se o papel assumido pelas entidades sindicais na implementação das políticas do Estado nas

áreas de saúde e Previdência Social. A expansão do sistema previdenciário para os trabalhadores rurais em pleno regime militar deveu-se em grande parte pela preocupação do governo de que ocorressem conflitos na área rural, principalmente em decorrência da política de modernização adotada naquele período, que prejudicou a maior parte dos pequenos produtores. Como o programa desenvolvido pelo governo militar visava “integrar” a área rural ao projeto de desenvolvimento nacional, era preciso manter a “paz social” e isso era visto pelo governo como possível através da concessão de direitos aos trabalhadores.

Mesmo havendo avanços na legislação previdenciária, os direitos dos trabalhadores rurais ainda eram reduzidos em relação aos dos trabalhadores urbanos, tanto no valor dos benefícios como na cobertura dos planos. O tratamento diferenciado entre trabalhadores urbanos e rurais somente extinguiu-se com as mudanças introduzidas pela Constituição Federal de 1988, em um contexto de transição do regime autoritário para a democracia. A partir de então, houve a inclusão dos trabalhadores rurais e dos segurados em regime de economia familiar, considerados segurados especiais, nos planos de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Com as novas regras, o valor das aposentadorias que antes era de meio salário mínimo e concedido somente para o chefe da família, passou a ser de um salário mínimo e as mulheres passaram a ter acesso à aposentadoria, independente do cônjuge ser beneficiário ou não. Além disso, a idade de acesso à aposentadoria por idade reduziu-se, ficando fixada em 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres. Em virtude dessas e de outras mudanças, na década de 1990 ocorreu uma significativa alteração no quadro de benefícios da Previdência Social Rural no Brasil,

tanto pelo incremento no número de beneficiários que passaram a integrar o sistema, como no montante de recursos repassados ao meio rural através das aposentadorias e pensões pagas aos agricultores familiares.

Essas mudanças também foram significativas em nível estadual. No decorrer da década de 1990 praticamente dobrou o número total de benefícios pagos pela Previdência Social aos beneficiários rurais do Rio Grande do Sul, destacando-se o incremento no número de aposentadorias por idade. Em virtude da crescente importância da política de Previdência Social Rural, este estudo propõe-se a analisar os resultados dessa política para o meio rural gaúcho, particularmente no que se refere às estratégias de reprodução da agricultura familiar. O estudo justifica-se, por um lado, pela significativa presença da agricultura familiar no Rio Grande do Sul e pelo volume de recursos que estão sendo repassados ao meio rural através da Previdência Social. Por outro lado, pela necessidade de compreensão dos variados mecanismos e estratégias que viabilizam a reprodução social e econômica da agricultura familiar gaúcha no período recente.

A escolha da Previdência Social Rural como tema para esta dissertação de mestrado deveu-se, em parte, pelo interesse pessoal em estudar questões sociais e econômicas relacionadas ao meio rural. Por outro lado, pela importância que a Previdência Social vem assumindo no espaço rural gaúcho e também pela possibilidade de vinculação deste estudo a um projeto de pesquisa que encontra-se em andamento (será mencionado posteriormente) referente políticas públicas, agricultura familiar e pobreza rural no Rio Grande do Sul. Além disso, esta dissertação foi contemplada com a concordância por parte do IPEA em ceder o banco de dados da pesquisa realizada sobre a Previdência Social Rural na região Sul,

possibilitando um “diálogo” entre o estudo mais geral sobre a região Sul e a realidade empírica observada através de estudos de caso realizados.

Em face da crescente importância que a Previdência Social vem assumindo no espaço rural gaúcho na década de 1990, este estudo tem como objetivo principal aportar conhecimentos acadêmicos sobre este processo. Para alcançar este objetivo mais geral, considera-se ser necessário o cumprimento de um conjunto de objetivos específicos que podem ser sintetizados como segue:

- i. Aplicar a metodologia utilizada por Delgado e Cardoso Jr. (2000a) na pesquisa realizada sobre a Previdência Social na região Sul, verificando os resultados dessa pesquisa para o Rio Grande do Sul e estabelecendo uma comparação dos resultados com os demais Estados da região (Santa Catarina e Paraná).
- ii. Testar a validade explicativa, para o Rio Grande do Sul, da hipótese apresentada por Delgado e Cardoso Jr. (2000a), de que o seguro previdenciário estaria se transformando numa espécie de seguro agrícola.
- iii. Estudar as possibilidades da política previdenciária estar contribuindo para a reprodução social e econômica da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, a partir da realização de trabalho empírico em dois municípios gaúchos.

Definidos os objetivos do estudo, o passo seguinte consistiu em estabelecer hipóteses que expressassem tentativas de respostas para a questão central da pesquisa, ou seja, os efeitos da política pública de Previdência Social sobre as estratégias de reprodução da agricultura familiar. As hipóteses que serão apresentadas originaram-se, em grande medida, pelas discussões existentes em torno da agricultura familiar e das suas estratégias de reprodução e do papel das políticas públicas existentes para esse segmento. E ainda, em virtude dos resultados (em

algumas vezes contundentes) apresentados pela pesquisa realizada pelo IPEA na região Sul do Brasil.

Desta forma, a primeira hipótese considerada para os fins deste estudo é de que os recursos da Previdência Social estariam viabilizando as atividades produtivas da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. De acordo com os resultados da pesquisa realizada pelo IPEA para a região Sul, os benefícios rurais estariam contribuindo para a manutenção das atividades produtivas em grande parte dos estabelecimentos rurais da região. Assim, procura-se verificar se esse resultado também se confirma quando analisado o Rio Grande do Sul separadamente dos demais Estados da região. Para tanto, serão levados em consideração os estudos de caso realizados em dois municípios gaúchos para o teste desta primeira hipótese.

A segunda hipótese deste estudo é de que os recursos da Previdência Social podem estar representando uma nova forma de reprodução social e econômica das famílias beneficiárias do sistema. O estudo também procura identificar, além dos aspectos econômicos, outros aspectos que possam estar contribuindo para melhorias nas condições sociais do público beneficiário gaúcho e de suas famílias como, por exemplo, maior valorização do idoso pelo fato de receber uma renda mensal, participação dos beneficiários na comunidade local, entre outros fatores. As informações para o teste desta hipótese baseiam-se principalmente no trabalho de campo.

A terceira hipótese consiste em verificar se os recursos da Previdência Social estão contribuindo para o desenvolvimento da economia dos municípios, assim como para a manutenção da parcela da população mais idosa do meio rural. O estudo também procura identificar qual a forma de utilização das aposentadorias e

ensões pelos beneficiários e de que maneira esses recursos contribuem para o desenvolvimento da economia local e para a satisfação das necessidades do público beneficiário e de suas famílias.

A dissertação está organizada em três capítulos. No Capítulo I apresenta-se o contexto em que surgem as políticas sociais no Brasil, particularmente no que se refere à política de Previdência Social. Comenta-se também a forma em que ocorreu a inserção dos trabalhadores rurais nos planos de benefícios previdenciários, destacando-se as mudanças ocorridas a partir da Constituição Federal de 1988 e a importância que assume o sindicalismo nesse processo. Além do acesso aos direitos previdenciários, o período que compreende o final dos anos oitenta e a primeira metade dos anos noventa constitui-se em um momento de afirmação social e política dos agricultores familiares. Nesse sentido, buscou-se incorporar ao final do capítulo uma discussão em torno das políticas públicas existentes para a agricultura familiar no período recente e a importância que assume a Previdência Social nesse contexto.

No Capítulo II serão apresentados os resultados do trabalho realizado com o banco de dados fornecido pelo IPEA, onde desagregou-se as informações contidas nesse banco de dados para cada Estado da região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Em um primeiro momento será apresentado o procedimento metodológico adotado e, em seguida, os resultados obtidos. Os resultados que serão apresentados dizem respeito às características do público beneficiário da Previdência Rural e às características das moradias, com informações referentes às condições de propriedade, características físicas dos domicílios, acesso à infra-estrutura e acesso a bens duráveis de consumo. Também comenta-se sobre os rendimentos domiciliares,

a relação das aposentadorias rurais com a manutenção das atividades produtivas da agricultura familiar, as relações de trabalho e os gastos domiciliares.

No Capítulo III apresentam-se os resultados da pesquisa de campo realizada nos municípios gaúchos de Arroio do Tigre e Cândido Godói. Inicialmente, comenta-se sobre o procedimento metodológico adotado e, em seguida, sobre as características dos municípios pesquisados e do público beneficiário. Na sequência serão apresentados os resultados da pesquisa enfatizando-se a importância dos benefícios para as famílias rurais, para a economia dos municípios e o seu impacto sobre o processo produtivo agrícola. É importante destacar que a realização da pesquisa de campo justificou-se pela necessidade de informações qualitativas que complementassem os dados já existentes (pesquisa do IPEA), a fim de que se pudesse testar as hipóteses do trabalho.

Os resultados indicam que a Previdência Social vem adquirindo importância cada vez maior no meio rural, tanto para os beneficiários e suas famílias como para a economia dos municípios. Os dados da pesquisa realizada pelo IPEA indicam melhorias nas condições de vida e bem-estar domiciliar das famílias beneficiárias da Previdência Social Rural nos três Estados da região Sul do Brasil, onde as aposentadorias contribuem significativamente na formação da renda total dos domicílios. Com base na pesquisa de campo realizada, pode-se dizer que os benefícios rurais têm significativa importância nos municípios onde a agricultura familiar é a base social e econômica. Além disso, verificou-se que a maior ou menor dependência desses recursos por parte das famílias e dos municípios está relacionada com as características da agricultura familiar local (mais ou menos desenvolvida).

Os resultados da pesquisa de campo também permitem afirmar que a política pública de Previdência Social vem contribuindo para manter uma parcela significativa de agricultores familiares no campo. Esta permanência depende em grande parte das condições da estrutura familiar e do próprio contexto local em que está inserida. Entre outros aspectos verificados, pode-se dizer que as aposentadorias rurais representam no período recente uma estratégia de reprodução de muitas famílias rurais, mesmo que em boa parte dos casos isto signifique apenas a manutenção de unidades produtivas dedicadas quase exclusivamente à subsistência e ao autoconsumo.

# **CAPÍTULO I**

## **Políticas Públicas, Previdência Social e Agricultura Familiar**

A literatura descreve uma série de características e traços que estão presentes nas condições sociais e políticas na formulação das políticas de saúde e Previdência Social Rural no Brasil. Alguns trabalhos enfatizam a utilização dessas políticas como instrumento de manipulação das classes trabalhadoras pelo Estado, seu caráter restritivo e não universal, seus efeitos em termos de concentração de renda, etc. Se por um lado o acesso à formulação e imposição deste tipo de política é determinada pelas condições sociais de existência e posição na estrutura social e política das diferentes classes sociais, por outro, os interesses específicos incluem uma multiplicidade de princípios de dominação em oposição ou concorrência. É o caso, por exemplo, dos interesses partidários e burocráticos específicos, em oposição aos interesses mais gerais da dominação política que dificultaram a universalização destas políticas no período do regime populista de Getúlio Vargas (Coradini, 1989, p.53-54).

Nesse conjunto de lutas sociais e políticas, pode-se dizer que existem duas esferas, com seus respectivos interesses, instituições, agentes, regras e estratégias. De um lado, o conjunto de agentes no interior das esferas públicas e suas relações com as formas de dominação política institucionalizada e com diferentes interesses organizados na sociedade civil. Por outro lado, as condições sociais de existência e de acesso à institucionalização de interesses das classes e grupos sociais, no que estão incluídas as especificidades da expansão capitalista no Brasil e dos conseqüentes mecanismos de inclusão/exclusão dos diferentes segmentos populacionais nos mercados de trabalho, com seus privilégios e prerrogativas, bem como as especificidades do Estado brasileiro com este tipo de capitalismo (Coradini, 1989, p.54-55).

Diante disso, será comentado neste capítulo o contexto em que surgem as políticas sociais no Brasil, particularmente no que se refere à política de Previdência Social, período em que as concessões em termos de política social eram entendidas como mecanismos do governo para suavizar as tensões sociais. Assim, apresenta-se inicialmente uma abordagem histórica sobre a origem e evolução do sistema previdenciário brasileiro e o contexto em que ocorreu a inserção dos trabalhadores rurais nos planos de benefícios da Previdência Social. Na seqüência, comenta-se sobre as mudanças ocorridas a partir da Constituição de 1988 e o papel do sindicalismo na conquista dos direitos dos trabalhadores rurais em nível nacional e estadual. Por último, apresenta-se uma discussão em torno das políticas públicas existentes para a agricultura familiar e sua importância para o desenvolvimento dos municípios.

## **1.1 Origem do Sistema Previdenciário Brasileiro e a Inserção dos Trabalhadores Rurais nos Planos de Benefícios da Previdência Social**

A literatura sobre o regime de Previdência Social indica que os primeiros programas públicos no Brasil foram registrados no final do século XVIII e início do século XIX. Os programas atendiam principalmente os oficiais da Marinha e do Exército e seus dependentes. No final do século XIX e início do século XX outros programas foram criados, passando a atender grupos estratégicos de funcionários públicos e grupos sociais organizados, os quais eram fundamentais para o funcionamento da economia na época, como por exemplo os ferroviários e os portuários (Schwarzer, 2000, p.6).

A criação oficial de um modelo previdenciário ocorreu apenas em 1923 com a promulgação da Lei Elói Chaves, que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os empregados das empresas de estradas de ferro existentes no país. Os empregados passaram a partir de então a ter direito a prestação de serviços médicos, medicamentos a preço especial e a benefícios pecuniários (aposentadorias e pensões). As CAPs eram organizadas em cada empresa e administradas por comissões compostas por representantes das empresas e dos empregados. O poder público não tinha participação direta nesse período, atuava como um órgão externo ao sistema administrativo, destinado a resolver conflitos (no caso de existirem) entre a administração das CAPs e os segurados (Oliveira e Teixeira, 1989, p.31).

No decorrer das décadas de 1930 e 1940 as CAPs foram reestruturadas dando origem aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que incluíam principalmente categorias de trabalhadores dos setores públicos, além dos bancários

e comerciários (em 1934), industriários (em 1936) entre outras categorias (Malloy, 1979). Conforme Delgado e Schwarzer (2000, p.188), essa estruturação era funcional à nova fase de desenvolvimento conhecida como modelo de industrialização por substituição de importações. Os institutos dos industriários (IAPI) e dos bancários (IAPB) eram os mais fortes tanto administrativa como financeiramente, e os mais influentes na formulação da política previdenciária do Estado. Além disso, foram responsáveis pela formação de uma burocracia técnica, que acabou repercutindo nas décadas posteriores ao final da Segunda Guerra Mundial.

Na visão de Faleiros (2000, p.152), os custos e o tamanho das CAPs provocaram sua falência. Os Institutos que substituíram as Caixas “responderam a uma racionalização tecnocrática, a uma centralização federal, a uma cooptação da classe operária”. Segundo este autor, a criação dos Institutos permitiu aos patrões diminuir suas despesas administrativas e socializar os custos das CAPs, através da contribuição dos trabalhadores. O governo de Getúlio Vargas pretendia utilizar esses recursos como forma de estimular a industrialização no país.

Embora a Constituição de 1934 determinasse que todo trabalhador brasileiro teria direito à cobertura da Previdência Social, não houve a extensão da proteção social aos trabalhadores rurais antes dos anos setenta (Malloy, 1976). Diferentes motivos poderiam explicar o atraso na inclusão dos trabalhadores rurais na cobertura da Previdência Social. Segundo Delgado e Schwarzer (2000, p.189), esse atraso aconteceu, por um lado, porque o meio rural participava de forma subalterna da estratégia de desenvolvimento após 1930. Por outro lado, os trabalhadores rurais, não obstante a população rural constituir a maioria da população brasileira até a década de 1960, não representavam um grupo de pressão com capacidade de articulação

política a ponto de que o Estado populista-paternalista os visse como grupo social a ser integrado e cooptado por meio da expansão significativa da cobertura de programas sociais.

Esse cenário começou a mudar nos anos sessenta, com a gradativa mobilização dos trabalhadores rurais. O eixo das reivindicações socioeconômicas no primeiro momento era a reforma agrária, ao passo que a extensão das demais políticas trabalhistas e sociais, incluindo a Previdência Social, aparecia como demanda secundária. O crescente grau de organização do setor ficou evidenciado no início dos anos sessenta pelo papel das Ligas Camponesas<sup>1</sup>, que sustentaram um amplo movimento de sindicalização rural, no qual a Igreja Católica teve papel protagônico. Nesse período, por exemplo, foi fundada a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) em 1963 (Delgado e Schwarzer, 2000, p.189).

Foi nesse contexto de reivindicações que o Governo Goulart sancionou a Lei 4.214, em 1963, conhecida como o Estatuto do Trabalhador Rural, onde uma das medidas previstas foi a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL. Tratava-se de um plano de custeio baseado principalmente em uma contribuição de 1% sobre o valor da primeira comercialização do produtor rural e com recolhimento de obrigação legal do próprio produtor agrícola. No entanto, a fiscalização e o recolhimento das contribuições acabaram se tornando inviáveis. Desta forma, a arrecadação das contribuições e administração dos benefícios do FUNRURAL foram repassadas ao Instituto de

---

<sup>1</sup> As Ligas Camponesas surgiram em 1958 em Pernambuco, no Engenho Galiléia. O motivo original de sua organização foi a constituição de associação de trabalhadores rurais para auxílio mútuo ao sepultamento de seus membros (Delgado e Schwarzer, 2000, p.189).

Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), o qual não possuía o mesmo conjunto de incentivos para a gestão do programa rural. Assim, a Legislação de 1963 acabou não tendo impacto relevante na estruturação de um sistema de proteção social efetivo para a população rural (Malloy, 1979, p.132-133).

A Legislação de 1966 unificou os IAPs no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), visando o conjunto de trabalhadores urbanos. Através do Decreto-Lei 276/1967, o governo militar reduziu os benefícios previstos basicamente à assistência médica, responsabilizou o adquirente pelo recolhimento da contribuição e repassou a administração do sistema ao INPS. O Decreto-Lei 564/1969 criou o Plano Básico da Previdência Social, restabelecendo um elenco de benefícios monetários, mas ainda não sustentável financeiramente. Em 24/01/1976, o Decreto 77.077 expediu a Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS), que consolidou três regimes distintos: o urbano, o rural e o do funcionário federal. Segundo Oliveira e Teixeira (1989, p.202), o processo de unificação das instituições previdenciárias através da criação do INPS “insere-se na perspectiva de modernização da máquina estatal, aumentando seu poder regulatório sobre a sociedade (...). Trata-se, portanto, de uma reorientação das relações entre o Estado e a sociedade em geral e especificamente da relação entre Estado e as classes trabalhadoras”.

O Regime Rural, instituído pela Lei Complementar 11/1971, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), que era administrado pelo FUNRURAL, veio substituir o Plano Básico de Previdência Social Rural (Decreto 564/1969). Eram segurados do regime rural os empregados e os trabalhadores rurais que prestavam exclusivamente serviços de natureza rural, bem

---

como os que, individualmente ou em regime de economia familiar, se dedicavam a tarefas ligadas à agricultura, pecuária, pesca e garimpagem. Duas diferenças podiam ser identificadas em relação ao regime urbano: os trabalhadores rurais não efetuavam qualquer tipo de contribuição e tanto o conjunto como o valor dos benefícios a que tinham direito eram reduzidos.

O PRORURAL/FUNRURAL cobria os trabalhadores rurais, pescadores (a partir de 1972) e garimpeiros (a partir de 1975), assim como os seus dependentes, oferecendo como benefícios a aposentadoria por idade aos 65 anos, a aposentadoria por invalidez, a pensão para viúvas e órfãos, auxílio-funeral e assistência médica. A aposentadoria por idade ou invalidez era assegurada para o chefe da família, no valor de meio salário mínimo e a pensão equivalia a 30% do mesmo. A partir de 1974/1975 foi incluída no plano de benefícios a renda mensal vitalícia (RMV) para idosos a partir dos 70 anos de idade ou por invalidez, também no valor de meio salário mínimo, assim como o seguro de acidentes de trabalho rural. A assistência médica era administrada via convênios com organizações locais e sindicatos rurais que eram parceiros do FUNRURAL, de acordo com o Art. 28 da Lei 11/1971. O financiamento dos benefícios era feito com uma contribuição de 2% sobre o valor da comercialização da produção rural, a cargo do adquirente. Uma alíquota de 2,4% sobre a folha de salários urbana complementava a estrutura de custeio do FUNRURAL (Schwarzer, 2000, p.9).

Em 1974 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), visando centralizar as políticas previdenciárias. Em 1977 criou-se o Sistema Nacional de Previdência Social (SINPAS) e com isso foi extinto o FUNRURAL e o IPASE (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do

Estado), dirigido aos funcionários públicos federais, através de sua incorporação ao INPS. Este organismo foi redefinido, passando a deter o monopólio na concessão dos benefícios pecuniários e reabilitação profissional, resguardando na nova regulamentação as prerrogativas e privilégios das diferentes categorias de contribuintes. Ao mesmo tempo foi criado o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), dirigido à assistência médica, o Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV). E foram incorporadas a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a Legião Brasileira de Assistência (LBA), dirigida à assistência social à população carente e a Central de Medicamentos (CEME), dirigida à distribuição de medicamentos à população previdenciária. De acordo com Coradini (1989, p.62-64), a característica geral destas mudanças político-institucionais foi a unificação ou centralização administrativa dos organismos públicos que atuavam em assistência social. Nesse conjunto de fatos jurídicos houve uma multiplicidade de interesses e princípios de dominação e legitimação em jogo, bem como das condições sociais e políticas para sua realização, alguns com efeitos diretos ou indiretos sobre o conjunto de lutas sociais do período.

### **1.1.1 As Mudanças a partir da Constituição Federal de 1988**

O programa previdenciário rural no Brasil foi realmente alterado a partir da Constituição de 1988, através do Art. 195, § 8º, onde extinguiu-se o tratamento

diferenciado dos trabalhadores rurais em relação aos urbanos, com a inclusão dos trabalhadores rurais e dos segurados em regime de produção familiar no plano de benefícios normal do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). A partir de então, algumas mudanças importantes puderam ser evidenciadas, tais como: o valor do benefício para aposentadorias e pensões passou a ser de um salário mínimo, as mulheres passaram a ter acesso à aposentadoria, a idade de acesso à aposentadoria ficou fixada em 60 anos para homens e 55 para mulheres, a comprovação do tempo de atividade rural passou a ser documentada na mesma extensão que o período de contribuição mínimo previsto para os segurados urbanos (Schwarzer, 2000, p.10). É importante destacar que essas conquistas resultaram de um processo de forte mobilização social e pressão política, principalmente de sindicatos e federações de pequenos agricultores, conforme se verá em seguida.

Embora essas mudanças tenham ocorrido em 1988, foram efetivadas somente a partir de 1991, com a promulgação das Leis 8.212 e 8.213. Essas normas, após regulamentações administrativas e outros procedimentos do Executivo, somente entraram em vigor no último trimestre de 1992. Assim, apenas no ano civil de 1993 a universalização dos direitos previdenciários rurais passou efetivamente a contemplar os trabalhadores rurais pelo novo regime da seguridade social (Delgado, 1997, p.12).

Outra modificação importante nos benefícios do meio rural ocorreu com a Lei 8.742, de 1993 – a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)<sup>2</sup>, que tornou a

---

<sup>2</sup> A criação da LOAS inseriu-se no processo de descentralização das políticas de educação fundamental, assistência social, saúde, saneamento e habitação. A proposta de descentralização da assistência social foi uma estratégia para tornar mais eficaz a ação governamental nessa área: “a comissão encarregada do processo apontava problemas intrínsecos à engenharia administrativa do setor que seriam em grande parte responsáveis pela ineficácia e inefetividade de suas ações”. Esses problemas diziam respeito, entre outros fatores, à insuficiência de recursos, excessiva centralização financeira e político-administrativa das políticas e programas federais e baixa qualidade no atendimento (Arretche, 1998, p.177).

assistência social “dever do Estado e direito do cidadão” (Faleiros, 2000, p.206). Regulamentou-se então a substituição da Renda Mensal Vitalícia (RMV) pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou amparo assistencial, no valor de um salário mínimo mensal. O Benefício de Prestação Continuada, nas suas duas modalidades – idoso e pessoa portadora de deficiência (PPD), não diferencia os beneficiários residentes nos espaços rural ou urbano e também não mais prevê o requisito de contribuição prévia, caso a renda familiar *per capita* do candidato ao benefício seja menor que  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. Na modalidade BPC – idoso, a idade de acesso é de 67 anos para homens e mulheres (caindo para 65 anos em 2000). Na modalidade PPD incluem-se, além da invalidez já contemplada pela RMV, também as deficiências congênitas. O BPC passou a ser concedido a partir de janeiro de 1996, sendo financiado por recursos orçamentários e seu pagamento é efetuado pelo INSS (Schwarzer, 2000, p.11).

Esta breve síntese apresentada procurou mostrar a trajetória da implementação do novo regime de seguridade social para os trabalhadores rurais. Nesse sentido, torna-se importante apresentar também o papel do movimento sindical na conquista dos direitos previdenciários dos trabalhadores rurais. Assim, na seção seguinte apresenta-se o contexto em que surgiu o sindicalismo no Brasil e o seu papel nesse contexto de mudanças.

---

## **1.2 O Papel da Representação dos Trabalhadores Rurais na Conquista dos Direitos Previdenciários**

Conforme apresentado anteriormente, os trabalhadores rurais durante várias décadas foram tratados diferentemente dos trabalhadores urbanos no que diz respeito aos direitos previdenciários. Conforme Coradini (1989, p.6), na medida em que o Estado passou a formular e implementar determinadas políticas de saúde e Previdência Social Rural, isso passou a provocar, sistematicamente, conflitos. Esses conflitos envolveram tanto os trabalhadores rurais e seus respectivos sindicatos, como médicos e demais agentes sociais vinculados à gestão e implementação destas políticas.

A consolidação do sindicalismo rural no Brasil, enquanto instrumento de representação política dos trabalhadores do campo, ocorreu durante os anos do regime militar<sup>3</sup>. A representação sindical outorgada pelo Estado institucionalizou-se no meio rural em oposição às formas de organização construídas nas lutas do período anterior a 1964. No plano legal, a tutela do Estado se manifestou na imposição da unicidade sindical, no controle sobre a vida financeira dos sindicatos, na imposição do estatuto padrão, no poder de intervenção das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) sobre as eleições sindicais, entre outros mecanismos. Constituiu-se, assim, um sistema de relações que assegurava a subordinação e atrelamento dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado – do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo (Schmitt, 1996, p.191).

---

<sup>3</sup> De 1961 a 1980, as estatísticas revelam a fundação de 2.243 sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil (Schmitt, 1996, p.190).

Esse poder de normatização do Estado materializou-se no cotidiano dos sindicatos em uma rede de práticas que estabeleciam os limites nos quais passaram a dar-se o trabalho de representação política da categoria. Nesse sentido, destacou-se o papel assumido pelas recém-criadas entidades sindicais na implementação das políticas do Estado nas áreas de saúde e Previdência. De acordo com Coradini (1989, p.59), tanto aos sindicatos de trabalhadores rurais como patronais foram previstos os papéis não apenas de fiscalizadores e identificadores dos trabalhadores rurais, mas também de executores dessas políticas, através de convênios com organismos públicos.

A partir da criação do FUNRURAL, os sindicatos tornaram-se órgãos executores de políticas governamentais específicas direcionadas à categoria, reforçando sua legitimidade junto aos associados. A estrutura organizada oficial encontrou seu complemento em nível estadual e nacional nas Federações e na Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). No Rio Grande do Sul, a maior parte dos sindicatos teve sua origem em seccionais da FAG<sup>4</sup> (Frente Agrária Gaúcha) fundadas na base de comunidades religiosas católicas ou protestantes. A partir da seccional organizava-se o sindicato de pequenos proprietários e, mais raramente, o sindicato de assalariados. Encaminhava-se então o reconhecimento legal da entidade enquanto sindicato de trabalhadores rurais, nos marcos da legislação aprovada em 1963. Em um período marcado pela repressão política e pelo estreitamento dos canais de participação, a CONTAG representou uma espécie de

---

<sup>4</sup> A Frente Agrária Gaúcha – FAG, foi fundada em 1961 pelo Episcopado do Rio Grande do Sul e um grupo de cristãos leigos, visando fundamentalmente a organização de sindicatos e outras formas de associação, com orientação da ala conservadora da Igreja Católica. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG, foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em 1965. Estas duas organizações tiveram um período de atuação conjunta, sendo a FAG substituída posteriormente pela FETAG (Coradini, 1989, p.521).

oposição consentida no campo em um momento em que o Estado intensificava sua presença no meio rural (Schmitt, 1996, p.191-193).

### **1.2.1 Mobilizações no Rio Grande do Sul**

Conforme mencionado anteriormente, a conquista dos direitos previdenciários pelos trabalhadores rurais em boa parte pode ser atribuída à atuação dos sindicatos e representantes dos trabalhadores rurais. No caso do Rio Grande do Sul, isso ficou evidenciado no 1º Congresso de Trabalhadores Rurais realizado pela FAG em 1962. Uma das principais reivindicações era a extensão aos trabalhadores rurais dos benefícios que a legislação previdenciária federal assegurava aos trabalhadores urbanos. Esse tipo de reivindicação se fez presente em todos os encontros e congressos de trabalhadores rurais posteriores (Coradini, 1989, p.329-330).

Na década de 1970 a nova legislação foi efetivamente implementada, onde as reivindicações passaram a ser no sentido de pedido ao governo de informações e gestão da apropriação dos benefícios através dos sindicatos de trabalhadores, bem como a exigência por parte dos sindicatos quanto às condições dos associados usufruírem dos mesmos (cabe lembrar que no período pós-1964 o trabalho sindical havia sofrido limitações devido às restrições políticas impostas pelo governo militar). Em 1971, no V Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais organizado pela FAG e FETAG, uma medida governamental estabeleceu benefícios de um sistema previdenciário ao homem do campo. Conforme destaca Coradini (1989, p.331), esta

decisão do Poder Público significou o primeiro passo de novas conquistas no setor de Seguros Sociais, visando equiparar em pouco tempo o trabalhador do campo ao trabalhador urbano. A partir disso, as reivindicações se modificaram e passaram a ser feitas exigências quanto ao comportamento que os demais agentes sociais envolvidos deveriam adotar.

No relatório do V Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais, entre outras coisas, foi reivindicado o aumento dos subsídios, fiscalização mais rigorosa do FUNRURAL na execução dos convênios hospitalares (com audiência prévia das entidades sindicais), distribuição de medicamentos, fixação do valor dos benefícios das aposentadorias e da pensão em um salário mínimo, aposentadoria aos 60 anos e pensão para as viúvas de antes de 1972, alteração e atenuação dos critérios para reconhecimento da invalidez levando-se em conta a natureza da atividade exercida pelo trabalhador rural. Também foi proposto o aumento da contribuição incidente sobre a comercialização dos produtos agropecuários para 4%, como forma de custeio da majoração dos benefícios reivindicados (Coradini, 1989, p.332).

No Rio Grande do Sul, a questão da saúde e Previdência Social Rural enquanto lutas e manifestações públicas mais generalizadas passou a ser tema principal por volta de 1976, intensificando-se no início dos anos oitenta, período em que estas questões passaram a ter lugar definido no discurso e atuação dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Não se tratava apenas de reivindicações no sentido de que o Governo Federal instituisse determinadas leis ou benefícios. Os problemas centrais diziam respeito às regras e seu cumprimento por parte dos agentes sociais envolvidos na implementação das políticas de saúde e Previdência Social, como os médicos, as

direções hospitalares e organismos públicos como o INAMPS e o INPS (Coradini, 1989, p.334).

No ano de 1980 foi enviado ao Congresso Nacional um novo anteprojeto de Previdência Social Rural, o que intensificou as mobilizações já existentes. Neste mesmo ano também foi criada uma Comissão Estadual e as Comissões Regionais de Saúde e Previdência Social. Em 1981 foi assinada a Portaria Ministerial nº 2.576, concedendo gratuidade total na prestação de assistência médico-hospitalar aos trabalhadores rurais e seus dependentes. A Comissão Estadual intensificou as reivindicações referente à assistência médica de equiparação dos benefícios e serviços previdenciários rurais aos urbanos, e na luta em prol do reconhecimento da profissão da mulher como trabalhadora rural perante a Previdência Social, com direitos iguais aos do chefe do grupo familiar a todos os benefícios (Coradini, 1989, p.337).

A Previdência Social Rural foi escolhida como meta prioritária da luta dos trabalhadores rurais no Encontro Estadual de Dirigentes Sindicais de Trabalhadores Rurais em 1982. O ano de 1985 foi o auge na série de conflitos e lutas sociais acerca da saúde e Previdência Social Rural. Neste período, a imprensa estadual publicou uma série de reportagens especiais sobre a Previdência Social Rural no Rio Grande do Sul, destacando temas como o impasse entre o INAMPS, os hospitais e os sindicatos de trabalhadores rurais, as disputas verbais entre o Ministro (para quem o problema seria econômico) e as lideranças sindicais (para quem o problema seria político) devido à insuficiência das contribuições dos trabalhadores rurais (Coradini, 1989, p.348).

As reivindicações seguiram durante os anos seguintes, onde a capacidade de mobilização e pressão dos sindicatos tiveram importância, contando com o apoio de organizações religiosas e cooperativas. A conquista de mais longo alcance e repercussão em relação ao sistema previdenciário rural ocorreu através da Constituição de 1988. Em um período de transição do regime autoritário para a democracia, os trabalhadores rurais passaram a ter direito a usufruir das aposentadorias e pensões da Previdência Social da mesma forma que os trabalhadores urbanos. Dentro deste contexto de mobilizações e reivindicações pela conquista de direitos sociais, também cabe destacar o papel das mulheres trabalhadoras rurais, que sempre conviveram com a discriminação e a desvantagem em relação aos homens. É por esse motivo que a extensão das aposentadorias rurais às mulheres a partir da Constituição de 1988 representou a conquista de um direito importante para as trabalhadoras rurais.

No início dos anos oitenta, quando a atuação dos sindicatos era intensa na reivindicação pelos direitos dos trabalhadores rurais, as mulheres passaram a participar das reuniões realizadas pela Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura. Os representantes sindicais passaram a incluir na pauta das reuniões assuntos de interesse das mulheres, como a valorização do trabalho feminino, o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, a organização das mulheres na sociedade e a formação de lideranças. Nos anos posteriores, encontros importantes foram realizados: o Primeiro Congresso da Mulher Camponesa em 1982, o Primeiro Encontro de Líderes Trabalhadoras em 1983 e a comemoração do Dia Internacional da Mulher na cidade de Erechim em 1984. Em 1985 foi realizado em Porto Alegre o Primeiro Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais, sendo aprovado nesse

Encontro o direito à sindicalização, o reconhecimento oficial da profissão de trabalhadora rural e a extensão dos benefícios previdenciários às trabalhadoras rurais. Representantes femininas de dezesseis Estados organizam-se e realizam no ano de 1991 a Caravana de Trabalhadoras Rurais em Brasília, onde foi dada ênfase ao direito à aposentadoria para a mulher rural, conforme garantido na Constituição de 1988. Neste mesmo ano foi publicada a lei que autorizava a efetiva aplicação dos direitos previdenciários garantidos pela Constituição: o direito a aposentar-se (Andrade Silva, 2000, p.106-107).

Além do acesso à Previdência Social ser um efeito das conquistas sociais alcançadas na Constituição de 1988, também não deve ser esquecido que o período que compreende o final dos anos oitenta e a primeira metade da década de 1990 constituiu-se em um momento de afirmação social e política dos agricultores familiares. Aliás, parece haver um reforço mútuo entre o acesso à Previdência e a ampliação da base social e política do movimento sindical, podendo-se afirmar que se trata de um processo de influência recíproca. Contudo, o que importa destacar é que a década de 1990 será um período particularmente propício ao surgimento de políticas públicas que visam favorecer os agricultores familiares, conforme se verá a seguir.

### **1.3 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**

A discussão sobre a importância do papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro ganhou ênfase principalmente a partir da década de 1990,

surgindo diferentes visões de estudiosos em relação à utilização desse termo. Embora não se pretenda nesse momento discutir a trajetória do aparecimento do termo “agricultura familiar”, é importante destacar, conforme comenta Schneider (1999, p.20-21), que o mérito dos estudos que discutem o assunto é de terem mostrado que “a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações onde o trabalho da família assume uma importância decisiva”. A partir do reconhecimento social e político da agricultura familiar, o Estado brasileiro implementara uma série de iniciativas visando contemplar esta categoria. Entre as políticas públicas mais salientes pode-se destacar a Reforma Agrária, o PRONAF e a própria Previdência Social Rural.

A valorização da agricultura familiar no âmbito das políticas públicas possibilitou o surgimento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no ano de 1996, como mecanismo específico para o fomento dessas unidades produtivas. Para Ferreira *et alii* (2001, p.497 e 528), “o entendimento de que o desenvolvimento do país passa necessariamente pela agricultura familiar abriu espaço para que ela passasse a ser merecedora de políticas específicas com vistas ao seu fortalecimento”. Embora existam estudos que visam mostrar a eficiência desse Programa, uma conclusão de ordem geral é de “há falta de articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais e não governamentais formalmente desenhadas para fortalecer a agricultura familiar e/ou impulsionar e sustentar o desenvolvimento rural”

De acordo com Ferreira *et alii* (2001, p.490), no Brasil a concentração fundiária é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento dos estabelecimentos

familiares localizados nos municípios brasileiros mais pobres. “A timidez das políticas públicas voltadas ao resgate desses agricultores, entre as quais a reforma agrária, é outro condicionante da estagnação e marginalidade desses produtores”. Além disso, grande parte situam-se em áreas onde os problemas de ordem natural (clima, fertilidade, topografia) também estão presentes, além do baixo acesso à educação, saúde, saneamento, energia elétrica e meios de transporte.

No entanto, conforme comentam Guanziroli e Cardim (2000), a propriedade da terra não é o único elemento a ser considerado em relação à necessidade de reestruturação fundiária no Brasil. Entre os agricultores familiares que são proprietários, muitos possuem menos de cinco hectares, o que na maioria dos casos inviabiliza sua sustentabilidade econômica através da agricultura, com exceção de algumas atividades econômicas, sua localização e/ou seu grau de capitalização.

### **1.3.1 A Importância da Agricultura Familiar**

O reconhecimento da agricultura familiar decorreu não apenas da pressão política do movimento sindical dos trabalhadores rurais, mas também da maior percepção do papel da agricultura familiar na produção agrícola, geração de empregos e fortalecimento do desenvolvimento local.

Conforme demonstram Ferreira *et alii* (2001, p.481 e 492) através dos resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000, cerca de 90% dos municípios brasileiros têm até 50 mil habitantes e abrigam mais de 60 milhões de pessoas, das quais 40% em áreas rurais. Além disso, “grande parte das áreas dos

estabelecimentos são bastante reduzidas, que funcionam mais como local de moradia e que usam suas terras para o cultivo da subsistência”. Se fossem retirados do VBP (Valor Bruto da Produção) agropecuário nacional produtos tipicamente patronais e de alto valor agregado, como a cana-de-açúcar e a pecuária de corte, a participação da agricultura familiar seria ainda mais relevante.

De acordo com Guanziroli e Cardim (2000), a agricultura familiar representa 85,2% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, ocupa 30,5% da área total (cerca de 108 milhões de hectares) e é responsável por 37,9% VBP da agropecuária nacional e por 76,9% do pessoal ocupado. No entanto, os agricultores familiares recebem apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura. Além disso, a renda total por hectare demonstra que a agricultura familiar é muito mais eficiente que a patronal, produzindo em média R\$ 104/ha/ano, contra apenas R\$ 44/ha/ano dos agricultores patronais. A região Sul do Brasil é a mais forte em termos de agricultura familiar, representando 90,5% de todos os estabelecimentos da região (907.635 agricultores familiares). A agricultura familiar ocupa nessa região 43,8% da área e responde por 57,1% do VBP agropecuário e 83,9% do pessoal ocupado e os agricultores familiares recebem 43,3% do total de financiamentos destinados à agricultura (55% do crédito rural utilizado pelos agricultores familiares do Brasil).

Picinatto *et alii* (2000, p.4) destacam que entre os agricultores brasileiros, os agricultores familiares são os que mais geram empregos e fortalecem o desenvolvimento local, pois distribuem melhor a renda, são responsáveis por uma parte significativa da produção nacional, respeitam mais o meio ambiente e, principalmente, potencializam a economia dos municípios onde vivem. No entanto, esses dados não demonstram os sérios problemas estruturais e conjunturais vividos

pelos agricultores familiares no Brasil. Uma parte significativa desses não têm acesso à terra, sendo que 39,8% deles possui, sob qualquer forma, menos de cinco hectares de área total e apenas 16,7% tem acesso a algum tipo de assistência técnica.

Conforme destacam Ferreira *et alii* (2001, p.493), a agricultura familiar brasileira é composta de grande heterogeneidade, percebendo-se, em termos gerais, diferenças regionais distintas. De um lado encontra-se a agricultura familiar da região Sul do Brasil, que se caracteriza por ser dinâmica social e economicamente, capitalizada e integrada aos mercados. De outro lado estão os agricultores familiares do Nordeste, empobrecidos, fora dos circuitos econômicos e das políticas públicas, com terras insuficientes e de baixa qualidade.

Dentro do debate sobre as políticas públicas para a agricultura familiar brasileira, Delgado e Cardoso Jr. (2000a p.8-9) consideram a Previdência Social Rural como a política pública mais eficiente para a agricultura familiar no período recente. “Uma política social que viabiliza a inclusão de amplos segmentos da economia familiar e, em particular, o próprio setor de subsistência da economia rural, sob a salvaguarda do seguro social, na forma de seguro de renda mínima para idosos e inválidos, é efetivamente um fato novo no espaço rural brasileiro”.

Desta forma, nos capítulos seguintes serão apresentados os resultados da pesquisa realizada pelo IPEA sobre a Previdência Rural na região Sul do Brasil bem como da pesquisa de campo realizada em dois municípios gaúchos. Nesse sentido, ao analisar o papel da Previdência Social Rural e seus impactos sobre as estratégias de reprodução dos agricultores familiares espera-se contribuir com este debate mais geral em torno das políticas públicas para a agricultura familiar.

## **CAPÍTULO II**

### **Os Impactos da Previdência Rural nos três Estados da Região Sul do Brasil: uma análise comparativa**

Conforme apresentado no capítulo anterior, a extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais inseriu-se em um contexto de muita luta e pressão política, principalmente das entidades que os representam. A política de Previdência Social pode ser considerada, em termos dos resultados alcançados, uma das conquistas mais importantes para a agricultura familiar na década de 1990.

Através das mudanças constitucionais ocorridas em 1988, os trabalhadores rurais passaram a ter os seus direitos igualados aos trabalhadores urbanos no que diz respeito ao acesso aos benefícios da Previdência Social. A partir das novas regras, as mulheres passaram a ter direito à aposentadoria por idade, houve redução no limite de idade para aposentadoria por idade dos homens (passou de 65 para 60 anos) e o valor das aposentadorias aumentou de meio para um salário mínimo. Em virtude dessas mudanças, nos anos noventa houve uma significativa alteração no quadro de benefícios da Previdência Social Rural no Brasil, seja pelo incremento no número de

beneficiários como pelo montante de recursos repassados aos aposentados e pensionistas, conforme pode-se verificar através dos dados da Tabela 1.

**Tabela 1 – Alguns Indicadores Globais da Universalização Previdenciária pós-1992**

| Anos | Valor dos Benefícios Mensais Pagos (US\$ milhões) | Número Total de Benefícios (mil) | Número de Benefícios por Idade (mil) | Valor Unitário dos Benefícios Rurais (US\$ mês dez.) |
|------|---|----------------------------------|--------------------------------------|--|
| 1991 | 180,0   | 4.080,4                          | 2.240,5                              | 44,1   |
| 1992 | 234,4   | 4.976,9                          | 2.912,8                              | 47,1   |
| 1993 | 403,8   | 6.001,0                          | 3.855,9                              | 67,3   |
| 1994 | 526,8   | 6.359,2                          | 4.176,2                              | 82,8   |
| 1995 | 637,8   | 6.332,2                          | 4.126,8                              | 100,7  |
| 1996 | 705,2   | 6.474,4                          | 4.102,2                              | 108,9  |
| 1997 | 725,3   | 6.672,3                          | 4.140,2                              | 108,7  |
| 1998 | 749,8   | 6.913,1                          | 4.305,3                              | 108,5  |

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS 1991 a 1998. In: Delgado e Cardoso Jr. (2000a, p.3).

Em 1991 os benefícios por idade correspondiam a 55% do total de benefícios rurais pagos pela Previdência Social no Brasil, elevando-se para 62% em 1998. Nota-se que nesse período o número de benefícios rurais por idade praticamente dobrou, passando de cerca de 2,2 milhões para cerca de 4,3 milhões. Pode-se dizer que essa elevação no número de benefícios por idade sofreu influência das mudanças constitucionais, principalmente pelo limite de idade na concessão das aposentadorias para os homens e pela inclusão das mulheres nos planos de benefícios da Previdência Social.

Embora essas mudanças tenham ocorrido a partir da Constituição de 1988, somente entraram em vigor no segundo semestre de 1992. Mas a universalização dos direitos previdenciários rurais fez efetiva entrada no âmbito da seguridade social a partir de 1993, após a mudança de governo e de suas práticas administrativas. Verifica-se através dos dados da Tabela 1 o incremento nos recursos da Previdência Social ao meio rural no decorrer da década de 1990. Conforme mostram os dados, o

valor unitário dos benefícios rurais pagos, que era de US\$ 44,1 em 1991, passa para US\$ 108,5 em 1998. Nota-se também que em 1998 já se aproximava de 7 milhões o número de benefícios pagos pela Previdência Social Rural, e o valor mensal repassado aos aposentados e pensionistas, que era de US\$ 180 milhões em 1991, aproxima-se de US\$ 750 milhões em 1998, o que representa cerca de US\$ 10 bilhões pagos ao final de 1998.

A partir dos dados da Tabela 2, a seguir, verifica-se que houve incremento no número de benefícios rurais mantidos<sup>5</sup> e no valor pago aos aposentados e pensionistas gaúchos no decorrer da década de 1990. Os dados mostram que no início dos anos noventa mais de 254 mil benefícios foram pagos aos aposentados e pensionistas rurais no Rio Grande do Sul, sendo que no final da década esse número já havia praticamente dobrado (mais de 496 mil benefícios). O valor pago, que em 1993 (ano da efetivação das mudanças constitucionais) era de pouco menos de R\$ 3 milhões, ultrapassou R\$ 68 milhões em 1999.

**Tabela 2 – Benefícios Rurais Mantidos\* no Rio Grande do Sul na Década de 1990**

| Anos | Número Total de Benefícios | Valor Total (R\$ mês dez.) | Número de Benefícios por Idade | % Benef. p/ Idade sobre Total Benef. |
|------|----------------------------|----------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| 1991 | 254.322                    | 3.913                      | 133.327                        | 52,4                                 |
| 1992 | 344.547                    | 66.048                     | 216.973                        | 63,0                                 |
| 1993 | 423.416                    | 2.905.288                  | 289.677                        | 68,4                                 |
| 1994 | 445.024                    | 31.373.107                 | 306.068                        | 68,8                                 |
| 1995 | 453.489                    | 45.698.519                 | 310.179                        | 68,4                                 |
| 1996 | 460.834                    | 52.084.986                 | 313.168                        | 68,0                                 |
| 1997 | 472.207                    | 57.234.280                 | 320.096                        | 67,8                                 |
| 1998 | 485.645                    | 60.746.927                 | 327.740                        | 67,5                                 |
| 1999 | 496.349                    | 68.208.767                 | 333.774                        | 67,2                                 |

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS 1991 a 1999.

\* Benefícios mantidos: aposentadorias (idade, invalidez, tempo de serviço), pensões por morte e rendas mensais vitalícias.

<sup>5</sup> Um benefício é incorporado ao Cadastro de Benefícios da DATAPREV logo após ser concedido, o que implica em pagamentos mensais até que cesse o direito ao recebimento (por exemplo, por morte ou por cessação da incapacidade). Os benefícios mantidos representam, portanto, o estoque de benefícios no sistema previdenciário (Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS, 1999, p.257).

Observa-se também na Tabela 2 que os benefícios por idade representaram aproximadamente 70% do total de benefícios pagos aos beneficiários gaúchos no decorrer da década de 1990, fato que também pode ser explicado pela inclusão das mulheres nos planos de benefícios da Previdência Social e pela redução na idade dos homens para o acesso aos benefícios.

A partir desta rápida descrição sobre o volume de recursos disponibilizados pela Previdência Rural, assim como o número de pessoas beneficiadas pretende-se, a seguir, apresentar um conjunto de dados que revelam com mais clareza o impacto da Previdência Rural no Rio Grande do Sul e nos demais Estados da região Sul do Brasil (Santa Catarina e Paraná), de acordo com os dados da pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A princípio, apresenta-se o procedimento metodológico adotado para esta fase do trabalho. Na seqüência, serão apresentadas as características do público beneficiário da Previdência Rural. Após, comenta-se sobre as características das moradias do público beneficiário através de dados sobre a condição de propriedade, características físicas dos domicílios, acesso à infra-estrutura e acesso a bens duráveis de consumo. O último aspecto analisado neste capítulo refere-se ao impacto das aposentadorias rurais sobre a agricultura familiar nos três Estados da região Sul do Brasil, apresentando-se dados sobre aos rendimentos domiciliares, atividades rurais predominantes, forma de utilização dos benefícios, relações de trabalho e gastos domiciliares.

## 2.1 Referencial Metodológico

Para a realização deste estudo, especialmente no que se refere aos Capítulos II e III, utilizou-se dois procedimentos metodológicos distintos. O primeiro refere-se ao trabalho de abertura do banco de dados da pesquisa realizada pelo IPEA sobre a Previdência Social Rural para cada Estado da região Sul e que será apresentado neste capítulo. O segundo refere-se à pesquisa de campo realizada em dois municípios gaúchos e que será apresentado no capítulo seguinte. Optou-se por descrever separadamente o procedimento metodológico utilizado em cada capítulo, a fim de facilitar a compreensão das diferentes fases do trabalho.

### 2.1.1 Base de Dados e Unidade de Análise

Os dados utilizados para o desenvolvimento deste capítulo referem-se aos resultados da pesquisa do IPEA, realizada no segundo semestre de 1998, sobre a Previdência Social Rural nas regiões Sul e Nordeste do Brasil, denominada *Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II*. Em sua primeira fase<sup>6</sup>, o projeto avaliou as repercussões da universalização dos benefícios previdenciários no meio rural de acordo com a nova regulamentação estabelecida pela Constituição de 1988.

---

<sup>6</sup> A primeira fase do projeto refere-se ao *Convênio de Cooperação Técnico Científico* entre o Ministério da Previdência Social e o IPEA, do qual resultou a elaboração de um relatório de avaliação econômico-financeira e socioeconômica do subsistema de Previdência Social Rural no Brasil, referente ao período de 1991-1995, cujos resultados estão apresentados em Delgado (1997).

Em vista dos notórios impactos demográficos distributivos e redistributivos constatados na primeira fase da pesquisa (cerca de 6 milhões de beneficiários, afetando em torno de 30 milhões de pessoas), com importantes implicações orçamentárias, delineou-se um subsistema da previdência com regras, público e objetivos próprios, que obviamente impactam a economia rural, e particularmente a economia familiar, de maneira muito relevante. De acordo com Delgado (1999, p.7), o acesso aos benefícios previdenciários, de maneira legalmente universal para idosos e inválidos, independentemente de sua capacidade contributiva, teria tido efeitos sobre a renda familiar e sobre as condições de segurança e proteção social, fortemente concentradas nos segmentos mais débeis da pirâmide social. Os resultados revelaram incidência dos benefícios previdenciários “proporcionalmente mais favoráveis para pessoas residentes em pequenos municípios, regiões ou estados economicamente mais pobres, idosos do sexo feminino e economias rurais relativamente mais débeis”.

Os resultados da primeira fase do projeto, embora inéditos e abrangentes, foram considerados insuficientes para aferir outros importantes indicadores de eficácia ou de efetividade da Previdência Social no meio rural. O relatório do projeto na sua primeira fase constatou que os benefícios previdenciários pós-universalização afetam direta ou indiretamente uma população pobre de cerca de 20% da população total do país, mediante transferências orçamentárias que giram em torno de 1,3% do PIB (Produto Interno Bruto). Para Delgado (1999, p.7), esse fato justificou a relevância socioeconômica de uma avaliação de eficácia mais aprofundada, de forma a contribuir para uma melhor compreensão dos gastos sociais na área previdenciária, como também os seus efeitos socioeconômicos no meio rural.

Nesse sentido, a questão central da pesquisa na segunda fase foi a de indagar acerca do papel do seguro previdenciário rural sobre as condições de sustentação e reprodução da economia familiar da população em diferentes regiões do país. A escolha das regiões Nordeste e Sul como objeto principal da pesquisa na segunda fase justificou-se, por um lado, pelo fato dessas duas regiões representarem juntas cerca de 70% do público beneficiário (aposentados e pensionistas) da Previdência Social Rural no Brasil. Por outro lado, pelas diferenças regionais marcantes entre as duas regiões, de natureza socioeconômica e edafo-climática, o que “provavelmente intervêm de forma significativa sobre as condições de vida desse público-alvo” (Delgado, 1999, p.15).

Na primeira fase da pesquisa foram utilizadas basicamente duas bases de dados secundárias independentes: as fontes de registros administrativos do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) de 1991 a 1995, e os dados demográficos e socioeconômicos do Censo Demográfico de 1991 e das PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1992 e 1993 (posteriormente também utilizou-se as de 1995 e 1996). No entanto, as limitações dessas bases de dados (e de outras posteriores como a Pesquisa sobre Padrões de Vida de 1996/1997, o Censo Agropecuário 1996 e o Censo Demográfico de 1996) geraram problemas de compatibilidade no cruzamento dos dados. Por um lado, os dados do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) desagregado até o nível do Estado, segundo conceitos de rural e urbano. De outro lado, os conceitos de rural e urbano para os Censos e PNAD. Assim, os efeitos econômicos, demográficos, migratórios ou financeiros da reforma da Previdência para os beneficiários da área rural ficaram de

certa forma indeterminados quando se cruzaram benefícios ou beneficiários rurais do AEPS com dados de renda, migração demográfica, etc. das fontes do IBGE.

Desta forma, o prosseguimento e aprofundamento da avaliação dos impactos econômico-sociais da Previdência Rural passou a requerer conceitos, metodologias e técnicas de pesquisa distintas das adotadas na primeira fase. Devido às dificuldades encontradas na primeira fase, o procedimento utilizado na segunda fase foi inquirir diretamente o público-alvo da pesquisa nas regiões Sul e Nordeste, de forma a obter as informações necessárias à avaliação proposta (Delgado, 1999, p.9-10).

Dentro da perspectiva da análise proposta, a seleção dos entrevistados foi feita através de uma amostra aleatória representativa da população. O plano amostral indicou a aplicação de questionário junto aos beneficiários da Previdência Social Rural em 3000 domicílios em cada região. O questionário (Anexo I) constituiu-se de questões referentes às condições de subsistência, residência, trabalho e rendimento dos beneficiários e de suas famílias, de forma a permitir a avaliação do papel que os benefícios previdenciários desempenhavam sobre as condições econômicas e sociais de reprodução das unidades familiares.

Na região Sul a pesquisa contou com a colaboração/parceria do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) e do DESER (Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais) para a realização do trabalho. Um total de 150 municípios (Anexo II) foram selecionados para o trabalho de campo, distribuídos da seguinte forma: 59 municípios no Rio Grande do Sul, 27 municípios em Santa Catarina e 64 municípios no Paraná. Foram entrevistados 20 domicílios em cada municípios, totalizando 3000 domicílios na região Sul, sendo

1180 domicílios no Rio Grande do Sul, 540 domicílios em Santa Catarina e 1280 domicílios no Paraná (Sugamoto, 1999, p.2).

O indivíduo beneficiário, isoladamente, também foi considerado na análise. No entanto, a pesquisa avaliou os efeitos e a efetividade da reforma previdenciária primordialmente sobre a unidade familiar e secundariamente sobre o indivíduo. Desta forma, a unidade de análise da referida pesquisa, e que também constitui-se na unidade de análise deste trabalho de dissertação, refere-se à “unidade familiar definida pelo critério de domicílio, no qual residem um ou mais beneficiários da Previdência Social Rural” (Delgado, 1999, p.11).

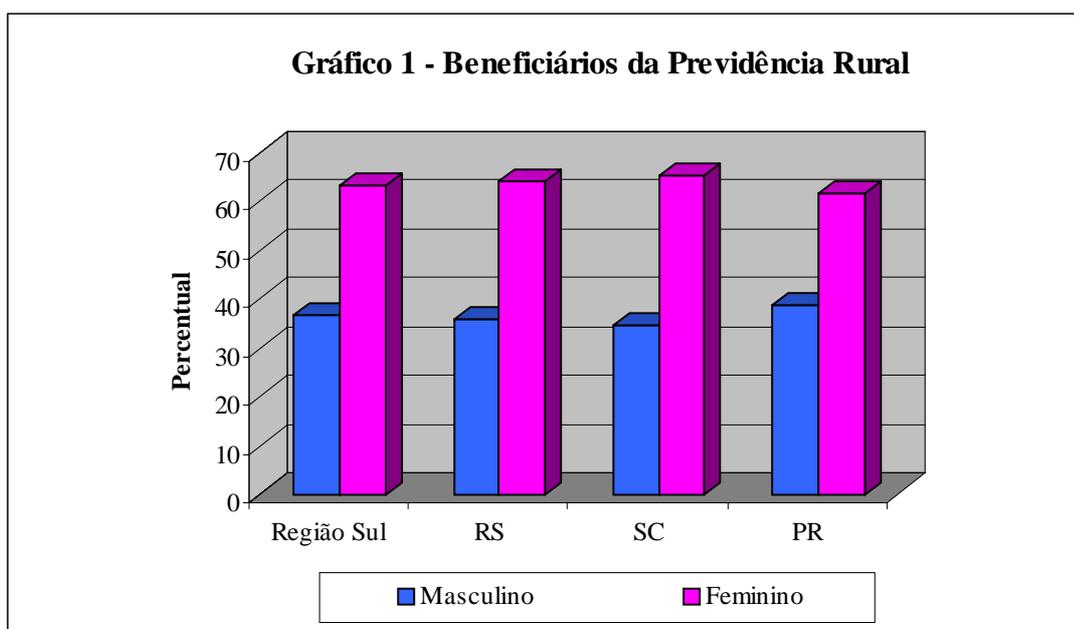
### **2.1.2 O Trabalho com o Banco de Dados do IPEA**

O banco de dados contendo os resultados da pesquisa na região Sul foram disponibilizado pelo IPEA no formato *ACCESS*. Os resultados das entrevistas foram tabulados de acordo com uma codificação preestabelecida, conforme consta no relatório metodológico da pesquisa. Desta forma, em primeiro lugar houve a necessidade de se conhecer o banco de dados para que se pudesse selecionar, posteriormente, as variáveis que seriam utilizadas para os fins deste estudo. Para facilitar o trabalho de abertura dos dados, optou-se por converter o banco de dados do seu formato original (*ACCESS*) para o programa estatístico *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*, em virtude de se ter maior conhecimento da operacionalização do trabalho com esse programa. Além disso, o programa estatístico *SPSS* possibilitaria a desagregação dos dados por Estados, atendendo aos

objetivos deste estudo. O passo seguinte foi organizar o banco de dados no novo formato, obtendo-se as frequências das variáveis selecionadas, possibilitando a partir de então a organização dos dados (tabelas, gráficos) e análise dos resultados, que serão apresentados na seqüência.

## 2.2 Principais Características dos Beneficiários da Previdência Rural

As características dos beneficiários da Previdência Social Rural, de um modo geral, seguiram uma mesma tendência nos três Estados da região Sul do Brasil, conforme será apresentado no decorrer do capítulo. De acordo com os resultados da pesquisa do IPEA, percebe-se que o público feminino destaca-se em relação ao público masculino na região Sul, conforme pode ser observado através do Gráfico 1.



Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

Na região Sul o público feminino representa 63,2% do total de beneficiários. No Rio Grande do Sul 64% dos beneficiários são do sexo feminino e 36% são do sexo masculino. Em Santa Catarina e no Paraná os resultados são semelhantes, onde o público feminino representa 65,4% e 61,4% e o masculino representa 34,6% e 38,6% do total de beneficiários, respectivamente.

Essa diferença entre os públicos feminino e masculino pode ser explicada, em grande parte, pelo fato das mulheres terem sido incluídas nos planos de benefícios da Previdência Social Rural a partir da Constituição de 1988, passando a ter o direito ao recebimento de aposentadoria por idade aos 55 anos. Além disso, a sua maior participação no total de beneficiários também pode ser explicada pelo limite de idade ao acesso à aposentadoria por idade ser cinco anos inferior ao dos homens. Por outro lado, conforme destaca Andrade Silva (2000, p.115), essa diferença deve-se também ao fato de as mulheres receberem muito mais pensões por morte do cônjuge do que os homens, pois a esperança de sobrevivência feminina é maior que a masculina, especialmente nos estratos dos mais idosos.

Através da estrutura etária dos beneficiários também é possível verificar a diferença no limite de idade no acesso à aposentadoria por idade entre homens e mulheres. De acordo com os dados apresentados na Tabela 3, a seguir, observa-se que o público beneficiário feminino, em geral, é mais jovem do que o público beneficiário masculino. Conforme destacam Andrade Silva e Delgado (2000, p.45), na região Sul a população beneficiária da Previdência Social Rural apresenta uma estrutura etária envelhecida e concentra o maior número de pessoas nos grupos de idade de idade de 60 a 69 anos e 70 a 79 anos (aproximadamente 71% do total).

**Tabela 3 - Estrutura Etária dos Beneficiários da Previdência Rural, segundo o Sexo, em percentual**

| Grupos de Idade | Região Sul   |              |              | RS           |              |              | SC           |              |              | PR           |              |              |
|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|                 | Total        | Homens       | Mulheres     |
| Até 21 anos     | 0,1          | 0,3          | 0,1          | 0,2          | 0,2          | 0,1          | 0,0          | 0,0          | 0,0          | 0,2          | 0,4          | 0,0          |
| De 22 a 54      | 7,3          | 5,3          | 8,4          | 6,8          | 5,2          | 7,7          | 6,5          | 6,4          | 6,5          | 8,0          | 5,1          | 9,9          |
| De 55 a 59      | 10,7         | 3,2          | 15,1         | 10,3         | 2,6          | 14,6         | 13,7         | 4,8          | 18,4         | 9,9          | 3,0          | 14,2         |
| De 60 a 69      | 40,1         | 42,7         | 38,6         | 40,4         | 43,4         | 38,8         | 43,3         | 46,5         | 41,7         | 38,5         | 40,7         | 37,2         |
| De 70 a 79      | 30,8         | 36,8         | 27,2         | 30,5         | 36,1         | 27,4         | 28,7         | 32,1         | 26,9         | 31,9         | 39,3         | 27,2         |
| De 80 a 89      | 9,8          | 10,6         | 9,3          | 10,8         | 11,3         | 10,4         | 7,2          | 9,6          | 5,9          | 10,0         | 10,3         | 9,8          |
| De 90 a 99      | 1,0          | 1,1          | 1,0          | 0,8          | 1,2          | 0,7          | 0,6          | 0,6          | 0,6          | 1,3          | 1,2          | 1,4          |
| 100 ou +        | 0,2          | 0,0          | 0,3          | 0,2          | 0,0          | 0,3          | 0,0          | 0,0          | 0,0          | 0,2          | 0,0          | 0,3          |
| <b>Total</b>    | <b>100,0</b> |

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

Nos demais Estados da região Sul também percebe-se uma estrutura etária envelhecida de acordo com os resultados da pesquisa. No Rio Grande do Sul, os dados revelam que a maior concentração dos aposentados e pensionistas (cerca de 71%) encontra-se nos grupos de idade de 60 a 69 anos e 70 a 79 anos. Nesses grupos de idade também está a maior concentração do público feminino (em torno de 66%) e do público masculino (cerca de 80%). Em Santa Catarina e no Paraná, os aposentados que situam-se nos grupos de idade de 60 a 69 anos e 70 a 79 anos representam 72% e 70% do total de beneficiários, respectivamente. Nesses grupos também encontra-se a maior concentração do público feminino, que representa cerca de 69% em Santa Catarina e 64% no Paraná. O público masculino nesses dois grupos representam em torno de 79% em Santa Catarina e 80% no Paraná do total de aposentados e pensionistas da Previdência Social Rural.

Em relação à população rural gaúcha, é importante destacar que a constatação da existência de uma estrutura etária envelhecida não é um fato recente. O trabalho de Schneider (1994, p.261-262) mostra que depois de décadas de forte êxodo (desde os anos sessenta), a população rural passou por um processo de

envelhecimento, onde os migrantes se concentraram nas faixas etárias produtivas (adultos jovens). De acordo com a autora, desde a década de 1980 vem ocorrendo um decréscimo absoluto da população rural gaúcha. Além do êxodo, também contribuíram para o envelhecimento da população rural a taxa de fecundidade e expectativa de vida no meio rural gaúcho. A fecundidade no meio rural era de 3,8 filhos em 1994, quase a metade da média brasileira para as área rural (6,4), e a expectativa de vida ao nascer era de 70,6 anos no Rio Grande do Sul, sendo a média brasileira de 60 anos.

A respeito do envelhecimento da população rural gaúcha, Jean Roche, em seu estudo sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, visualizou os efeitos das migrações sobre a estrutura etária em algumas regiões do Rio Grande do Sul, as “velhas colônias<sup>7</sup>”, no período de 1890 a 1950, observando o envelhecimento populacional. Os resultados do trabalho deste autor indicaram que o envelhecimento nesses municípios estava acontecendo devido ao fato de que grande parte dos que emigravam eram homens e mulheres jovens que buscavam “fundar o seu lar”, seja nas colônias novas<sup>8</sup>, seja fora do Rio Grande do Sul (Roche, 1969, p.379).

Os dados da pesquisa realizada pelo IPEA também revelam que a aposentadoria por idade é o principal tipo de benefício pago pela Previdência Social na região Sul do Brasil, representando cerca de 71% do total de benefícios. O segundo maior benefício pago na região é a pensão por morte, que equivale a 17% do total. A aposentadoria por invalidez e a renda mensal vitalícia representam juntas praticamente 12% do total de benefícios pagos ao meio rural da região Sul.

---

<sup>7</sup> São Leopoldo, Montenegro, São Sebastião do Caí e Santa Cruz do Sul.

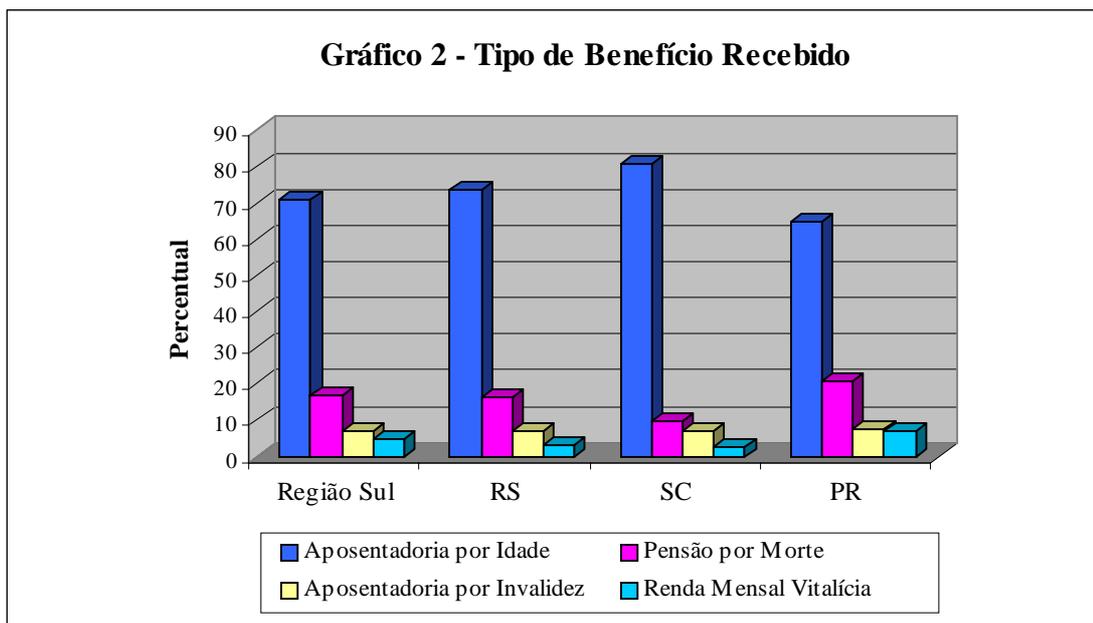
<sup>8</sup> Erechim, Ijuí, Santa Rosa e Três Passos.

Com relação ao tipo de benefício pago pela Previdência Social ao meio rural, percebe-se homogeneidade entre os resultados nos Estados da região Sul, conforme observa-se através do Gráfico 2. No Rio Grande do Sul, 73,5% dos beneficiários recebem aposentadoria por idade. Conforme mencionado anteriormente (Tabela 2), as aposentadorias por idade representavam 52% do total do total de benefícios no início da década de 1990, já no final da década esse tipo de benefício passa a representar aproximadamente 68% do total de benefícios, crescimento que pode ser atribuído às mudanças constitucionais.

A pensão por morte é o segundo maior benefício recebido pelos segurados da Previdência Social no Rio Grande do Sul, representando 16,4% do total de benefícios, e a aposentadoria por invalidez e a renda mensal vitalícia<sup>9</sup> representam em torno de 10% do total de benefícios pagos ao meio rural gaúcho. Embora não esteja representado graficamente, é importante destacar que o Rio Grande do Sul foi o único Estado da região onde constatou-se a existência de aposentadoria por tempo de serviço entre os entrevistados, a qual representa 0,2% do total de benefícios pagos pela Previdência Social Rural.

---

<sup>9</sup> Renda Mensal Vitalícia (RMV) é o benefício que foi concedido até 1995 para os maiores de 70 anos ou inválidos (homens e mulheres) que não exerciam atividade remunerada ou não conseguiam comprovar o exercício da atividade rural. A partir de 1996, esse benefício passou a ser chamado de “Amparo Assistencial”, e foi concedido para homens e mulheres com mais de 70 anos (em 1998, a idade mínima caiu para 67 anos) ou portadores de deficiência física ou mental cuja renda familiar seja inferior a ¼ do salário mínimo *per capita* (Delgado, 1999, p.72).



Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

Com relação aos demais Estados, a aposentadoria por idade também constitui-se o principal benefício recebido pelos beneficiários entrevistados, representando 80% em Santa Catarina e 65% no Paraná em relação ao total de benefícios. Em Santa Catarina 9,8% dos beneficiários entrevistados recebem pensão por morte, no Paraná esse tipo de benefício apresentou um percentual mais elevado do que nos demais Estados, situando-se em torno de 20% do total de benefícios. A aposentadoria por invalidez e a renda mensal vitalícia representam cerca de 10% do total dos benefícios em Santa Catarina e aproximam-se de 15% no Paraná.

Quanto ao local de moradia, percebe-se que quando analisa-se a região como um todo, a maior parte dos beneficiários encontram-se residindo na zona urbana (51,1%)<sup>10</sup> e menos da metade (48,9%) encontram-se residindo na zona

<sup>10</sup> **Zona urbana:** área interna ao perímetro urbano, subdivide-se em: **cidade** (localidade considerada sede municipal e que tem o mesmo nome do município a que pertence a residência pesquisada); **sede distrital** (localidade pertencente administrativamente ao município ou cidade, compreendendo geralmente mais de um bairro); **áreas urbanizadas isoladas** (áreas definidas por lei municipal e separada da sede distrital por área rural ou por um outro limite geral) (Delgado, 1999, p.67).

rural<sup>11</sup>. No entanto, quando analisados os Estados separadamente, os dados apresentam comportamentos diferentes, conforme pode ser visto na Tabela 4.

**Tabela 4 - Zona e Localização das Residências dos Beneficiários da Previdência Rural, em percentual de domicílios**

|                            | <b>Região Sul</b> | <b>RS</b>   | <b>SC</b>   | <b>PR</b>   |
|----------------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Zona Urbana</b>         | <b>51,1</b>       | <b>40,6</b> | <b>35,2</b> | <b>67,4</b> |
| Cidade                     | 88,7              | 87,5        | 88,4        | 89,4        |
| Sede Distrital             | 5,9               | 3,7         | 3,7         | 7,5         |
| Áreas Urbanizadas Isoladas | 5,4               | 8,8         | 7,9         | 3,1         |
| <b>Zona Rural</b>          | <b>48,9</b>       | <b>59,4</b> | <b>64,8</b> | <b>32,6</b> |
| Moradia Isolada            | 67,8              | 63,1        | 77,7        | 67,6        |
| Povoado ou Aglomerado      | 29,3              | 34,4        | 21,4        | 27,3        |
| Outros                     | 2,9               | 2,5         | 0,9         | 5,1         |

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

No Rio Grande do Sul, em torno de 40% dos beneficiários entrevistados declararam residir na zona urbana e praticamente 60% declararam residir na zona rural. Dos que residem na zona urbana, a maior parte das residências encontram-se localizadas na cidade (87,5%) e os demais (3,7%) em sede distrital ou em áreas urbanizadas isoladas (8,8%). Dos que moram na zona rural, cerca de 63% das residências localizam-se em moradia isolada e 34,4% em povoado ou aglomerado. O Estado de Santa Catarina apresentou resultados semelhantes aos do Rio Grande do Sul. Já no Estado do Paraná, diferentemente dos demais, percebe-se que a predominância dos domicílios está na zona urbana (67,4%).

Outra característica dos beneficiários da Previdência Social Rural na região Sul é o baixo nível de escolaridade. Conforme Delgado e Cardoso Jr. (2000a, p.20),

<sup>11</sup> **Zona rural:** área externa ao perímetro urbana, divide-se em: **moradia isolada** (sítios, chácaras e fazendas ou outra moradia com características permanentes); **povoado ou aglomerado** (localidade sem a categoria de sede de circunscrição administrativa, mas com moradias, geralmente em torno de igreja ou capela, pequeno comércio, com seus moradores exercendo atividades econômicas, não em função de um só proprietário de solo ) (Delgado, 1999, p.67).

constatou-se através dos resultados da pesquisa uma situação educacional muito inferior à média nacional atingida nos anos noventa. Os dados da pesquisa do IPEA (Tabela 5) revelam que há uma presença muito grande de pessoas que nunca freqüentaram a escola (cerca de 40%), sendo igualmente elevado o percentual dos que não conseguiram concluir os primeiros quatro anos de estudo (aproximadamente 44%) na região Sul. Os dois estratos inferiores da distribuição educacional incluem cerca de 84% dos beneficiários na região Sul do Brasil, “numa situação que reflete, em grande medida, a origem pobre e rural do público investigado”.

**Tabela 5 – Nível de Escolaridade dos Beneficiários da Previdência Rural, em percentual**

|                          | <b>Região Sul</b> | <b>RS</b>    | <b>SC</b>    | <b>PR</b>    |
|--------------------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|
| Não Frequentou Escola    | 39,9              | 32,1         | 27,3         | 52,4         |
| 1ª à 4ª Série Incompleta | 43,7              | 45,9         | 55,0         | 37,1         |
| 1ª à 4ª Série Completa   | 10,6              | 13,0         | 14,8         | 6,6          |
| 5ª à 8ª Série Incompleta | 2,8               | 5,6          | 1,1          | 0,9          |
| 5ª à 8ª Série Completa   | 0,5               | 0,8          | 0,7          | 0,1          |
| 2º Grau Incompleto       | 0,1               | 0,1          | 0,0          | 0,2          |
| 2º Grau Completo         | 0,6               | 1,0          | 0,0          | 0,4          |
| Nível Técnico e Superior | 0,1               | 0,3          | 0,2          | 0,1          |
| Mobral/Outros            | 1,6               | 1,2          | 0,9          | 2,2          |
| <b>Total</b>             | <b>100,0</b>      | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

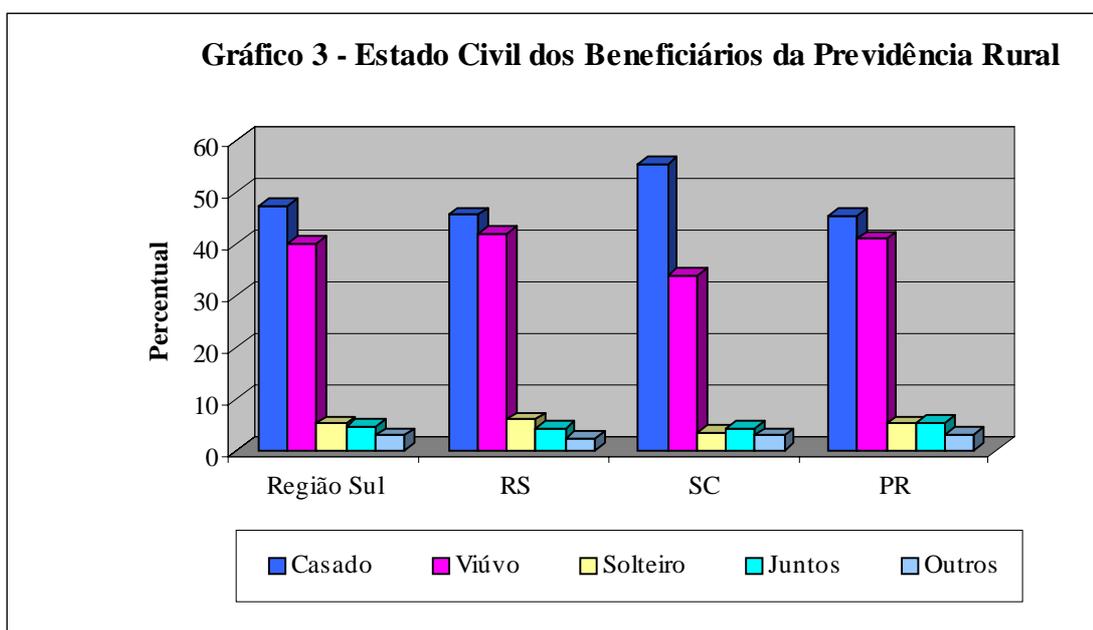
Percebe-se através dos dados apresentados na Tabela 5 que os três Estados da região Sul apresentam baixos níveis de escolaridade entre o público beneficiário rural. No entanto, mesmo com um nível de escolaridade baixo, o Rio Grande do Sul apresentou os melhores resultados em comparação com Santa Catarina e Paraná, onde 32,1% declararam nunca terem frequentado a escola e cerca de 46% não chegaram a concluir os primeiros quatro anos de estudo, de modo que dos que frequentaram a escola, apenas 13% concluíram a quarta série. Embora na região Sul

um número reduzido de beneficiários tenham freqüentado a escola por mais de quatro anos ou se especializado em cursos técnicos ou de nível superior, o Rio Grande do Sul se destaca em relação aos demais Estados apresentando um maior percentual de beneficiários nos níveis de estudo mais elevados (9%).

Em Santa Catarina, 27,3% dos beneficiários entrevistados nunca freqüentaram a escola e 55% não chegaram a concluir os primeiros quatro anos de estudo, sendo que menos de 15% dos que freqüentaram a escola conseguiram concluir a quarta série. Além disso, menos de 3% dos entrevistados tiveram níveis mais elevados de estudo. O Estado do Paraná apresentou os níveis mais baixos de escolaridade em relação aos demais Estados da região, onde mais da metade dos beneficiários entrevistados (52,4%) declararam nunca ter freqüentado a escola e 37,1% declararam que não concluíram os quatro primeiros anos de estudo. Um número muito reduzido dos que freqüentaram a escola no Paraná (6,6%) concluíram a quarta série, sendo que aproximadamente 4% dos entrevistados tiveram mais de quatro anos de estudo

De acordo com a pesquisa de campo realizada nos municípios de Arroio do Tigre e Cândido Godói (cujos resultados serão apresentados no Capítulo III), também constatou-se um baixo nível de escolaridade entre os aposentados e pensionistas rurais. Um dos principais motivos para esse quadro, segundo os entrevistados, é o fato de que havia a necessidade de ajudarem os pais nas atividades rurais no período em que deveriam freqüentar a escola. O trabalho nas atividades rurais demandava grande parte do tempo que dispunham para estudar e, como conseqüência, acabavam freqüentando a escola por um curto período, geralmente o tempo necessário para que aprendessem a ler e a escrever.

Quanto ao estado civil, verifica-se através do Gráfico 3 que a maior parte dos beneficiários da região Sul são casados (47%) e viúvos (40%), sendo que os demais representam aproximadamente 13% do total. No Rio Grande do Sul, cerca de 42% dos beneficiários entrevistados são viúvos, praticamente se igualando aos casados, que representam 45,6%, os demais casos representam 12,5% do total. Em Santa Catarina, o número de casados é superior aos outros Estados (55,4%), sendo que os viúvos representam cerca de 34% dos beneficiários e os demais aproximadamente 11%. O Paraná é o semelhante ao Rio Grande do Sul com relação ao estado civil dos beneficiários, apresentando praticamente a mesma proporção de casados (45,5%) e de viúvos (41%), os demais casos somam 13,5%.



Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

Observando-se o Gráfico 3 percebe-se que há uma elevada proporção de viúvos nos três Estados da região Sul do Brasil. De acordo com Andrade Silva e Delgado (2000, p.50), esse fato “ressalta a importância das políticas públicas

adotadas pela Previdência Social para a população idosa, na medida em que permitem a manutenção das condições socioeconômicas do domicílio, mesmo com a perda de um dos membros da família”.

### **2.3 Características das Moradias**

A pesquisa na região Sul também verificou as condições de moradia e bem-estar domiciliar das famílias beneficiárias da Previdência Social Rural. Conforme destacam Delgado e Cardoso Jr. (2000a, p.42), mesmo que não haja relações mecânicas entre o recebimento dos benefícios e supostas melhorias materiais nas condições de vida, é do interesse de pesquisas de avaliação de impactos socioeconômicos levar em consideração outras dimensões no ambiente cotidiano do público-alvo. E, nesse caso, escolheu-se as condições de moradia por ser, segundo os autores, uma das formas mais privilegiadas de abordar aspectos relevantes para a evolução do bem-estar domiciliar.

Para verificar possíveis melhorias nas condições de moradia, levou-se em consideração as famílias que declararam ter mudado de domicílio após o recebimento do benefício, sendo possível ter informações sobre a última moradia e a moradia atual. Desta forma, os dados foram divididos em dois subgrupos: o *Subgrupo 1* refere-se às famílias que declararam ter mudado de domicílio após o recebimento do benefício da Previdência Social, e o *Subgrupo 2* refere-se às que não mudaram de

domicílio<sup>12</sup>. Quatro aspectos foram considerados quanto às características das moradias: condições de propriedade, características físicas, acesso à infra-estrutura e acesso a bens duráveis de consumo, cujos resultados serão apresentados a seguir.

Com relação às condições de propriedade, as moradias foram classificadas em particular e coletiva<sup>13</sup> e se eram próprias, alugadas ou cedidas<sup>14</sup>. É importante destacar que das famílias que mudaram de domicílio (Subgrupo 1), foi possível recolher informações sobre as condições da moradia anterior e da atual em 97,3% dos casos, “o que garantiu uma avaliação bastante segura das transformações aparentes nos domicílios antes e depois das mudanças” (Delgado e Cardoso Jr., 2000a, p.42).

Percebe-se que na Região Sul houve mudanças no Subgrupo 1 com a introdução dos benefícios rurais nos domicílios, de acordo com os dados apresentados na Tabela 6, a seguir, proporcionando um aumento no número de moradias particulares, passando de 96,6% para 99,1% e também no número de moradias próprias, que antes do recebimento do benefício representavam 54,7% e após o recebimento passaram a representar 69,2%. Para Delgado e Cardoso Jr. (2000a, p.45), “esses dados apontam uma melhora nas condições de propriedade das moradias, provavelmente refletidas em maior bem-estar domiciliar para o subgrupo

---

<sup>12</sup> Na região Sul, cerca de 27% das famílias entrevistadas declararam ter mudado de domicílio após o início do recebimento do benefício (Delgado e Cardoso Jr., 2000a). De acordo com o banco de dados, esse percentual no Rio Grande do Sul foi de 23%, em Santa Catarina 19,8% e no Paraná 34,6%.

<sup>13</sup> Considerou-se *moradia particular* aquela que serve de domicílio para, no máximo, cinco famílias; as condições básicas para caracterizar um domicílio como particular são a separação e a independência. Foi considerada *moradia coletiva* o estabelecimento institucional (hotel, hospital, asilo, etc.) no qual a relação entre os moradores se restringe à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de ordens de convivência (Delgado, 1999, p.84).

<sup>14</sup> É considerada *moradia própria* o domicílio cujo prédio e o terreno sejam de propriedade de um ou mais de um de seus residentes. *Moradia alugada* refere-se ao domicílio alugado e *moradia cedida* é quando o domicílio é cedido gratuitamente por particular (parente, empregador, etc.) ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação (Delgado, 1999, p.86).

que declarou mudança de domicílio após tornar-se beneficiário da previdência social rural”.

**Tabela 6 – Condições de Propriedade dos Domicílios, em percentual**

|              | Região Sul       |               |               | RS               |               |               | SC               |               |               | PR               |               |               |
|--------------|------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|
|              | Subgrupos        |               |               |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |
| Moradia      | 1                |               | 2             | 1                |               | 2             | 1                |               | 2             | 1                |               | 2             |
|              | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual |
| Particular   | 96,6             | 99,1          | 100,0         | 94,5             | 98,9          | 100,0         | 100,0            | 99,1          | 100,0         | 97,5             | 99,3          | 99,9          |
| Coletiva     | 0,7              | 0,9           | 0,0           | 1,1              | 1,1           | 0,0           | 0,0              | 0,9           | 0,0           | 0,7              | 0,7           | 0,1           |
| <b>Total</b> | <b>97,3</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>95,6</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>     | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>98,2</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  |
| Própria      | 54,7             | 69,2          | 90,9          | 64,2             | 76,5          | 93,7          | 68,2             | 75,5          | 92,8          | 45,6             | 63,2          | 86,7          |
| Alugada      | 16,3             | 10,2          | 0,9           | 14,0             | 9,3           | 0,7           | 11,2             | 9,4           | 0,7           | 19,0             | 10,9          | 1,2           |
| Cedida       | 25,1             | 20,4          | 8,2           | 15,9             | 14,2          | 5,5           | 17,8             | 14,2          | 6,5           | 32,5             | 25,7          | 12,1          |
| Outro        | 0,5              | 0,2           | 0,0           | 0,7              | 0,0           | 0,1           | 0,9              | 0,9           | 0,0           | 0,2              | 0,2           | 0,0           |
| <b>Total</b> | <b>96,6</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>94,8</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>98,1</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>97,3</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  |

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

No Rio Grande do Sul, dos entrevistados que declararam ter mudado de moradia após o recebimento dos benefícios (Subgrupo 1), percebe-se um aumento no percentual dos domicílios particulares, que passou de 94,5% para cerca de 99% após o recebimento dos benefícios. A mudança também representou a redução das moradias cedidas de 15,9% para 14,2% e das moradias alugadas de 14% para 9,3%, intensificando a proporção de moradias próprias, que passou de 64,2% para 76,5%. É importante destacar que o Rio Grande do Sul é o Estado da região Sul que apresentou o maior percentual de moradias próprias (atual), independente do Subgrupo, no momento em que a pesquisa do IPEA foi realizada.

Os demais Estados da região apresentaram resultados semelhantes no que diz respeito às condições de propriedade dos domicílios pesquisados. Em Santa Catarina percebe-se que houve uma pequena redução no percentual de moradias particulares da moradia anterior para atual no Subgrupo 1 (de 100% para 99,1%). No

entanto, o percentual de moradias particulares aumentaram de 68,2% para 75,5% da moradia anterior para a atual, havendo, da mesma forma que no Rio Grande do Sul, redução no percentual de moradias alugadas (11,2% para 9,4%) e cedidas (17,8% para 14,2%).

O Estado do Paraná também apresentou melhorias nas condições de moradia no Subgrupo 1, como uma elevação de 97,5% para 99,3% das moradias anterior para atual. Também percebe-se que elevou-se o percentual de moradias próprias de 45,6% para 63,2%, e reduziu-se o percentual das moradias alugadas (de 19% para 10,9%) e cedidas (de 32,5% e 25,7%). O Estado do Paraná apresentou os menores percentuais de moradias próprias, nos dois Subgrupos, em relação aos demais Estados da região, e percentuais mais elevados com relação às moradias alugadas e cedidas.

Quanto às características físicas, os domicílios foram avaliados quanto ao material predominante nas paredes das casas e pelo número de cômodos. A região Sul apresentou melhorias nesse aspecto, conforme mostra a Tabela 7.

**Tabela 7 - Características Físicas dos Domicílios, em percentual**

|                             | Região Sul       |               |               | RS               |               |               | SC               |               |               | PR               |               |               |
|-----------------------------|------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|
|                             | Subgrupos        |               |               |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |
|                             | 1                |               | 2             | 1                |               | 2             | 1                |               | 2             | 1                |               | 2             |
|                             | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual |
| <b>Material das paredes</b> |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |
| Alvenaria                   | 19,7             | 42,5          | 35,2          | 27,3             | 47,8          | 44,2          | 13,1             | 31,1          | 19,6          | 16,7             | 42,0          | 33,4          |
| Madeira                     | 68,5             | 41,6          | 49,7          | 58,7             | 37,7          | 41,7          | 72,0             | 43,4          | 55,7          | 73,6             | 43,6          | 55,4          |
| Alvenaria e madeira         | 4,9              | 13,8          | 13,6          | 5,9              | 13,4          | 12,8          | 13,1             | 23,6          | 24,2          | 2,3              | 11,6          | 9,1           |
| Outros                      | 3,7              | 2,1           | 1,5           | 3,4              | 1,1           | 1,3           | 0,0              | 1,9           | 0,5           | 4,8              | 2,8           | 2,1           |
| <b>Total</b>                | <b>96,8</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>95,3</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>98,2</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>97,4</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  |
| <b>Número de cômodos</b>    |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |
| 1 a 2                       | 11,4             | 8,0           | 2,9           | 9,6              | 4,1           | 3,0           | 5,6              | 7,5           | 1,4           | 14,0             | 10,5          | 3,6           |
| 3 a 6                       | 68,6             | 70,9          | 62,8          | 68,3             | 70,1          | 59,3          | 58,9             | 61,3          | 51,9          | 71,1             | 73,6          | 72,2          |
| 7 a 12                      | 16,0             | 20,8          | 33,8          | 15,9             | 25,0          | 37,3          | 32,7             | 30,3          | 46,2          | 12,0             | 15,9          | 23,7          |
| Mais de 12                  | 0,5              | 0,3           | 0,5           | 0,7              | 0,8           | 0,4           | 0,9              | 0,9           | 0,5           | 0,2              | 0,0           | 0,5           |
| <b>Total</b>                | <b>96,5</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>94,5</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>98,1</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>97,3</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  |

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

Quanto ao material das paredes, observa-se que no Rio Grande do Sul as moradias que eram anteriormente feitas de madeira (58,7%) reduziram-se para 37,7% e o número de casas de alvenaria, que antes da mudança de domicílio representava 27,3% do total, depois da mudança passou a ser de 47,8%. Nota-se também que no Rio Grande do Sul prevalecem moradias de alvenaria na moradia atual tanto no Subgrupo 1 como no Subgrupo 2, ao contrário do que se observa nos demais Estados, onde a maior parte das moradias são constituídas de madeira nos dois Subgrupos. Percebe-se também que houve um aumento no número de cômodos dos domicílios quando consideradas as moradias anterior e atual, nos três Estados da região Sul a maior parte dos domicílios têm de 3 a 6 cômodos.

Em relação às condições de acesso à infra-estrutura, foram levados em consideração aspectos referentes à forma de abastecimento de água, o tipo de instalação sanitária, a forma de abastecimento de luz e a existência ou não de telefone nos domicílios. De uma forma geral, percebeu-se melhorias na infra-estrutura dos domicílios rurais da Região Sul que declararam mudança de domicílio após o início do recebimento dos benefícios da Previdência Social (Subgrupo 1) quando analisados os aspectos mencionados. No entanto, “a simples descrição das transformações deve ser vista com cuidado quando o objetivo é avaliar a evolução do bem-estar dessas famílias” (Delgado e Cardoso Jr., 2000a, p.46).

**Tabela 8 – Condições de Acesso à Infra-Estrutura, em percentual**

|                             | Região Sul       |               |               | RS               |               |               | SC               |               |               | PR               |               |               |
|-----------------------------|------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|
|                             | Subgrupos        |               |               |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |
|                             | 1                |               |               | 2                |               |               | 1                |               |               | 2                |               |               |
|                             | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual |
| <b>Abastecim. de Água</b>   |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |
| Rede geral                  | 43,0             | 79,2          | 45,5          | 31,4             | 78,7          | 38,7          | 29,0             | 69,8          | 28,2          | 53,5             | 81,8          | 62,0          |
| Poço ou nascente            | 48,1             | 17,3          | 52,3          | 57,9             | 17,2          | 59,2          | 65,4             | 27,4          | 70,0          | 37,9             | 15,0          | 35,8          |
| Outros                      | 5,5              | 3,5           | 2,2           | 5,6              | 4,1           | 2,1           | 3,8              | 2,8           | 1,8           | 5,8              | 3,2           | 2,2           |
| <b>Total</b>                | <b>96,6</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>94,9</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>98,2</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>97,2</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  |
| <b>Instalação Sanitária</b> |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |
| Rede Geral                  | 11,1             | 28,1          | 15,0          | 14,8             | 41,4          | 15,0          | 6,5              | 21,7          | 9,5           | 9,9              | 21,6          | 17,9          |
| Fossa séptica               | 23,6             | 36,6          | 34,8          | 19,2             | 34,3          | 35,2          | 22,4             | 39,6          | 30,8          | 26,6             | 37,3          | 36,4          |
| Fossa comum                 | 50,5             | 32,6          | 44,9          | 48,7             | 22,8          | 45,0          | 53,3             | 33,0          | 49,1          | 51,0             | 38,4          | 42,6          |
| Não possui                  | 11,3             | 2,7           | 5,3           | 12,2             | 1,5           | 4,8           | 15,9             | 5,7           | 10,6          | 9,7              | 2,7           | 3,1           |
| <b>Total</b>                | <b>96,5</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>94,9</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>98,1</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>97,2</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  |
| <b>Abastecimento de Luz</b> |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |
| Rede geral                  | 72,1             | 96,1          | 92,7          | 57,9             | 95,5          | 88,6          | 84,1             | 96,2          | 97,0          | 77,9             | 96,4          | 94,9          |
| Querosene                   | 20,6             | 2,7           | 5,9           | 32,1             | 4,1           | 10,1          | 10,3             | 0,9           | 1,8           | 16,0             | 2,3           | 3,3           |
| Outros                      | 1,3              | 0,5           | 1,0           | 1,5              | 0,4           | 1,0           | 0,9              | 2,0           | 0,5           | 1,4              | 0,2           | 0,7           |
| Não possui                  | 2,6              | 0,7           | 0,4           | 3,3              | 0,0           | 0,3           | 2,8              | 0,9           | 0,7           | 2,0              | 1,1           | 1,1           |
| <b>Total</b>                | <b>96,6</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>94,8</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>98,1</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>97,3</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  |
| <b>Telefone</b>             |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |
| Possui                      | 5,2              | 14,3          | 15,7          | 4,4              | 14,6          | 16,6          | 5,6              | 15,1          | 15,7          | 5,6              | 13,9          | 14,7          |
| Não Possui                  | 91,5             | 85,7          | 84,3          | 90,4             | 85,4          | 83,4          | 92,5             | 84,9          | 84,3          | 91,9             | 86,1          | 85,3          |
| <b>Total</b>                | <b>96,7</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>94,8</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>98,1</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  | <b>97,5</b>      | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>  |

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

Os dados apresentados na Tabela 8 indicam que no Rio Grande do Sul, em praticamente 58% dos domicílios, a principal forma de abastecimento de água antes da mudança era através de poço ou nascente, onde apenas 31,4% dos domicílios tinham acesso à rede geral. Já na moradia atual, em torno de 80% desses domicílios têm acesso à rede geral e o número dos que utilizam-se de poços ou nascentes caiu para 17%. No entanto, quando analisado o Subgrupo 2 (os que não mudaram de domicílio), percebe-se que a maior parte dos domicílios ainda continuam tendo acesso ao abastecimento de água através de poços ou nascentes, ou outros meios (cerca de 61%) e apenas 38,7% têm acesso à rede geral de água. Nesse aspecto, o Estado do Paraná destaca-se nas melhorias em relação aos outros Estados da região,

pois tanto no Subgrupo 1 (82%) como no Subgrupo 2 (62%), os domicílios possuem acesso à rede geral de abastecimento de água.

Com relação à instalação sanitária dos domicílios, os três Estados apresentaram melhorias em relação ao Subgrupo 1. No entanto, o Rio Grande do Sul apresentou os melhores resultados, onde a maioria dos domicílios (41,4%) possuem acesso à rede geral (ligado a uma rede geral da área, região ou município). Apesar disso, 1,5% dos domicílios ainda não possuem instalação sanitária, percebendo-se que esse percentual mostra-se mais elevado nas famílias que declararam não ter mudado de domicílio (4,8%). Nesse subgrupo praticamente a metade dos domicílios (45%) ainda possuem fossa comum (rudimentar), sendo que o mesmo foi percebido nos Estados de Santa Catarina e Paraná.

Quanto ao abastecimento de luz, os três Estados da região Sul apresentaram melhorias, onde mais de 90% dos domicílios possuem acesso à rede geral de abastecimento. Quando considerada a moradia anterior, 3,3% dos domicílios no Rio Grande do Sul não tinham nenhum tipo de acesso ao abastecimento de luz no momento da pesquisa. Essa situação se alterou com a mudança de domicílio, onde todos os domicílios passaram a ter algum tipo de acesso no abastecimento de luz (Subgrupo 1).

Apesar de grande parte dos domicílios da região Sul ainda não possuir telefone particular, houve um incremento no acesso a esse bem quando comparadas as moradias anterior e atual. De acordo com os resultados da pesquisa, no Rio Grande do Sul 14,6% dos domicílios possuem telefone, em Santa Catarina 15,1% e no Paraná 13,9%. No entanto, percebe-se que neste aspecto o Subgrupo 2 destacou-se em relação ao Subgrupo 1 nos três Estados (embora com pouca diferença),

apresentando um maior percentual de domicílios que possuem telefone, sendo 16,6% no Rio Grande do Sul, 15,7% em Santa Catarina e 14,7% no Paraná.

A pesquisa também investigou as características de acesso a bens duráveis de consumo, através da existência ou não de um conjunto de bens nos domicílios pesquisados. Com relação aos resultados relativos à região Sul, Delgado e Cardoso Jr. (2000a, p.46) comentam que, em linhas gerais, houve um incremento no bem-estar domiciliar associado a uma expansão dos domicílios portadores de bens considerados mínimos à satisfação das necessidades familiares básicas. A Tabela 9 apresenta o percentual de domicílios que declararam ter acesso aos bens duráveis de consumo.

**Tabela 9 – Acesso a Bens Duráveis de Consumo, em percentual de domicílios em cada item**

| Bens                 | Região Sul       |               |               | RS               |               |               | SC               |               |               | PR               |               |               |
|----------------------|------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|
|                      | Subgrupos        |               |               |                  |               |               |                  |               |               |                  |               |               |
|                      | 1                |               | 2             | 1                |               | 2             | 1                |               | 2             | 1                |               | 2             |
|                      | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual | Moradia Anterior | Moradia Atual | Moradia Atual |
| Fogão a gás          | 72,3             | 94,2          | 91,6          | 67,9             | 95,9          | 89,5          | 79,2             | 94,3          | 94,0          | 73,2             | 93,2          | 92,7          |
| Fogão a lenha        | 70,1             | 54,7          | 76,1          | 79,5             | 71,3          | 88,8          | 84,0             | 68,9          | 83,8          | 60,9             | 41,1          | 58,3          |
| Geladeira            | 57,6             | 80,8          | 84,9          | 53,4             | 84,3          | 84,1          | 77,4             | 90,6          | 89,8          | 55,2             | 76,4          | 83,1          |
| Televisor            | 54,7             | 78,9          | 82,3          | 49,2             | 83,2          | 80,6          | 68,9             | 83,0          | 87,8          | 54,5             | 75,2          | 81,2          |
| Rádio                | 74,4             | 84,8          | 89,6          | 75,7             | 88,8          | 92,1          | 78,3             | 82,1          | 88,9          | 72,5             | 83,0          | 87,2          |
| Freezer              | 15,2             | 24,9          | 45,6          | 19,4             | 36,2          | 53,6          | 42,4             | 50,9          | 68,8          | 6,1              | 11,8          | 24,9          |
| Antena parabólica    | 5,9              | 19,3          | 30,1          | 7,5              | 17,9          | 27,6          | 10,4             | 29,2          | 43,4          | 3,9              | 17,7          | 25,8          |
| Máq. de lavar roupas | 3,4              | 9,0           | 8,3           | 3,4              | 9,3           | 7,8           | 5,7              | 10,4          | 9,7           | 3,0              | 8,4           | 8,0           |
| Outros               | 1,3              | 5,4           | 6,8           | 2,6              | 6,8           | 6,3           | 1,9              | 8,5           | 12,0          | 0,7              | 4,0           | 4,4           |

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

Considerando os dados por Estados, percebe-se nitidamente o incremento no acesso aos bens duráveis de consumo, principalmente quando comparadas as moradias anterior e atual. Na região Sul, a média era de 3,7 bens por domicílio na moradia anterior, sendo que na atual essa média aumentou para 4,5 bens por domicílio. No Rio Grande do Sul, na moradia anterior havia em média 3,9 bens por

domicílio e na atual 4,9. Santa Catarina apresentou a maior média de bens por domicílio, sendo 4,6 na moradia anterior e 5,1 na moradia atual. No Paraná essa média foi de 3,4 bens por domicílio na moradia anterior e 4 bens na moradia atual.

Esse incremento indica que as famílias rurais passaram a ter melhores oportunidades de usufruir de bens de consumo após o recebimento dos benefícios. De acordo com a pesquisa de campo realizada nos municípios de Arroio do Tigre e Cândido Godói (cujos resultados serão apresentados no próximo capítulo), os entrevistados confirmaram a melhoria no acesso aos bens de consumo duráveis a partir do recebimento dos benefícios previdenciários. A renda mensal e líquida das aposentadorias e pensões facilitou a aquisição desses bens, principalmente pela possibilidade de comprarem a prazo e de poderem programar os pagamentos. Os resultados da pesquisa do IPEA e do trabalho de campo permitem dizer que a possibilidade de poder contar com certos tipos de bens facilita o dia-a-dia das famílias e proporciona um maior conforto às mesmas. No entanto, apenas pelos dados apresentados é difícil avaliar com precisão se o acesso aos bens de consumo duráveis tem proporcionado melhorias no bem-estar das famílias beneficiárias da Previdência Social Rural.

#### **2.4 Rendimento Familiar e Atividade Econômica dos Domicílios**

Nos itens anteriores deste capítulo foi possível tomar conhecimento das principais características dos beneficiários da Previdência Social Rural, assim como as características dos domicílios pesquisados, percebendo-se que o recebimento dos

benefícios estão contribuindo para melhorias nas condições de moradia das famílias que residem no meio rural.

A partir da próxima seção, as informações que serão apresentadas dizem respeito ao rendimento familiar e à relação entre o beneficiário e a atividade econômica desenvolvida nos estabelecimentos rurais<sup>15</sup>. As variáveis escolhidas serviram de subsídio para o teste das hipóteses deste estudo, quais sejam, de que os recursos da Previdência Social Rural estão viabilizando as atividades produtivas da agricultura familiar e de que esses recursos podem estar representando uma nova forma de reprodução econômica e social das famílias beneficiárias do sistema. Também serão apresentadas informações referentes às relações de trabalho das pessoas residentes nos domicílios pesquisados e aos gastos domiciliares.

#### **2.4.1 Rendimentos Domiciliares**

As informações apresentadas nesta seção dizem respeito aos rendimentos dos domicílios pesquisados<sup>16</sup>. Estão incluídos nos resultados os rendimentos recebidos pelos beneficiários da Previdência Social Rural e por todas as pessoas de 10 anos ou mais residentes no domicílio que obtiveram algum tipo de rendimento nos últimos doze meses anteriores à pesquisa. As informações referentes aos rendimentos estão divididas em renda domiciliar total, renda do benefício previdenciário e renda

---

<sup>15</sup> Estabelecimento rural é considerado todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processe uma exploração agropecuária (Delgado, 1999, p.93).

<sup>16</sup> O número absoluto de domicílios trabalhados nas tabelas 10 a 13 foram: 2992 na região Sul, 1177 no Rio Grande do Sul, 539 em Santa Catarina e 1276 no Paraná. Oito casos não foram considerados, pois os entrevistados declararam morar em “moradia coletiva”.

da ocupação principal<sup>17</sup>. Outros tipos de rendimentos estão incluídos na renda domiciliar total, mas não serão considerados separadamente. Optou-se por trabalhar apenas com a renda do benefício previdenciário e da ocupação principal pelo fato de representarem quase a totalidade do valor recebido nos domicílios.

A renda domiciliar total inclui o benefício previdenciário (aposentadoria ou pensão recebida), o rendimento da ocupação acessória (em que a pessoa se ocupa com menor número de horas semanalmente), o rendimento de aluguéis, juros e arrendamentos, o recebimento de ajuda financeira de amigos e parentes, outros tipos de rendimentos e o rendimento da ocupação principal. As famílias dos beneficiários dispõem, em geral, de um conjunto muito limitado de fontes de renda e ocupações, que tornam-se os meios de subsistência do grupo familiar. Esses meios transformam-se quantitativa e qualitativamente ao serem somados aos benefícios rurais, pois estes cumprem não só a função de seguro de proteção social, como também, indiretamente, “uma função que muito se aproxima de um seguro agrícola, e amplia o potencial produtivo da economia familiar<sup>18</sup>” (Delgado e Cardoso Jr., 2000b, p.65).

No período em que foi realizada a pesquisa do IPEA (segundo semestre de 1998), a renda média domiciliar total na região Sul era de aproximadamente R\$ 552,00, ou 4,24 salários mínimos (considerando-se que o valor do salário mínimo no período era de R\$ 130,00). Conforme mostra a Tabela 10, cerca de 56% dos domicílios pesquisados situaram-se na faixa até 3 salários mínimos, recebendo em média R\$ 328,00 mensais (Delgado e Cardoso Jr. 2000b).

---

<sup>17</sup> Ocupação principal é considerada aquela em que a pessoa se ocupa no maior número de horas semanalmente ou, em caso de igualdade de horas trabalhadas, aquela que proporciona maior rendimento (Delgado, 1999, p.96).

<sup>18</sup> A expressão economia familiar refere-se “ao conjunto das funções econômicas e não econômicas que dão suporte e conferem condições de sustentação e reprodução às unidades familiares ocupadas, inativas ou residentes no espaço rural” (Delgado, 1999, p.16).

**Tabela 10 – Renda Domiciliar Mensal Total – Região Sul, por faixa salarial**

| <b>Faixa Salarial</b> | <b>% de Domicílios</b> | <b>% Acumulada</b> | <b>R\$ por Domicílio</b> | <b>Renda (salário mín.)</b> |
|-----------------------|------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------------------|
| Até 1 salário mínimo  | 11,03                  | 11,03              | 129,81                   | 1,00                        |
| Mais de 1 a 2         | 24,13                  | 35,16              | 240,13                   | 1,85                        |
| Mais de 2 a 3         | 20,79                  | 55,95              | 328,11                   | 2,52                        |
| Mais de 3 a 5         | 23,06                  | 79,01              | 511,24                   | 3,93                        |
| Mais de 5 a 10        | 15,71                  | 94,72              | 878,00                   | 6,75                        |
| Mais de 10            | 5,28                   | 100,00             | 2946,81                  | 22,67                       |
| <b>Total</b>          | <b>100,00</b>          | <b>-</b>           | <b>551,91</b>            | <b>4,24</b>                 |

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

Os dados da Tabela 11 indicam que os domicílios gaúchos pesquisados recebiam da Previdência Social Rural em média 4,5 salários mínimos mensais no momento da pesquisa, o equivalente a aproximadamente R\$ 586,00 (média superior à da região), onde praticamente 53% dos domicílios localizavam-se na faixa de até 3 salários mínimos mensais.

**Tabela 11 – Renda Domiciliar Mensal Total, por faixa salarial**

| <b>Faixa Salarial</b> | <b>RS</b>          |                |                       |                     | <b>SC</b>          |                |                       |                     | <b>PR</b>          |                |                       |                     |
|-----------------------|--------------------|----------------|-----------------------|---------------------|--------------------|----------------|-----------------------|---------------------|--------------------|----------------|-----------------------|---------------------|
|                       | <b>% de Domic.</b> | <b>% Acum.</b> | <b>R\$ por Domic.</b> | <b>Renda (s.m.)</b> | <b>% de Domic.</b> | <b>% Acum.</b> | <b>R\$ por Domic.</b> | <b>Renda (s.m.)</b> | <b>% de Domic.</b> | <b>% Acum.</b> | <b>R\$ por Domic.</b> | <b>Renda (s.m.)</b> |
| Até 1 s.m.            | 10,11              | 10,11          | 129,80                | 1,00                | 5,38               | 5,38           | 128,62                | 0,99                | 14,26              | 14,26          | 130,00                | 1,00                |
| Mais de 1 a 2         | 22,51              | 32,62          | 239,50                | 1,84                | 20,78              | 26,16          | 244,37                | 1,88                | 27,04              | 41,30          | 239,25                | 1,84                |
| Mais de 2 a 3         | 20,31              | 52,93          | 330,01                | 2,54                | 20,22              | 46,38          | 317,60                | 2,44                | 21,47              | 62,77          | 330,65                | 2,54                |
| Mais de 3 a 5         | 24,55              | 77,48          | 512,77                | 3,94                | 23,75              | 70,13          | 518,91                | 3,99                | 21,40              | 84,17          | 506,04                | 3,89                |
| Mais de 5 a 10        | 16,06              | 93,54          | 899,16                | 6,92                | 22,63              | 92,76          | 859,82                | 6,61                | 12,46              | 96,63          | 866,81                | 6,67                |
| Mais de 10            | 6,46               | 100,00         | 2811,09               | 21,62               | 7,24               | 100,00         | 4094,59               | 31,50               | 3,37               | 100,00         | 2145,70               | 16,51               |
| <b>Total</b>          | <b>100,00</b>      | <b>-</b>       | <b>585,86</b>         | <b>4,51</b>         | <b>100,00</b>      | <b>-</b>       | <b>736,04</b>         | <b>5,66</b>         | <b>100,00</b>      | <b>-</b>       | <b>442,82</b>         | <b>3,41</b>         |

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

O Estado de Santa Catarina apresentou o maior rendimento mensal da região de acordo com os dados da pesquisa do IPEA, onde cada domicílio recebeu em média R\$ 736,00 mensais (5,7 salários mínimos). Nota-se também que em Santa Catarina o percentual de domicílios situados nas faixas de mais de 5 a mais de 10

salários mínimos é superior aos demais Estados, representando cerca de 30% do total de domicílios (no Rio Grande do Sul esse percentual equivale a 22,5% e no Paraná 15,8%). O Estado do Paraná apresentou a menor renda da região, onde cada domicílio recebeu em média R\$ 443,00 mensais, o equivalente a 3,4 salários mínimos, sendo que a maior parte dos domicílios (cerca de 63%) encontravam-se situados na faixa de 3 salários mínimos.

Na região Sul, a renda do benefício previdenciário representa em média 41,5% da renda domiciliar total, o equivalente a aproximadamente R\$ 230,00 mensais, o que indica que o benefício previdenciário é tão mais importante na conformação da renda domiciliar quanto menores as faixas de rendimentos (Delgado e Cardoso Jr., 2000b, p.66). De acordo com os resultados apresentados na Tabela 12, a seguir, o benefício previdenciário representa cerca de 70% da renda total dos domicílios situados na faixa de mais de 2 até 3 salários mínimos. Mesmo para os domicílios situados nas faixas de renda superiores, o benefício previdenciário também é um componente bastante relevante na renda total das famílias, ao contrário dos rendimentos da ocupação principal, que somente passam a ser significativos para a famílias com rendimentos domiciliares acima de 3 salários mínimos.

**Tabela 12 – Renda Mensal do Benefício Previdenciário, por faixa de salário mínimo**

| Faixa Salarial | Região Sul     |              | RS             |              | SC             |              | PR             |              |
|----------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
|                | R\$ por Domic. | Peso %       |
| Até 1 s.m.     | 129,77         | 99,98        | 129,71         | 99,93        | 128,62         | 100,00       | 130,00         | 100,00       |
| Mais de 1 a 2  | 216,12         | 90,00        | 217,37         | 90,76        | 226,07         | 92,51        | 211,94         | 88,57        |
| Mais de 2 a 3  | 227,08         | 69,20        | 227,65         | 68,98        | 239,93         | 75,54        | 221,47         | 66,98        |
| Mais de 3 a 5  | 247,77         | 48,46        | 249,58         | 48,78        | 255,23         | 49,19        | 242,36         | 47,89        |
| Mais de 5 a 10 | 270,33         | 30,79        | 265,50         | 29,53        | 279,10         | 32,46        | 269,36         | 31,07        |
| Mais de 10     | 302,74         | 10,27        | 315,61         | 11,23        | 301,51         | 7,36         | 281,12         | 13,10        |
| <b>Total</b>   | <b>229,26</b>  | <b>41,54</b> | <b>232,58</b>  | <b>39,70</b> | <b>248,02</b>  | <b>33,70</b> | <b>218,29</b>  | <b>49,30</b> |

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

No Rio Grande do Sul, a renda do benefício previdenciário representa aproximadamente 40% da renda total mensal dos domicílios pesquisados (cerca de R\$ 233,00), sendo que o benefício previdenciário é mais importante na composição da renda total nas faixas de renda mais baixas (até 3 salários mínimos). Em Santa Catarina o benefício previdenciário representa 33,7% da renda total mensal recebida nos domicílios pesquisados (R\$ 248,00). No Paraná o benefício previdenciário é mais representativo em relação aos demais Estados, pois representa praticamente a metade (49,3%) da renda total dos domicílios beneficiados pela Previdência social Rural (R\$ 218,00).

A renda da ocupação principal é a que tem uma maior participação na renda total dos domicílios pesquisados na região Sul, principalmente nas faixas salariais maiores (acima de 3 salários mínimos). Em média, a ocupação principal representa em torno de 52% da renda total mensal dos domicílios, uma renda aproximada de R\$ 287,00 mensais. No entanto, nos menores estratos de renda (até 3 salários mínimos) a renda da ocupação principal é pouco significativa. De acordo com a pesquisa de campo realizada nos municípios de Arroio do Tigre e Cândido Godói, isso pode ser explicado pelo fato da maior parte dos domicílios pesquisados não terem outras fontes de renda a não ser a do benefício previdenciário, conforme será visto no capítulo seguinte.

**Tabela 13 – Renda Mensal da Ocupação Principal, por faixa de salário mínimo**

| Faixa Salarial | Região Sul     |              | RS             |              | SC             |              | PR             |              |
|----------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
|                | R\$ por Domic. | Peso %       |
| Até 1 s.m.     | 0,00           | 0,00         | 0,00           | 0,00         | 0,00           | 0,00         | 0,00           | 0,00         |
| Mais de 1 a 2  | 19,72          | 8,21         | 18,21          | 7,60         | 14,33          | 5,86         | 22,65          | 9,47         |
| Mais de 2 a 3  | 85,09          | 25,93        | 87,29          | 26,45        | 53,05          | 16,70        | 95,91          | 29,00        |
| Mais de 3 a 5  | 228,37         | 44,67        | 225,16         | 43,91        | 221,03         | 42,60        | 235,21         | 46,48        |
| Mais de 5 a 10 | 538,56         | 61,34        | 549,90         | 61,16        | 526,03         | 61,18        | 534,70         | 61,69        |
| Mais de 10     | 2.407,56       | 81,70        | 2.248,55       | 79,99        | 3.590,12       | 87,68        | 1.616,06       | 75,32        |
| <b>Total</b>   | <b>286,85</b>  | <b>51,97</b> | <b>310,60</b>  | <b>53,02</b> | <b>445,03</b>  | <b>60,46</b> | <b>198,13</b>  | <b>44,74</b> |

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

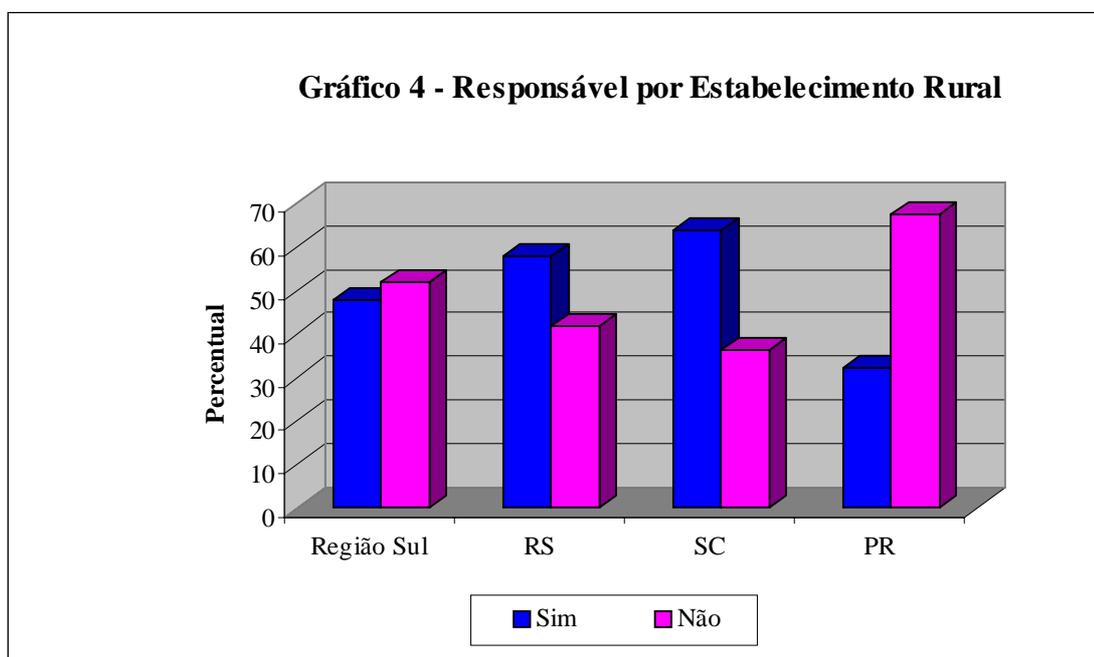
No Rio Grande do Sul, a ocupação principal tem uma importante participação na renda total dos domicílios, pois representa em torno de 53% da renda total, em média R\$ 311,00. Em geral, a participação de cada faixa salarial apresentou resultados bastante semelhantes aos da região, sendo que a ocupação principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes nos domicílios rurais gaúchos é mais representativa nas faixas de renda mais altas, acima de 3 salários mínimos. Em Santa Catarina, a participação da ocupação principal destaca-se em relação aos demais Estados da região, representando cerca de 61% da renda total dos domicílios e no Paraná essa participação é de praticamente 45%.

#### **2.4.2 Atividade Rural Predominante e Forma de Utilização dos Benefícios**

Através dos dados apresentados na seção anterior, observou-se que o benefício previdenciário, mesmo nas faixas salariais mais altas, é um importante componente na renda total das famílias que residem no meio rural. De acordo com Delgado e Cardoso Jr. (2000b, p.66-67), “se esse benefício opera meramente como

seguro de renda vitalícia (...) ou como seguro agrícola, fundamental nas estratégias de ampliação da renda rural, ou ainda como gerador de uma renda extra de subsistência, cabe ressaltar a importância das relações existentes entre as unidades familiares beneficiárias da Previdência Rural e as atividades econômicas à sua volta”. Nesse sentido, serão apresentados em seguida os resultados da pesquisa sobre as relações existentes entre as unidades familiares e as atividades econômicas desenvolvidas nos estabelecimentos rurais.

De acordo com os resultados da pesquisa realizada na região Sul, 48% dos entrevistados declararam ser responsáveis pelo estabelecimento rural, ou seja, “exploram uma área rural ou exercem outra atividade econômica rural ou de subsistência em estabelecimento próprio ou de terceiros” (Delgado, 1999, p.93).

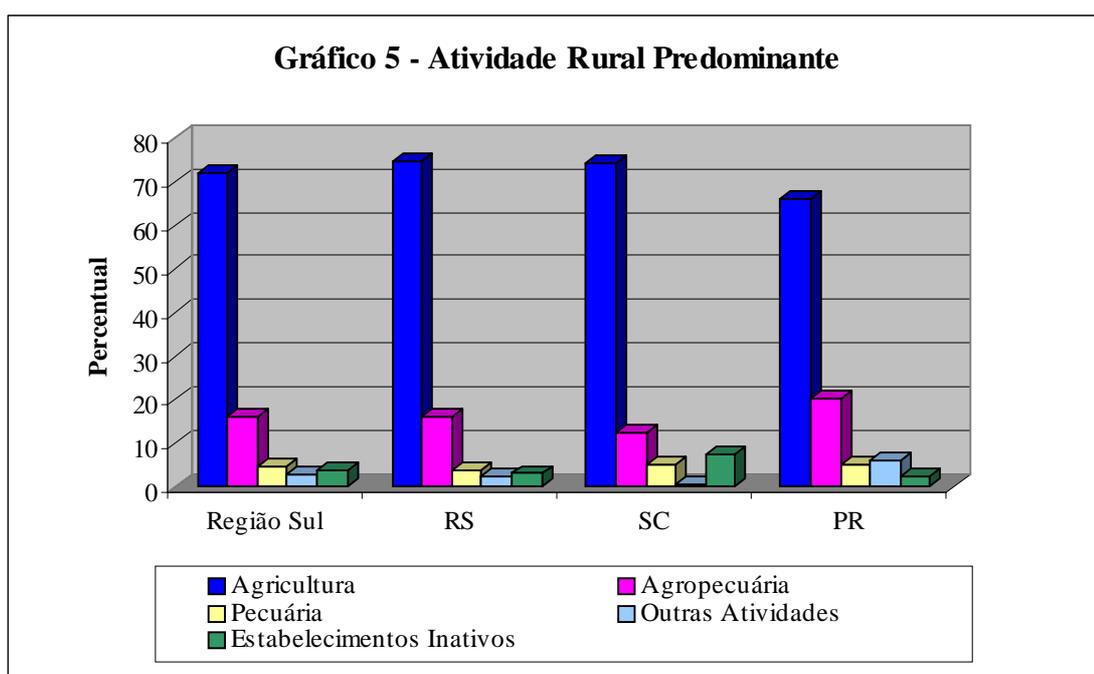


Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

Percebe-se através do Gráfico 4 que no momento em que os Estados da região Sul são analisados separadamente, existem diferenças entre eles com relação à

existência de responsável por estabelecimento rural. No Rio Grande do Sul, 58% dos beneficiários entrevistados declararam ser responsáveis pelo estabelecimento rural, o que indica que a maioria dos estabelecimentos são ativos e mantêm algum tipo de atividade rural, seja de caráter mercantil ou para subsistência. O Estado de Santa Catarina apresentou resultados semelhantes ao Rio Grande do Sul, onde 64% dos entrevistados declararam ser responsáveis pelo estabelecimento rural. No caso do Paraná esse percentual é inferior aos demais Estados, onde menos da metade dos entrevistados (32,4%) declararam ser responsáveis pelo estabelecimento rural.

Com relação à atividade rural desenvolvida nos estabelecimentos, os resultados da pesquisa indicam que a agricultura é a atividade predominante nos domicílios ativos da região Sul (72,2%), seguida da agropecuária (16,3%). Essas duas atividades representam juntas praticamente 89% das atividades desenvolvidas nos domicílios pesquisados, conforme pode-se observar através do Gráfico 5.



Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

A agricultura também é a atividade predominante nos domicílios pesquisados no Rio Grande do Sul (74,7%), seguido da agropecuária (16,1%), pecuária (3,8%) entre outras atividades (2,3%). O percentual de domicílios gaúchos onde a agricultura é a atividade predominante superou os demais Estados da região. Em Santa Catarina 74,4% dos domicílios têm a agricultura como atividade principal, seguido da agropecuária (12,5%). No Paraná a agricultura é a atividade predominante em 66% dos estabelecimentos pesquisados, seguido da agropecuária (20,3%), percebendo-se nesse aspecto uma diferenciação em relação aos outros Estados da região.

Os dados apresentados neste item do capítulo evidenciam um dos principais resultados da pesquisa na região Sul, qual seja, o de que as famílias rurais onde há ao menos um beneficiário da Previdência Social permanecem ativas em sua maioria. Conforme observou-se anteriormente através do Gráfico 5, o total de estabelecimentos inativos corresponde a menos de 4% na região Sul do Brasil. Essas famílias, ao contrário do que se poderia pensar, “desenvolvem estratégias múltiplas de sobrevivência que passam, no caso de praticamente todos os domicílios situados em áreas rurais, pelo exercício de atividades produtivas ligadas basicamente à agricultura e à agropecuária” (Delgado e Cardoso Jr., 2000b, p.67).

Nesse sentido, a Previdência Social embora seja uma política pública compensatória, atinge uma população que é ativa, que produz e que representa um importante suporte aos agricultores familiares no momento em que grande parte deles utilizam a renda das aposentadoria e pensões para a manutenção das atividades produtivas. Além disso, os resultados da pesquisa de campo realizada em dois municípios gaúchos revelaram a importância dos aposentados rurais, pois através da

renda mensal de suas aposentadorias, têm contribuído em grande medida para a aliviar a situação de carência de grande parte das famílias.

No Rio Grande do Sul, a maior parte dos estabelecimentos mantêm algum tipo de atividade rural, sendo que apenas 3,1% declararam ser inativos (não exercem nenhum tipo de atividade produtiva). Além disso, dos que declararam ser responsáveis pelo estabelecimento (58,1%), praticamente a metade (49,3%) utilizam a renda dos benefícios na manutenção da atividade rural que desenvolvem (Tabela 14), onde a forma mais freqüente de utilização do recurso é no custeio da atividade produtiva (99,7%), ou seja, a renda dos benefícios é utilizada na compra de sementes, insumos e no pagamento de mão-de-obra.

**Tabela 14 - Utilização do Benefício na Atividade Rural e Forma de Utilização, em percentual de domicílios**

|   | Região Sul   | RS           | SC           | PR           |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>Utilização do Benefício na Atividade Rural</b>                                 |              |              |              |              |
| Sim   | 44,8         | 49,3         | 48,4         | 34,4         |
| Não   | 55,2         | 50,7         | 51,6         | 65,6         |
| <b>Total em relação aos domicílios ativos</b>                                     | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> |
| <b>Forma de Utilização do Benefício</b>   |              |              |              |              |
| Custeio da Atividade  | 99,4         | 99,7         | 100,0        | 97,9         |
| Compra de Máquinas e Equipamentos   | 0,6          | 0,3          | 0,0          | 2,1          |
| <b>Total em relação aos domicílios que utilizam benefícios na atividade rural</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

É importante destacar que a agricultura familiar nunca esteve nas prioridades das políticas públicas para o meio rural no Brasil. No entanto, a maior parte dos estabelecimentos rurais brasileiros são familiares, com destaque para a região Sul. Nesse contexto, “a regularidade, a segurança e a liquidez monetária que caracterizam os pagamentos previdenciários podem exercer a importante função de

ampliar as oportunidades e a recorrência de gastos com a manutenção das atividades voltadas seja para o autoconsumo familiar, seja para a geração de pequenos excedentes comercializáveis. (...) apesar do seu valor unitário reduzido em termos absolutos (1 s.-m. ao mês), o benefício previdenciário parece desempenhar um papel expansivo não desprezível na capacidade de financiamento das estratégias familiares de sobrevivência nas zonas rurais e microurbanas” (Delgado e Cardoso Jr., 2000b, p.69).

Percebe-se também através dos dados da Tabela 14 que os resultados referentes a Santa Catarina apresentam bastante semelhança com os do Rio Grande do Sul, onde 48,4% dos beneficiários responsáveis por estabelecimento rural utilizam a renda dos benefícios na manutenção das atividades produtivas, de maneira que o custeio dessas atividades é a forma mais freqüente de utilização dos benefícios. O Paraná apresentou resultados diferentes em relação aos outros Estados da região, onde apenas 34,4% dos responsáveis por estabelecimento rural declararam utilizar a renda na manutenção das atividades. Mesmo assim, o custeio das atividades produtivas é a forma em que o benefício é utilizado em praticamente 98% dos estabelecimentos rurais paranaenses.

Nesse contexto, Delgado e Cardoso Jr. (2000a, p.28) concluíram que “na prática, o seguro previdenciário, quando associado à figura do responsável por estabelecimento rural, funciona como um seguro agrícola indireto, porque garante a subsistência familiar e até permite financiar sua pequena produção, ainda que não seja sucedâneo do seguro agrícola clássico<sup>19</sup>”.

---

<sup>19</sup> A função clássica do seguro agrícola, seja ele incidente sobre preços *ex-ante* ou sobre a produção, é a de minimizar ou desonerar o produtor dos altos riscos que inibem a atividade produtiva rural (Delgado e Cardoso Jr., 2000a, p.27-28).

Os autores acima fizeram comparação com o seguro agrícola porque os benefícios estariam dando suporte e apoiando o desenvolvimento da agricultura familiar, propiciando a formação de um pequeno excedente na renda dos domicílios. Dessa maneira, esse excedente seria praticamente reinvestido na própria atividade produtiva, criando condições para a reprodução da economia familiar. Outro fator é que a renda das aposentadorias e pensões soma-se, em geral, a outras fontes de renda domiciliar, existindo assim um “caixa único” na composição da renda familiar total. De certa forma, a existência desse “caixa único” acaba dificultando a distinção entre a parte do benefício que realmente ajuda no custeio das atividades produtivas familiares e aquela destinada a outras finalidades. Além disso, a produção para autoconsumo muitas vezes não é reconhecida pelas famílias como atividade rural produtiva.

### **2.4.3 Relações de Trabalho**

A pesquisa revelou que na região Sul praticamente 72% das pessoas com 10 anos ou mais residentes nos domicílios pesquisados têm a agropecuária como ocupação principal, conforme mostram os dados apresentados na Tabela 15. Esses dados relacionam-se com os dados demonstrados anteriormente (Gráfico 5), onde a agropecuária constitui-se a segunda principal atividade desenvolvida nos estabelecimentos rurais da região Sul.

**Tabela 15 – Relação das Pessoas de 10 Anos ou mais com a Atividade Econômica, segundo o Ramo de Atividade, em percentual**

| Ramo de Atividade              | Região Sul   | RS           | SC           | PR           |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Agropecuária                   | 71,8         | 77,4         | 77,1         | 61,4         |
| Serviços                       | 12,7         | 10,0         | 8,0          | 18,9         |
| Indústria                      | 5,2          | 3,9          | 7,9          | 5,2          |
| Comércio                       | 5,1          | 4,4          | 3,7          | 6,8          |
| Construção Civil               | 2,4          | 2,3          | 1,0          | 3,4          |
| Transporte                     | 1,3          | 0,8          | 1,6          | 1,5          |
| Extrativismo e Floresta        | 0,7          | 0,4          | 0,2          | 1,4          |
| Outras Atividades <sup>1</sup> | 0,8          | 0,8          | 0,5          | 1,4          |
| <b>Total</b>                   | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

<sup>1</sup> Outras Atividades = produção doméstica (artes ou indústria caseira), pesca, serviços domésticos domiciliares e mineração.

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina o percentual das pessoas ocupadas na agropecuária superou o da região, onde mais de 77% mantêm como ocupação principal a agropecuária. No Paraná, o percentual de pessoas ocupadas na agropecuária é de 61,4%. Nota-se também que o ramo de serviços vem se destacando como a segunda maior ocupação entre os residentes nos domicílios pesquisados. No meio rural gaúcho 10% dos residentes nos domicílios pesquisados mantêm ocupação nesse setor e em Santa Catarina 8%. O Paraná destaca-se em relação aos demais Estados com relação ao setor de serviços, onde representa cerca de 19% da ocupação principal.

Quanto às relações de trabalho, nota-se que na região Sul a ocupação principal das pessoas de 10 anos ou mais dos domicílios pesquisados é em atividades relacionadas à agricultura, pecuária, extrativismo mineral e vegetal, representando cerca de 73% do total, sendo que entre estes, destaca-se os que trabalham por conta própria<sup>20</sup> (59%). O restante das pessoas ocupadas mantêm ocupações em outras

<sup>20</sup> Conta Própria: refere-se à pessoa que exerce uma atividade individualmente ou com a ajuda de membros da família, podendo contar com o auxílio eventual de terceiros. Incluem-se aqui os pequenos proprietários rurais que trabalham em regime de economia familiar (Delgado, 1999, p.96).

atividades consideradas na pesquisa como *não-agrícolas ou urbanas* (27,2%), onde o trabalho em indústria diversas é o que aparece com maior frequência (5,1%), conforme pode ser observado através dos dados da Tabela 16.

**Tabela 16 – Relação das Pessoas de 10 Anos ou mais com a Atividade Econômica, segundo a Ocupação Principal, em percentual**

| Ocupação Principal  | Região Sul   | RS           | SC           | PR           |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>Atividade Agrícola, Pecuária, Extrativismo Mineral e Vegetal</b> | <b>72,8</b>  | <b>78,0</b>  | <b>78,4</b>  | <b>63,2</b>  |
| Empregador  | 0,5          | 0,3          | 0,7          | 0,7          |
| Conta Própria   | 59,0         | 70,1         | 70,3         | 38,2         |
| Assalariado   | 13,3         | 7,6          | 7,4          | 24,3         |
| <b>Ocupações Não-Agrárias ou Urbanas</b>                            | <b>27,2</b>  | <b>22,0</b>  | <b>21,6</b>  | <b>36,8</b>  |
| Indústrias Diversas <sup>1</sup>                                    | 5,1          | 4,0          | 5,9          | 5,8          |
| Comércio  | 3,8          | 3,2          | 2,7          | 5,2          |
| Construção Civil  | 2,5          | 2,3          | 1,0          | 3,6          |
| Segurança, Transp. e Comunicação                                    | 2,0          | 1,2          | 2,3          | 2,9          |
| Educação e Saúde  | 1,4          | 1,3          | 0,7          | 1,9          |
| Artesanato e Ativ. Artísticas                                       | 0,2          | 0,2          | 0,1          | 0,4          |
| Outros Serviços e Ocupações <sup>2</sup>                            | 12,2         | 9,8          | 8,9          | 17,0         |
| <b>Total</b>  | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

<sup>1</sup> Indústrias de alimentos e bebidas; indústria têxtil, vestuário e couro; indústria mecânica e metalúrgica; entre outras indústrias.

<sup>2</sup> Serviços domésticos; hotelaria; restaurantes; serviços burocráticos em empresas públicas e privadas; entre outros.

Nos três Estados da região Sul a principal ocupação das pessoas residentes nos domicílios pesquisados também está relacionada com atividades agrícolas, pecuária, extrativismo mineral e vegetal. Esse percentual no Rio Grande do Sul e Santa Catarina ficou em torno de 78% e no Paraná em torno de 63%. Nota-se que mesmo prevalecendo o percentual dos que trabalham por conta própria, esse percentual é bem menor no Estado do Paraná (38,2%) em relação ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que totalizaram cerca de 70%. Percebe-se também que no Paraná a proporção de assalariados tem uma diferença significativa do que nos demais Estados (24,3%). No Rio Grande do Sul e Santa Catarina o percentual de trabalhadores assalariados situa-se em 7,6% e 7,4%, respectivamente.

Na região Sul, 27,2% das pessoas de 10 anos ou mais residentes nos domicílios pesquisados têm como ocupação principal atividades que não se relacionam diretamente com a agricultura (não-agrícolas ou urbanas), onde o trabalho em indústrias diversas é o que se destaca (5,1%), seguido do trabalho no comércio (3,8%) e construção civil (2,5%). O Rio Grande do Sul segue a mesma tendência da região, onde 4% das pessoas residentes nos domicílios entrevistados têm como ocupação principal atividades relacionadas à indústrias diversas, seguido do comércio (3,2%) e construção civil (2,3%). Em Santa Catarina as principais ocupações estão relacionadas às indústrias diversas (5,9%), ao comércio (2,7%) e aos serviços de segurança, transporte e comunicação, que totalizaram 2,3%. No Paraná destacam-se como principais ocupações as relacionadas com as indústrias diversas (5,8%), como o comércio (5,2%) e com a construção civil (3,6%).

Também existem outros tipos de serviços e ocupações que, embora não tenham sido listados separadamente na Tabela 16, representam 9,8% da ocupação principal entre as pessoas residentes nos domicílios entrevistados do Rio Grande do Sul, 8,9% em Santa Catarina e 17% no Paraná. Entre estes serviços, os que aparecem com maior frequência entre os entrevistados são os serviços domésticos, representando 3,1% no Rio Grande do Sul, 2,5% em Santa Catarina e cerca de 8% no Paraná do total de outros serviços e ocupações.

#### 2.4.4 Gastos Domiciliares

A estrutura dos gastos domiciliares permite verificar onde concentram-se os gastos mensais das famílias beneficiárias da Previdência Rural. A Tabela 17, a seguir, traz informações sobre a média mensal desses gastos por domicílio, que estão divididos em gastos de consumo, gastos de produção e outras despesas. Na região Sul do Brasil, os gastos com consumo representam praticamente 79% dos gastos totais dos domicílios, sendo que a maior parte desses gastos são em alimento e higiene e saúde, que representam 52,6% dos gastos totais dos domicílios pesquisados.

Em média, os domicílios da região Sul gastam cerca de R\$ 270,00 por mês em itens de consumo, o que equivalia a cerca de 2 salários mínimos no período em que foi realizada a pesquisa (o valor do salário mínimo no momento da pesquisa era R\$ 130,00). Os gastos de produção representam 18% do total de despesas dos domicílios da região, onde o custeio das atividades produtivas representa quase a totalidade desses gastos (17,6%). Os gastos com outras despesas totalizam cerca de 3% dos gastos totais mensais dos domicílios. A média total dos gastos domiciliares totaliza cerca de R\$ 341,00 na região, o equivalente a 2,6 salários mínimos.

**Tabela 17 – Despesas Médias Mensais por Domicílio e Contribuição Média de cada Item de Despesa na Despesa Total**

| Tipo de Gasto                    | Região Sul                      |                                | RS                              |                                | SC                              |                                | PR                              |                                |
|----------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
|                                  | Despesas por domicílio (em R\$) | Peso médio em cada item (em %) | Despesas por domicílio (em R\$) | Peso médio em cada item (em %) | Despesas por domicílio (em R\$) | Peso médio em cada item (em %) | Despesas por domicílio (em R\$) | Peso médio em cada item (em %) |
| <b>1. Gastos de Consumo</b>      | <b>269,30*</b>                  | <b>78,9</b>                    | <b>274,20*</b>                  | <b>74,1</b>                    | <b>296,73*</b>                  | <b>73,1</b>                    | <b>252,77*</b>                  | <b>88,4</b>                    |
| Alimento e Higiene               | 123,66                          | 36,1                           | 117,29                          | 31,6                           | 127,14                          | 31,4                           | 128,08                          | 44,5                           |
| Transporte                       | 34,71                           | 5,2                            | 33,87                           | 5,7                            | 36,59                           | 5,8                            | 34,65                           | 4,3                            |
| Saúde                            | 62,98                           | 16,5                           | 63,95                           | 15,7                           | 69,4                            | 15,3                           | 59,29                           | 18,1                           |
| Educação                         | 30,59                           | 2,0                            | 33,56                           | 2,0                            | 42,46                           | 2,4                            | 22,72                           | 1,8                            |
| Vestuário e Calçados             | 25,74                           | 6,3                            | 27,17                           | 6,5                            | 29,95                           | 6,5                            | 22,19                           | 6,0                            |
| Habitação (água, luz, aluguel)   | 36,3                            | 9,6                            | 37,19                           | 9,0                            | 31,95                           | 7,4                            | 37,42                           | 11,6                           |
| Serviços Pessoais                | 13,98                           | 1,3                            | 10,72                           | 1,2                            | 15,54                           | 1,2                            | 18,68                           | 1,4                            |
| Lazer                            | 25,88                           | 1,9                            | 23,89                           | 2,4                            | 29,82                           | 3,1                            | 25,60                           | 0,7                            |
| <b>2. Gastos de Produção</b>     | <b>61,50*</b>                   | <b>18,0</b>                    | <b>85,27*</b>                   | <b>23,0</b>                    | <b>98,66*</b>                   | <b>24,2</b>                    | <b>23,78*</b>                   | <b>8,3</b>                     |
| Custeio de Atividades Produtivas | 166,78                          | 17,6                           | 177,87                          | 22,3                           | 193,44                          | 23,9                           | 115,55                          | 8,2                            |
| Arrendamento de Terra            | 96,20                           | 0,4                            | 135,29                          | 0,7                            | 75,46                           | 0,3                            | 35,34                           | 0,1                            |
| <b>3. Outras Despesas</b>        | <b>10,45*</b>                   | <b>3,1</b>                     | <b>11,31*</b>                   | <b>2,9</b>                     | <b>11,18*</b>                   | <b>2,7</b>                     | <b>9,35*</b>                    | <b>3,3</b>                     |
| Ajuda a Amigos e Parentes        | 46,83                           | 1,1                            | 59,16                           | 1,2                            | 28,02                           | 0,6                            | 44,83                           | 1,1                            |
| Utensílios Domésticos            | 31,62                           | 1,6                            | 29,8                            | 1,4                            | 30,69                           | 1,6                            | 34,17                           | 1,8                            |
| Contribuição Sindical            | 8,58                            | 0,0                            | 12,25                           | 0,1                            | 3,85                            | 0,0                            | 3,94                            | 0,0                            |
| Reforma do Domicílio             | 50,64                           | 0,1                            | 34,82                           | 0,1                            | 83,44                           | 0,1                            | 57,61                           | 0,2                            |
| Plano Funerário                  | 5,00                            | 0,0                            | 0,00                            | 0,0                            | 0,00                            | 0,0                            | 5,00                            | 0,0                            |
| Dízimo                           | 11,50                           | 0,0                            | 0,00                            | 0,0                            | 18,00                           | 0,0                            | 5,00                            | 0,0                            |
| Outras Despesas                  | 38,31                           | 0,3                            | 25,19                           | 0,2                            | 89,50                           | 0,4                            | 40,21                           | 0,2                            |
| <b>Total (1 + 2 + 3)</b>         | <b>341,25*</b>                  | <b>100,0</b>                   | <b>370,78*</b>                  | <b>100,0</b>                   | <b>406,57*</b>                  | <b>100,0</b>                   | <b>285,90*</b>                  | <b>100,0</b>                   |

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, 1998 (Banco de Dados).

\* Médias em relação ao total de domicílios da amostra ; as demais médias (em cada item) referem-se ao total de domicílios em cada item de despesa.

Os gastos com consumo também são os maiores gastos nos domicílios gaúchos, representando cerca de 74% dos gastos totais, onde os itens alimento e higiene e saúde são os gastos mais frequentes (47,3%). A média mensal gasta por domicílio em despesas de consumo no Rio Grande do Sul é R\$ 274,00, mais de 2 salários mínimos. Somente em alimento, higiene e saúde os domicílios gaúchos pesquisados gastam cerca de R\$ 181,00 por mês (cerca de 1,4 salários mínimos), o que também confirmou-se com a pesquisa de campo realizada nos municípios de Arroio do Tigre e Cândido Godói (conforme será mencionado no Capítulo III).

Os gastos com produção representam no Rio Grande do Sul 23% dos gastos totais, sendo que o custeio das atividades produtivas representa a maior parte dos gastos desse item, o que confirma dos dados apresentados anteriormente na Tabela 14. Com relação às outras despesas dos domicílios gaúchos, o item utensílios domésticos tem o maior peso (1,4%) entre esses gastos (conforme visto na Tabela 9, o recebimento dos benefícios previdenciários contribuiu para melhorias no acesso a bens de consumo duráveis). A média total dos gastos mensais no Rio Grande do Sul é de cerca de R\$ 370,00, equivalente a 2,8 salários mínimos.

Em Santa Catarina o peso dos gastos domiciliares em cada item foi semelhante ao Rio Grande do Sul, sendo que os gastos de consumo representam 73,1% dos gastos totais (alimento, higiene e saúde também são os itens de maior gasto entre os domicílios catarinenses), os gastos de produção 24,2% e outras despesas 2,7%. No entanto, a média total dos gastos mensais dos domicílios em Santa Catarina foi de aproximadamente R\$ 407,00, equivalente a 3,1 salários mínimos, média superior à encontrada no Rio Grande do Sul, que foi de 2,8 salários mínimos.

O Estado do Paraná apresenta gastos médios mensais menores em relação aos demais Estados da região Sul, onde os gastos totais por domicílio totalizaram aproximadamente R\$ 286,00 (2,2 salários mínimos). No entanto, o peso dos gastos em consumo superou os demais Estados, representando cerca de 88% dos gastos totais. As despesas com alimentos, higiene e saúde estão em torno de 63% dos gastos totais mensais nos domicílios paranaenses. Os gastos de produção são menores em relação aos demais Estados, representando 8,3% dos gastos totais, mas mesmo assim prevalecem os gastos no custeio das atividades produtivas. Nos domicílios

paranaenses, 3,3% dos gastos totais são em outros tipos de despesas, onde o maior gasto verificado nesse caso é em utensílios domésticos.

A respeito dos impactos socioeconômicos de programas de Previdência Social, Schwarzer (2000, p.1) destaca que um sistema previdenciário possui duas funções principais. Por um lado, tem a função de repor os rendimentos do segurado no período de inatividade. Por outro lado, tem a função de combater a pobreza, ao evitar que idosos permaneçam sem rendimento em momento do seu ciclo de vida em que, por questões físicas e convenção social, eles já não devem mais ser expostos ao fardo do trabalho.

Através dos resultados da pesquisa do IPEA, percebeu-se que a Previdência Social Rural na década de 1990 pode ter contribuído bem mais do que as funções mencionadas por Schwarzer. Isso porque a renda das aposentadorias e pensões destinadas ao meio rural não contribuiu somente para melhorias nas condições de vida dos idosos, mas também das suas famílias. Por menor que possa parecer o valor do benefício, ele se tornou um componente importante na renda dos domicílios e tem garantido o sustento de muitas famílias que vivem no meio rural. É nesse sentido que Delgado e Cardoso Jr. (2000a, p.51) mencionam que “o caráter permanente, regular, pontual e líquido do benefício social pago pela previdência conferem-lhe funções muito além daquilo que se esperaria classicamente de um benefício previdenciário”.

Através dos resultados apresentados no decorrer do capítulo, pode-se dizer que a análise dos dados da pesquisa de campo do IPEA trouxeram informações relevantes e inéditas sobre a importância da política de Previdência Social para as famílias beneficiárias nos três Estados da região Sul do Brasil. No entanto, sentiu-se a necessidade de informações adicionais qualitativas sobre o resultado dessa política

para o meio rural gaúcho, a fim de que se pudesse perceber outras questões envolvidas, as quais não ficaram explícitas através dos dados apresentados. Dessa forma, realizou-se estudos de caso em dois municípios gaúchos (Arroio do Tigre e Cândido Godói) com o objetivo de buscar essas informações adicionais, que certamente são relevantes para a compreensão dos resultados dessa política pública para a agricultura familiar do Rio Grande no Sul. Assim, os resultados do trabalho de campo e suas contribuições serão apresentados no capítulo a seguir.

## **CAPÍTULO III**

### **Agricultura Familiar e Previdência Rural no Rio Grande do Sul**

No capítulo anterior foram apresentados os principais resultados da política de Previdência Social Rural nos três Estados da região Sul do Brasil, a partir dos dados da pesquisa realizada pelo IPEA. Os dados, sob diferentes aspectos, demonstraram a importância dos recursos destinados pela Previdência Social ao meio rural desses Estados. Verificou-se que as aposentadorias e pensões têm um peso importante na composição da renda total das famílias beneficiárias, principalmente nas faixas de rendimentos menores, contribuindo de forma significativa na manutenção das necessidades básicas das famílias.

Embora os dados tenham trazido informações relevantes e inéditas sobre a importância da política de Previdência Social para as famílias beneficiárias, sentiu-se a necessidade de informações adicionais para que se pudesse proceder a comprovação empírica das hipóteses deste estudo, quais sejam, de que os recursos da Previdência Social estão viabilizando as atividades produtivas da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, de que esses recursos representam uma nova forma de

reprodução social e econômica das famílias beneficiárias do sistema, e de que esses benefícios possam estar contribuindo para o desenvolvimento da economia dos municípios e para a manutenção da parcela da população mais idosa do meio rural. Nesse sentido, a relevância deste estudo está justamente na busca dessas informações adicionais, as quais foram obtidas mediante a realização de estudos de caso em dois municípios gaúchos. Considera-se que o levantamento destes dados empíricos contribuiu para complementar qualitativamente as informações já existentes e para a compreensão dos impactos dessa política pública para o meio rural gaúcho.

Assim, neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada. Inicialmente será apresentado o referencial metodológico utilizado para a realização da pesquisa. Em seguida, comenta-se sobre as características dos municípios pesquisados e do público beneficiário da Previdência Social Rural nestes locais, as quais trazem informações relevantes para a compreensão dos resultados. Na sequência, serão apresentados os resultados da pesquisa, com ênfase à importância dos benefícios para as famílias rurais, para a economia dos municípios e o impacto dos benefícios previdenciários sobre o processo produtivo agrícola.

### **3.1 Referencial Metodológico**

A realização dos estudos de caso justificou-se pela necessidade de informações qualitativas que complementassem os dados já existentes. A pesquisa de campo compreendeu três momentos: a coleta de dados sobre os beneficiários rurais gaúchos, a escolha dos municípios a serem pesquisados e a realização das

entrevistas. A coleta dos dados sobre os beneficiários e a escolha dos municípios foram realizadas durante o mês de maio de 2001 e as entrevistas no decorrer do mês de junho.

### 3.1.1 A Coleta de Dados sobre os Beneficiários Gaúchos

O passo inicial para a realização da pesquisa de campo foi coletar dados sobre o público beneficiário da Previdência Social Rural no Rio Grande do Sul, com o objetivo de identificar os municípios que concentravam o maior número de recebimentos de benefícios rurais. Para tanto, o primeiro contato foi feito com o INSS em Porto Alegre, o qual dispunha apenas de dados totais por gerências executivas<sup>21</sup> e não por municípios, conforme mostra a Tabela 18.

**Tabela 18 – Número de Benefícios Rurais Mantidos por Gerência Executiva do INSS no Rio Grande do Sul no Mês de Abril de 2001**

| Gerência Executiva | Número de Benefícios Rurais Mantidos | Peso % em Relação ao Total de Benefícios |
|--------------------|--------------------------------------|--|
| Porto Alegre       | 5.197                                | 1,0                                      |
| Canoas             | 28.728                               | 5,7                                      |
| Pelotas            | 60.713                               | 12,0                                     |
| Novo Hamburgo      | 64.195                               | 12,7                                     |
| Caxias do Sul      | 35.531                               | 7,0                                      |
| Santa Maria        | 77.764                               | 15,3                                     |
| Ijuí               | 117.938                              | 23,3                                     |
| Passo Fundo        | 93.011                               | 18,3                                     |
| Uruguaiana         | 24.065                               | 4,7                                      |
| <b>Total</b>       | <b>507.142</b>                       | <b>100,0</b>                             |

Fonte: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Assessoria de Informações Institucionais e Acompanhamento de Resultados – Síntese dos Benefícios no Rio Grande do Sul, abril de 2001.

<sup>21</sup> Desde dezembro de 1999 a administração dos benefícios da Previdência Social no Rio Grande do Sul não está mais centralizada em Porto Alegre e sim em regiões. Cada região tem uma coordenação, a qual é chamada de “gerência executiva”. São nove as gerências executivas no Estado: Porto Alegre, Canoas, Pelotas, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Santa Maria, Ijuí, Passo Fundo e Uruguaiana.

Conforme mostra a Tabela 18, as regiões de abrangência das gerências executivas de Santa Maria, Ijuí e Passo Fundo foram as que apresentaram o maior número de benefícios rurais mantidos, representando juntas cerca de 57% do total de benefícios rurais pagos pela Previdência Social no Rio Grande do Sul no mês de abril de 2001. A partir desta informação, solicitou-se a essas três gerências executivas a relação dos municípios pertencentes a cada uma, com o respectivo número de benefícios rurais concedidos, a fim de que se pudesse proceder a escolha dos municípios em que seria realizada a pesquisa de campo.

### 3.1.2 Critérios de Escolha dos Municípios

Uma vez obtida a relação dos municípios<sup>22</sup>, a etapa seguinte foi selecionar os que seriam pesquisados. Tomou-se a decisão de realizar a pesquisa em dois municípios e, para tanto, houve a necessidade de estabelecer-se alguns critérios de seleção, conforme segue:

- a) *Os municípios deveriam pertencer ao grupo homogêneo “A” do projeto de pesquisa “Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Pobreza Rural no Rio Grande do Sul”<sup>23</sup>*. O referido projeto propõem-se a realizar um conjunto de

---

<sup>22</sup> É importante destacar que participaram da seleção apenas os municípios das regiões de abrangência das gerências executivas de Ijuí e Santa Maria, em virtude da gerência de Passo Fundo não ter disponibilizado os dados solicitados dos municípios de sua abrangência.

<sup>23</sup> Projeto apoiado pela FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul). Em uma etapa anterior a esse projeto de pesquisa, Schneider e Waquil (2000a) apresentaram uma metodologia alternativa para a seleção dos potenciais beneficiários do programa RS-Rural. Através de um conjunto de variáveis foram elaborados uma série de indicadores a partir de informações sobre a população rural e suas condições de vida. Através da técnica estatística de análise fatorial, os municípios foram agrupados conforme o grau de proximidade e os vínculos entre o conjunto de variáveis utilizadas formando cinco grupos homogêneos (Mapa 2 – Anexo III).

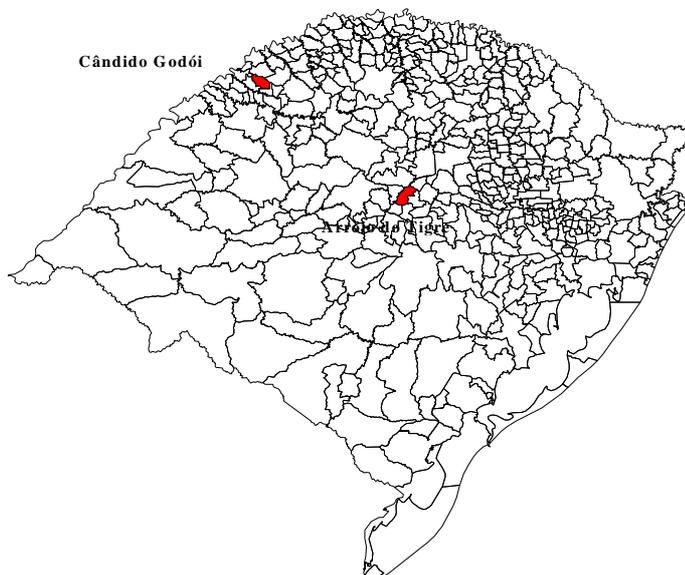
pesquisas articuladas em torno dos temas agricultura familiar e pobreza rural, a desenvolver-se em duas fases. A primeira fase do projeto tem como objetivo fazer uma caracterização da pobreza rural no Rio Grande do Sul e suas relações com a agricultura familiar, a fim de constituir um referencial empírico e analítico para analisar, na segunda fase, algumas políticas públicas atualmente vigentes, entre elas a Previdência Social Rural, cujo escopo está direcionado para a agricultura e a população rural no Estado (Schneider e Waquil, 2000b). Um dos objetivos da segunda fase desse projeto é averiguar as finalidades e os resultados que o acesso à aposentadoria rural está provocando em unidades de agricultores familiares no Rio Grande do Sul, de forma que os resultados deste trabalho de dissertação serão incorporados a essa segunda fase. Desta forma, considerou-se relevante que os municípios selecionados pertencessem ao grupo homogêneo “A”. Os municípios pertencentes a este grupo têm como características mais salientes a alta proporção da população rural em relação à população total, a expressiva presença de estabelecimentos de pequeno tamanho, a baixa produtividade da mão-de-obra ocupada e a renda média por estabelecimento agrícola é inferior em relação à média dos outros grupos.

- b)** *Os municípios deveriam estar entre aqueles selecionados na pesquisa realizada pelo IPEA na região Sul.* Tendo em vista que o objetivo dos estudos de caso era buscar informações qualitativas que complementassem os dados já existentes, os quais foram descritos no capítulo anterior, considerou-se importante que os municípios selecionados deveriam estar entre os que fizeram parte da amostra da pesquisa do IPEA.

- c) *Predominância da população rural.* A população rural dos municípios escolhidos deveria ser predominante em relação à população total.
- d) *Número de benefícios rurais nos municípios.* Os municípios escolhidos deveriam ser aqueles que apresentassem o maior número de benefícios rurais concedidos pela Previdência Social, de acordo com a relação de municípios fornecida pelas gerências executivas do INSS.
- e) *Disponibilidade e interesse das entidades locais em colaborar no pesquisa de campo.* Para a realização do pesquisa de campo seria necessário contar com o suporte das entidades envolvidas com os agricultores (Prefeitura, Emater e Sindicato dos Trabalhadores Rurais), de modo a facilitar o acesso ao público-alvo da pesquisa e o fornecimento de informações necessárias sobre cada município.

É importante destacar que vários municípios se enquadraram dentro desses critérios de seleção, sendo então necessário optar por apenas dois municípios, conforme definido anteriormente. Assim, a escolha recaiu sobre os municípios de Arroio do Tigre e Cândido Godói, localizados em regiões diferentes do Estado, cujas características serão apresentadas na seqüência. A localização desses municípios pode ser visualizada através do Mapa 1, a seguir.

### Mapa 1 - Municípios Seleccionados



#### 3.1.3 Procedimentos para Realização das Entrevistas

Definidos os municípios para a pesquisa de campo, elaborou-se os roteiros das entrevistas semi-diretivas<sup>24</sup> (Anexo IV) que seriam realizadas com os beneficiários da Previdência Social Rural e com os representantes das entidades locais – Prefeitura, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esse tipo de entrevista foi adotado por ser considerado o mais adequado para os fins desta pesquisa, de forma que haveria a possibilidade de se conduzir as entrevistas de acordo com cada caso e/ou fazer intervenções sempre que necessário.

---

<sup>24</sup> “Nesse tipo de entrevista, mesmo seguindo um roteiro formulado com antecedência, o entrevistador pode fazer perguntas adicionais para esclarecer questões ou ajudar a recompor o contexto” (Colognese e Mélo, 1998, p.144).

Após elaborados os roteiros foi preciso definir o procedimento para realização das entrevistas em cada município, neste caso a escolha dos beneficiários que seriam entrevistados, a localização dos domicílios e o número de entrevistas a serem realizadas. Em ambos os municípios obteve-se a colaboração das entidades locais, as quais se dispuseram a fazer a seleção dos beneficiários e disponibilizar pessoal para colaborar no acompanhamento até os domicílios.

Em contato anterior com essas entidades obteve-se a informação de que, em ambos os municípios, as localidades apresentavam características diferenciadas, como condições do solo, nível de mecanização das lavouras, condições financeiras das famílias, etc. Com base nestas características distintas entre os agricultores familiares de cada localidade buscou-se selecionar famílias que representassem, em maior ou menor semelhança, os diferentes tipos de agricultores de cada situação, desde os mais pobres aos de melhor condição socioeconômica.

Em relação ao número de beneficiários entrevistados, o critério utilizado foi de perceber, por meio da observação, o momento em que as informações passariam a se repetir. Desta forma, no município de Arroio do Tigre realizou-se entrevistas com beneficiários em onze domicílios, e no município de Cândido Godói em dez domicílios, sendo que os resultados serão apresentados no decorrer do capítulo.

### **3.2 Características dos Municípios**

Os dois municípios pesquisados apresentam características distintas em alguns aspectos, como poderá ser observado em seguida. Desta forma, optou-se por

apresentar uma sintética descrição das características mais salientes de cada município, a fim de que se possa melhor situar cada realidade pesquisada. As informações que serão apresentadas na seqüência baseiam-se, em grande parte, nos depoimentos dos representantes das entidades locais e também em dados secundários.

### **3.2.1 Arroio do Tigre**

Arroio do Tigre é um município com uma área de 311,97 Km<sup>2</sup>, localizado na região encosta inferior do Nordeste, microrregião centro-serra do Rio Grande do Sul e distante 250 Km da capital do Estado. A ocupação da região onde localiza-se o município iniciou por volta de 1900 quando as primeiras famílias de agricultores de origem germânica, vindas principalmente de Santa Cruz do Sul, instalaram-se no local. No início, Arroio do Tigre fazia parte do município de Soledade e a partir de 1929 passou a ser distrito de Sobradinho até o momento de sua emancipação, em 1963.

Cerca de 70% da população de Arroio do Tigre são descendentes de alemães, 20% descendentes de luso-brasileiros e 10% descendentes de italianos. A Tabela 19 apresenta a evolução da população do município nas últimas décadas<sup>25</sup>,

---

<sup>25</sup> É importante destacar que os dados da população referente ao ano de 2000 serão apresentados somente para o município de Cândido Godói, pois não há como verificar através dos resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000 se os distritos do município de Arroio do Tigre estão incluídos nos valores apresentados. Acredita-se que não estejam em virtude da significativa diferença em relação as outras décadas e, portanto, para evitar interpretações incorretas, optou-se por não incluir esse ano na apresentação da Tabela.

onde é possível perceber a predominância da população rural (75%) em relação à população total do município no ano de 1991.

**Tabela 19 – Evolução da População de Arroio do Tigre de 1970 a 1991**

| <b>População</b> | <b>1970</b>   | <b>1980</b>   | <b>1991</b>   |
|------------------|---------------|---------------|---------------|
| Urbana           | 1.135         | 2.471         | 3.881         |
| Rural            | 14.970        | 13.710        | 11.700        |
| <b>Total</b>     | <b>16.105</b> | <b>16.181</b> | <b>15.581</b> |

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.

Percebe-se, no entanto, que a população rural vem diminuindo sua participação em relação à população total nas últimas décadas. Em 1970, a população rural representava 93% da população total, reduzindo-se para cerca de 85% em 1980 e 75% em 1991. Percebe-se também a redução na população total do município nesse mesmo período, o que pode ser explicado, em grande parte, pelo acentuado êxodo rural que ocorreu no município, principalmente nos primeiros anos da década de 1980, conforme será comentado em seguida.

O solo do município é acidentado, de consistência areno-argiloso, com formação basáltica e raso. Cerca de 30% da área é mecanizável e aproximadamente 70% dos agricultores utilizam tração animal para o trabalho na lavoura. Existem no município 2.551 estabelecimentos rurais, com predomínio de mão-de-obra familiar e a área média dos estabelecimentos é de 20,2 hectares. Conforme mostra a Tabela 20, os estabelecimentos até 20 hectares representavam cerca de 71% do total de estabelecimentos do município em 1996, de acordo com os dados do Censo Agropecuário. Além disso, percebe-se que a área média dos estabelecimentos rurais reduziu-se nas últimas décadas. Em 1970, os estabelecimentos tinham uma área

média de 23,4 hectares, em 1980 a área média dos estabelecimentos reduziu-se para 22,3 hectares, chegando a 20,5 hectares em 1996.

**Tabela 20 – Estrutura Fundiária de Arroio do Tigre – 1970 a 1996**

| Área                             | Número de Estabelecimentos |               |               |
|----------------------------------|----------------------------|---------------|---------------|
|                                  | 1970                       | 1980          | 1996          |
| Menos de 10 ha                   | 909                        | 1.024         | 970           |
| De 10 a menos de 20 ha           | 675                        | 788           | 841           |
| De 20 a menos de 50 ha           | 767                        | 706           | 584           |
| De 50 a mais ha                  | 206                        | 181           | 156           |
| <b>Total de Estabelecimentos</b> | <b>2.557</b>               | <b>2.699</b>  | <b>2.551</b>  |
| <b>Área Total (ha)</b>           | <b>59.905</b>              | <b>60.093</b> | <b>51.651</b> |

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1970, 1980 e 1995/96.

O fumo é o principal produto cultivado na maior parte dos estabelecimentos rurais do município. No entanto, a atividade produtiva vem se diversificando nos anos mais recentes como alternativa para aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida das famílias rurais. Como exemplo dessa diversificação pode-se citar a produção de feijão, que vem ganhando importância junto aos produtores locais e fez o município destacar-se no ano de 2001 como o segundo maior produtor dessa cultura no Rio Grande do Sul. Outros produtos cultivados também destacam-se, como é o caso do milho, da soja, dos produtos hortigranjeiros, além da produção de suínos e de leite.

A Tabela 21 apresenta alguns dados sobre os principais produtos cultivados no município, como o valor da produção, a quantidade produzida e o rendimento médio das lavouras no ano de 1997. Os dados confirmam as informações mencionadas anteriormente, onde o fumo destaca-se no valor da produção em relação aos demais produtos, ultrapassando R\$ 13 milhões no ano de 1997. Nesse mesmo ano, o valor da produção do feijão no município de Arroio do Tigre foi de R\$

1,9 milhão, seguido do milho (R\$ 1,3 milhão), da soja (R\$ 628 mil) e do leite (R\$ 919 mil).

**Tabela 21 – Valor da Produção, Quantidade Produzida e Rendimento Médio dos Principais Produtos Cultivados em Arroio do Tigre em 1997**

| <b>Produtos</b> | <b>Valor da Produção<sup>1</sup><br/>(mil R\$)</b> | <b>Quantidade<br/>Produzida<sup>2</sup></b> | <b>Rendimento Médio<br/>(Kg/ha)</b> |
|-----------------|--|---|-------------------------------------|
| Fumo            | 13.135   | 6.806                                       | 1.950                               |
| Feijão          | 1.954  | 2.775                                       | 1.181                               |
| Milho           | 1.339  | 11.530                                      | 1.799                               |
| Soja            | 628  | 2.400                                       | 1.200                               |
| Leite           | 919  | 4.838                                       | -                                   |

Fonte: Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul. FEE, 1998.

<sup>1</sup> Valor da produção física obtida, considerando-se os preços médios pagos ao produtor no ano de referência

<sup>2</sup> Fumo, feijão, milho e soja = toneladas; leite = mil litros

Em relação à quantidade produzida, os dois principais produtos que se destacaram no ano de 1997 foram o milho, cuja produção superou 11 mil toneladas, e o fumo, cuja produção aproximou-se de 7 mil toneladas. Em relação ao rendimento médio das lavouras, cabe destacar que o rendimento das lavouras de fumo e feijão em Arroio do Tigre foi superior à média estadual no ano de 1997, a qual foi de 1.911 Kg/ha para o fumo e 749 Kg/ha para o feijão.

Durante um longo período de tempo a monocultura do fumo e a falta de cuidados no trabalho com o solo trouxeram como consequência problemas de erosão e degradação do solo e prejuízos econômicos aos produtores. O esgotamento do solo ainda é um problema que o município enfrenta no período recente, mas o trabalho de recuperação vem sendo realizado há vários anos. Na década de 1990 destacaram-se os esforços de conscientização junto aos produtores para a conservação do solo, onde a principal mudança introduzida foi o plantio direto nas lavouras.

Em virtude da necessidade de outras fontes de renda para os sustento das famílias e manutenção das propriedades, as entidades locais envolvidas com o meio

rural trabalham em parceria na busca de novas alternativas. Nesse sentido, essas entidades vêm incentivando a prática de outras atividades, como por exemplo o cultivo de produtos orgânicos. Embora exista resistência de muitos produtores em relação a esse tipo de cultivo, o aumento na procura pelos produtos orgânicos nos mercados local e regional está estimulando a adesão de vários produtores ao cultivo desse tipo de produto. De acordo com declaração dos representantes da Emater local, este é um trabalho de reeducação, é uma nova construção, cujos resultados aparecerão no longo prazo e exigirão persistência dos produtores e principalmente dos técnicos.

Outras atividades também estão sendo incentivadas como forma de aumentar a renda dos produtores, como é o caso da piscicultura, da produção de mel, da criação de aves, entre outras atividades. Arroio do Tigre possui também áreas naturais que estão sendo exploradas para o turismo. Além disso, o município busca o fortalecimento do setor industrial como forma de gerar renda e emprego, esse setor é composto de metalúrgicas, olarias, malharias, calçados e biscoitos.

Há que se destacar também que uma das características salientes do município é o trabalho de organização rural que é desenvolvido, através do incentivo e acompanhamento de grupos de jovens, mulheres e produtores. Existem no município 21 grupos de jovens (com cerca de 40 a 60 integrantes em cada grupo), 22 grupos de mulheres e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Nesse sentido, o trabalho da Emater é considerado pelas demais entidades como o indutor da mudança na forma de pensar a agricultura por parte dos produtores, principalmente dos mais jovens. A organização dos jovens iniciou-se na década de 1980, período em que o êxodo rural crescia no município. O trabalho consistiu na

formação e acompanhamento de grupos, com o objetivo de incentivar a participação dos jovens na comunidade, mostrando a eles a importância do trabalho rural. No ano de 1983 o município realizou a 1ª Olimpíada Rural com a participação dos jovens, uma iniciativa pioneira no Estado. O evento, que é realizado uma vez por ano, fortaleceu-se e hoje é considerado um dos maiores eventos envolvendo a juventude rural no Rio Grande do Sul.

Na década de 1990 o êxodo rural no município diminuiu e também verificou-se mudanças na percepção do jovem com relação à vida no meio rural. No período recente muitos jovens dedicam-se ao trabalho no meio urbano, mas a organização dos grupos foi considerada fundamental para a permanência de grande parte dos jovens no meio rural. Os grupos encontram-se fortalecidos e através das suas lideranças organizam várias atividades para levar informação aos jovens rurais, como cursos, palestras, seminários, etc. De acordo com declaração do Ex-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os jovens estão permanecendo no meio rural mais por sua própria vontade do que pela vontade dos pais. Além disso, os jovens do município não sentem vergonha de serem agricultores, e os agricultores sentem-se numa profissão nobre, ao contrário de outras décadas onde eram considerados como indigentes.

É importante destacar também que, embora não exista ensino profissionalizante para o meio rural no município, as escolas são consideradas um importante meio de levar orientação às crianças e aos jovens. Nesse sentido, o município está investindo em campanhas de conscientização e informação junto às escolas, com o objetivo de que isso contribua para melhorias das condições de vida da população e para o desenvolvimento do meio rural.

Em relação às condições sociais e econômicas da população, pode-se observar o comportamento de dois indicadores municipais, o IDHM<sup>26</sup> (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e o ISMA<sup>27</sup> (Índice Social Municipal Ampliado). O IDHM em Arroio do Tigre para o ano de 1991 foi de 0,59 (o índice para o Rio Grande do Sul foi de 0,79). De acordo com a classificação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), esse valor do índice significa que o município tem um médio desenvolvimento humano. Se comparado com o ano de 1970, onde o índice era de 0,43 e no ano de 1980 onde era de 0,59, pode-se afirmar que as condições de vida da população do município melhoraram no período de 1970 a 1980, mantendo-se estável no ano de 1991.

Já o ISMA de Arroio do Tigre, calculado para o ano de 1998 foi de 0,41, abaixo do índice estadual que foi de 0,55. Levando-se em consideração esse índice, que utiliza vários indicadores para seu cálculo, o município encontra-se entre os municípios do Estado com condições sociais e econômicas mais precárias. A respeito disso, constatou-se que o ISMA de Arroio do Tigre foi inferior ao do município de Cândido Godói (como será apresentado em seguida, o índice nesse município foi de 0,56 no mesmo período). Embora não se tenha conhecimento de qual dos indicadores utilizados para o cálculo desse índice tenha contribuído para essa diferença, acredita-

---

<sup>26</sup> O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um índice que foi criado para que o desenvolvimento passasse a ser medido não simplesmente pelo crescimento econômico, mas pela ponderação de fatores que ampliam as oportunidades de escolha das pessoas no seu cotidiano. O IDH consiste na agregação de três dimensões: longevidade, educação e renda. Assim, o IDHM é uma versão do índice criada para os municípios. Os valores do índice situam-se entre 0 e 1, de forma que valores menores que 0,50 significam baixo desenvolvimento humano, entre 0,50 e 0,80 médio desenvolvimento humano e valores superiores a 0,80 alto desenvolvimento humano (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998).

<sup>27</sup> O ISMA (Índice Social Municipal Ampliado), calculado pela FEE (Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul) utiliza um conjunto de quatorze indicadores agrupados de acordo com ponderações específicas em quatro blocos: condições de domicílio e saneamento, educação, saúde e renda. Os valores desse índice também situam-se entre 0 e 1, de forma que os melhores resultados são os que mais se aproximam de 1 (FEE – ISMA 1991-1998).

se, de acordo com os resultados do trabalho de campo, que o fator saúde pode ter interferido para o baixo ISMA de Arroio do Tigre no ano de 1998. É importante ressaltar também que não se dispõe de índices para os anos mais recentes, de maneira que os índices mencionados podem ter sofrido alterações em anos posteriores aos apresentados.

### **3.2.2 Cândido Godói**

O município de Cândido Godói possui uma área de 249,5 Km<sup>2</sup> e localiza-se na zona missioneira, região Noroeste do Rio Grande do Sul, microrregião Grande Santa Rosa, distante 550 Km da capital do Estado. A região onde o município está localizado começou a ser explorada por volta de 1906, momento em que imigrantes espanhóis (e mais tarde os alemães) instalaram-se no local, vindos principalmente do Vale dos Sinos e da Encosta Inferior da Serra do Nordeste. Em 1953 Cândido Godói passou a ser distrito do município de Santa Rosa, sendo emancipado em 1963.

Predominam na população de Cândido Godói os descendentes de alemães, que representam em torno de 80% da população, seguidos dos poloneses (13%) e outras etnias (7%). Através dos dados da Tabela 22 percebe-se que a população rural do município representava 77% da população total no ano de 2000. Embora a população rural seja predominante, é possível perceber a diminuição percentual em relação à população total nas últimas décadas. Em 1970 a população rural representava 94% da população total, reduzindo-se para 87% em 1980 e 80% em 1991.

**Tabela 22 – Evolução da População de Cândido Godói de 1970 a 2000**

| <b>População</b> | <b>1970</b>  | <b>1980</b>  | <b>1991</b>  | <b>2000</b>  |
|------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Urbana           | 432          | 1.007        | 1.498        | 1.630        |
| Rural            | 7.258        | 6.998        | 5.956        | 5.462        |
| <b>Total</b>     | <b>7.690</b> | <b>8.005</b> | <b>7.454</b> | <b>7.092</b> |

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Observando-se os dados, é provável que parte da população rural tenha se deslocado para o meio urbano, já que a população urbana expandiu-se nesse período. No entanto, como se verá em seguida, a diminuição da população rural pode ser explicada pelo êxodo rural ocorrido no município, principalmente a partir da década de 1980.

Aproximadamente 48% do solo do município é formado por terra vermelha (do tipo Santo Angelo), sendo freqüente a utilização da mecanização nessa área. A outra parte da área (52%) é constituída de terras dobradas, onde a maior parte do trabalho é realizado através de tração animal e utiliza-se o plantio consorciado de soja e milho. De acordo com os dados do último Censo Agropecuário, havia no município de Cândido Godói 1.606 estabelecimentos rurais no ano de 1996, com predominância de mão-de-obra familiar, onde a área média desses estabelecimentos era de 13,9 hectares, conforme pode ser observado através da Tabela 23.

**Tabela 23 – Estrutura Fundiária de Cândido Godói – 1970 a 1996**

| <b>Área</b>                      | <b>Número de Estabelecimentos</b> |               |               |
|----------------------------------|-----------------------------------|---------------|---------------|
|                                  | <b>1970</b>                       | <b>1980</b>   | <b>1996</b>   |
| Menos de 10 ha                   | 603                               | 602           | 658           |
| De 10 a menos de 20 ha           | 740                               | 713           | 648           |
| De 20 a menos de 50 ha           | 326                               | 297           | 268           |
| De 50 a mais ha                  | 12                                | 23            | 32            |
| <b>Total de Estabelecimentos</b> | <b>1.681</b>                      | <b>1.635</b>  | <b>1.606</b>  |
| <b>Área Total (há)</b>           | <b>22.370</b>                     | <b>22.434</b> | <b>22.357</b> |

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1970, 1980 e 1995/96.

Os estabelecimentos até 20 hectares representavam 81,3% do total de estabelecimentos rurais no município no ano de 1996. Observa-se que no período apresentado, houve incremento no percentual de estabelecimentos nos dois menores estratos de área. Embora perceba-se que o número de estabelecimentos reduziu-se no período de 1970 a 1995, a área média manteve-se entre 13,3 e 13,9 hectares.

Os principais produtos cultivados no município são a soja, o milho e o trigo, destacando-se também a produção de leite. A cultura da soja predomina há cerca de três décadas e é a principal atividade agrícola. Na década de 1980, Cândido Godói era conhecido nacionalmente como o município de melhor produtividade de soja e trigo. No entanto, na década de 1990 houve perda de produtividade nas lavouras de soja e trigo, ocasionada em grande parte por fatores climáticos e pela má utilização do solo. O plantio direto vem sendo incentivado como forma de conservação do solo. No entanto, um dos problemas que as entidades do município enfrentam é a resistência por parte dos produtores em aderir a essa técnica, devido ao costume em preparar a terra do modo convencional. Além do excesso de chuvas, o modo convencional no preparo da terra para o plantio é um dos principais causadores do atual esgotamento do solo.

A produção de trigo também sofreu alterações nos últimos anos. De acordo com informações dos técnicos locais, essa cultura tem se reduzido principalmente em virtude do clima úmido e temperaturas elevadas no município, o que contribui para o aparecimento de doenças, prejudicando a produção. Já a produção de milho vem destacando-se no município, contribuindo para isso o crescimento da bovinocultura de leite. A Tabela 24 apresenta o valor da produção, quantidade e rendimento médio dos principais produtos cultivados no município.

**Tabela 24 – Valor da Produção, Quantidade Produzida e Rendimento Médio dos Principais Produtos Cultivados em Cândido Godói em 1997**

| <b>Produtos</b> | <b>Valor da Produção<sup>1</sup><br/>(mil R\$)</b> | <b>Quantidade Produzida<sup>2</sup></b> | <b>Rendimento Médio<br/>(Kg/ha)</b> |
|-----------------|--|---|-------------------------------------|
| Soja            | 5.509  | 20.280                                  | 1.560                               |
| Milho           | 1.298  | 11.610                                  | 2.700                               |
| Trigo           | 953  | 6.900                                   | 1.380                               |
| Leite           | 3.112  | 14.819                                  | -                                   |

Fonte: Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul. FEE, 1998.

<sup>1</sup> Valor da produção física obtida, considerando-se os preços médios pagos ao produtor no ano de referência

<sup>2</sup> Fumo, feijão, milho e soja = toneladas; leite = mil litros

Os dados da Tabela 24 confirmam as informações apresentadas anteriormente, podendo-se perceber o destaque do valor da produção da soja no ano de 1997 (R\$ 5,5 milhões), em relação ao milho (R\$ 1,3 milhões) e ao trigo (R\$ 953 mil). A quantidade produzida de soja no município de Cândido Godói em 1997 ultrapassou 20 mil toneladas, a produção de milho aproximou-se de 12 mil toneladas e a produção de trigo foi de aproximadamente 7 mil toneladas. Embora a soja tenha sido superior ao milho e trigo em valores da produção e quantidade produzida, o rendimento médio dessa cultura, que foi de 1.560 Kg/ha, não superou a média estadual, que foi de 1.616 Kg/ha. Já o rendimento médio do milho e trigo que foram de 2.700 Kg/ha e 1.380 Kg/ha respectivamente, superaram a média estadual, que foi de 2.535 Kg/ha e 1.252 Kg/ha.

O leite também ganha destaque entre os principais produtos do município, representando uma das principais fontes de renda do meio rural em Cândido Godói. Conforme declaração do Vice-Prefeito do município, cerca de 90% das propriedades produzem e comercializam o leite, o que, juntamente com as aposentadorias, tem garantido o sustento mensal das famílias rurais. De acordo com o entrevistado, por mais que a soja seja a atividade predominante, as pessoas não contam com essa renda para satisfazer as necessidades cotidianas das famílias.

Segundo os depoimentos dos representantes das entidades locais, está sendo realizado um trabalho de parceria entre a Prefeitura, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e cooperativas, na busca de alternativas que possibilitem geração de renda para as famílias que residem no meio rural. Nesse sentido, várias atividades estão sendo incentivadas, como é o caso dos produtos orgânicos, da fruticultura, da suinocultura, da avicultura, da piscicultura e também a formação de agroindústrias. Além disso, encontra-se em andamento um estudo para a formação de uma cooperativa municipal para dar maiores condições de desenvolvimento à agricultura local.

De acordo com depoimento do Técnico da Emater local, existe a necessidade das propriedades voltarem a ser auto-sustentáveis, como eram em outras épocas, produzindo seus próprios insumos e diminuindo a dependência da utilização da química nas lavouras. No entanto, há resistência por grande parte dos produtores em aderirem a outras atividades, principalmente com relação aos produtos orgânicos. Conforme comentou o entrevistado, essa resistência é mais freqüente por parte das pessoas que situam-se na faixa de idade entre 20 e 40 anos.

O grande número de jovens que deixam o meio rural é um dos principais problemas enfrentados no município. Devido às dificuldades enfrentadas pelo meio rural e a pouca oferta de mão-de-obra em outros setores, os jovens acabam dirigindo-se a outros locais à procura de emprego e melhores condições de vida. Geralmente isso acontece logo após concluírem os estudos de segundo grau, sendo Santa Rosa e a região do Vale dos Sinos os locais mais procurados.

Na maior parte dos casos, os jovens são incentivados pelos pais a deixarem a vida rural, em virtude de não quererem que os filhos passem pelas mesmas

dificuldades que enfrentam com a agricultura. Outro motivo é em virtude do tamanho das propriedades ser em média muito pequeno, o que dificulta a divisão das terras entre os filhos no caso da família ser numerosa. Desta forma, na maior parte dos casos apenas um dos filhos acaba ficando junto com os pais e os demais filhos deixam as propriedades. Há casos também em que as famílias arrendam ou simplesmente abandonam suas terras e migram para os centros urbanos.

Os jovens organizam-se em grupos através da Pastoral da Juventude. No entanto, o intenso êxodo dificulta a formação de lideranças jovens já que os mesmos acabam deixando o meio rural muito cedo e acabam participando por pouco tempo desses grupos. De acordo com declaração do Vice-Prefeito do município, a formação de lideranças somente será possível quando houver mercado de trabalho disponível para os jovens do município. O entrevistado considera também que o processo de inversão da atual situação do meio rural do município deve acontecer a partir da educação, através da realização de trabalhos de conscientização junto às escolas, de forma a mostrar aos jovens que há possibilidades de mudanças e que a agricultura “é uma opção de vida”.

Buscando realizar um trabalho conjunto com as escolas, o município está desenvolvendo atividades e palestras com os alunos, no sentido de levar informação e conhecimento sobre a importância da agricultura. Há também a idéia de transformar uma das escolas do município em escola agrícola, para a formação e qualificação de profissionais que possam atuar e contribuir para o desenvolvimento do meio rural do município.

As entidades estão trabalhando na busca de alternativas, pois devido ao êxodo de jovens há uma tendência de envelhecimento da população rural, sendo que

a maior parte dessa população constitui-se atualmente de aposentados. Muitos desses aposentados, devido a idade avançada ou problemas de saúde, não desenvolvem mais nenhuma atividade nas propriedades.

Quanto às condições sociais e econômicas da população, pode-se observar o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e o ISMA (Índice Social Municipal Ampliado). O IDHM em Cândido Godói em 1991 foi de 0,64 (o índice para o Rio Grande do Sul foi de 0,79). O índice indica que o município tem um médio desenvolvimento humano, segundo a classificação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Pode-se dizer que as condições de vida da população do município melhoraram quando comparadas os anos de 1970 e 1980, quando o IDHM era 0,47 e 0,69, respectivamente. No entanto, observa-se que no ano de 1991 esse índice voltou a reduzir-se (0,64).

Com relação ao ISMA, o índice foi de 0,56 em Cândido Godói no ano de 1998, superando o índice estadual que foi de 0,55. Percebe-se que nesse município os dois índices apresentados (IDHM e ISMA) são semelhantes, diferentemente do observado em Arroio do Tigre, indicando melhores condições de vida da população no aspecto social e econômico. No entanto, é importante destacar novamente que a falta de indicadores mais atualizados dificulta extrair conclusões para os anos mais recentes.

### 3.3 Público Beneficiário

Conforme observou-se através das características apresentadas anteriormente, existem algumas semelhanças, mas no geral os municípios pesquisados apresentam características distintas. Como será comentado no decorrer do capítulo, essas diferenças irão interferir no grau de importância dos benefícios da Previdência Social Rural tanto para as famílias beneficiárias, como para a economia dos municípios. Nesse momento, serão apresentadas algumas características do público beneficiário nos municípios de Arroio do Tigre e Cândido Godói, que assemelham-se aos resultados encontrados para o Rio Grande do Sul, de acordo com os dados da pesquisa realizada pelo IPEA, apresentados no capítulo anterior.

De acordo com a pesquisa de campo, constatou-se que o público beneficiário feminino é superior ao masculino, representando 56% e 44% do total de beneficiários entrevistados, respectivamente. No entanto, embora o público feminino seja superior, a diferença é menos expressiva quando comparada com os dados do Rio Grande do Sul (Gráfico 1 – Capítulo II), onde o público feminino representa 64% e o masculino apenas 36% do total de beneficiários.

A inclusão das mulheres no acesso à aposentadoria por idade contribuiu para essa diferença e significou uma importante contribuição à renda total dos domicílios. Verificou-se que na maior parte dos domicílios pesquisados há o recebimento de dois salários mínimos mensais da Previdência Social, onde ou o casal recebe aposentadoria por idade, ou há o recebimento de aposentadoria por idade e pensão por morte do cônjuge. Levando-se em consideração que o salário mínimo era de R\$ 180,00 no momento da pesquisa de campo (junho de 2001), cada domicílio

contava em média com uma renda líquida mensal de R\$ 360,00, representando um complemento importante à renda total das famílias beneficiárias.

A aposentadoria por idade é o principal benefício pago pela Previdência Social nos municípios pesquisados, 91% dos entrevistados recebem apenas aposentadoria por idade e 9% recebem dois tipos de benefícios (aposentadoria por idade e pensão por morte). Verificou-se também que as mulheres são as maiores beneficiárias da pensão por morte, o que também contribui para explicar a sua maior participação no total de beneficiários da Previdência Social Rural. A média de idade dos entrevistados é de 68 anos, sendo que o público feminino no geral apresenta menos idade em relação ao masculino. Cabe lembrar que o fato do limite de idade na concessão de aposentadorias ser menor no caso das mulheres (55 anos) também contribui para que o público feminino situe-se nas faixas de idades “mais jovens”.

A pesquisa revelou também um baixo nível de escolaridade entre os beneficiários entrevistados, sendo que a maior parte deles teve no máximo cinco anos de estudo. O motivo mais freqüente declarado pelos entrevistados era a necessidade de mão-de-obra na agricultura, onde as crianças contribuía para a formação da força de trabalho familiar. Além disso, o trabalho na lavoura não exigia muito estudo, no entanto, os entrevistados reconhecem que hoje, em virtude das mudanças ocorridas, a situação é diferente e a falta de estudo muitas vezes acaba dificultando suas vidas.

Antes de prosseguir na apresentação dos resultados, é importante fazer um comentário a respeito da participação local da representação sindical na luta pela conquista dos direitos previdenciários dos trabalhadores rurais, embora já se tenha mencionado tal aspecto no Capítulo I quando se discutiu a mobilização em nível

estadual. De acordo com os depoimentos dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio do Tigre e Cândido Godói, os direitos previdenciários representaram uma das principais conquistas do movimento sindical. Além disso, os representantes declararam que se não fosse a pressão dos movimentos junto ao Governo, principalmente através de mobilizações, dificilmente as mudanças teriam acontecido, ou teriam demorado ainda mais tempo para serem regulamentadas.

### **3.4 A Importância dos Benefícios para o Meio Rural Gaúcho**

A pesquisa de campo realizada nos municípios de Arroio do Tigre e Cândido Godói revelou a importância dos benefícios da Previdência Social para o meio rural gaúcho. Os resultados da pesquisa de campo indicam que a renda das aposentadorias e pensões rurais contribuem significativamente para a subsistência das famílias onde há ao menos um beneficiário da Previdência Social. No entanto, foram poucos os casos em que se verificou que as aposentadorias contribuam diretamente para a manutenção das atividades produtivas agrícolas. Apesar disso, essa renda está sendo um importante meio de alívio à situação de carência de grande parte das famílias rurais, além de outros aspectos que serão comentados em seguida. Assim, os resultados da pesquisa de campo serão apresentados de forma a destacar a importância dos benefícios rurais para as famílias bem como para a economia dos municípios e seu impacto sobre o processo produtivo agrícola. Na seção final do

capítulo serão retomadas as hipóteses do trabalho e confrontadas com as evidências empíricas levantadas à campo.

### **3.4.1 A Importância dos Benefícios para as Famílias Rurais**

A busca de informações qualitativas através dos estudos de caso contribuiu para a compreensão dos efeitos da política de Previdência Social para o meio rural gaúcho. Os resultados da pesquisa de campo permitem afirmar que, em municípios onde a agricultura familiar é a base social e econômica, os benefícios previdenciários têm fundamental importância, embora possam ter finalidades distintas de acordo com as características de cada município, conforme se verá a seguir.

Através do estudo de caso em Arroio do Tigre percebeu-se que os benefícios rurais representam nesse município “uma das” rendas das famílias, pois em grande parte dos domicílios pesquisados a principal renda é proveniente da atividade produtiva. Desta forma, os benefícios são importantes como complemento da renda total das famílias, contribuindo principalmente para o pagamento das despesas mensais dos domicílios. Nesses domicílios, embora existam outras fontes de renda, os beneficiários reconhecem a importância das aposentadorias e pensões para as famílias rurais, conforme pode ser percebido através das declarações:

*(...) pelo meu entender, esse negócio de aposentadoria é muito bom, seja para nós que temos poder e temos meio, como nós temos muita dessa nossa gente que de repente (...) não tem eira nem beira, e hoje eles estão se aposentando (...), para eles mudou a situação. (...) Não é dizer que*

*isso deixa alguém ficar rico, mas ele ajuda, nem que seja para o bem pobre ou para o mediário* (G.S. – beneficiário de Arroio do Tigre).

*Mas é grande coisa. (...) A gente planta ainda os pouquinhos, mas se não fosse aquilo não chegava para nada, (...) é que a safra a gente tira só uma vez por ano, (...) mas aí quando não tem a safra tem a aposentadoria, ajuda bastante* (N.W. – beneficiário de Arroio do Tigre).

É preciso destacar que nos domicílios pesquisados em Arroio do Tigre onde a aposentadoria constitui-se na principal ou única renda da família, os entrevistados declararam que muitas vezes o valor recebido é insuficiente para as despesas do domicílio, principalmente naqueles em que os gastos com saúde são elevados. Desta forma, o fato de receberem uma renda mensal e líquida para o pagamento das despesas lhes dá maior segurança, pois muitos já não podem mais exercer nenhum tipo de atividade devido a idade avançada ou problemas de saúde. Esta situação é evidenciada pelos depoimentos de agricultores entrevistados, discutidos a seguir:

*(...) a gente tem que trabalhar, eu com setenta e três anos (...) e tenho que trabalhar, porque senão tem que me desfazer das coisas (...) não dá para viver com a aposentadoria, parar de trabalhar para tu viver com a aposentadoria* (F.R. – beneficiário de Arroio do Tigre).

*(...) isso mudou bastante, porque isso entra cada mês e antigamente (...) não tinha nada que entrava por mês assim (...), e agora a gente não pode mais trabalhar, então pelo menos entra isso por mês* (I.T. – beneficiária de Arroio do Tigre).

Por outro lado, a pesquisa de campo revelou que no município de Cândido Godói os benefícios previdenciários representam “a principal” fonte de renda das

famílias rurais, pois na maior parte dos domicílios entrevistados constatou-se a dependência dessa renda para o sustento das famílias. Percebeu-se através das entrevistas a dificuldade financeira por que passam a maior parte das famílias rurais, o que pode ser atribuído, em larga medida, às características desse município, conforme mencionado anteriormente. Nesse sentido, pode-se dizer que as aposentadorias e pensões rurais são fundamentais para a subsistência das famílias residentes no meio rural de Cândido Godói. As declarações a seguir ilustram a situação por que passam essas famílias e a importância dos benefícios.

*(..) só com a aposentadoria a gente não pode sobreviver, a gente tem que ter uma renda limpa, porque a gente tem os filhos ainda (...), precisamos de remédio e a gente não paga tudo com isso aí (E.M.S – beneficiária de Cândido Godói).*

*Para mim é um grande poder que essa aposentadoria tem (...), quanta gente velha, pobre, como eu já sou um, se é para me alimentar da lavoura aí eu iria passar fome, terminou o negócio da lavoura, não colhe mais (B.B. – beneficiário de Cândido Godói).*

Essa diferença percebida no grau de importância da renda dos benefícios para as famílias pode ser explicada, em grande parte, pelas características diferenciadas da agricultura familiar em cada município. Em Arroio do Tigre, conforme visto anteriormente, a agricultura familiar encontra-se mais fortalecida. A diversificação das atividades nesse município pode ser considerada um dos motivos que contribuam para esse fortalecimento, na medida em que se transforma em uma alternativa de incrementar a renda familiar. Nesse sentido, embora a renda das

aposentadorias e pensões tenham um peso importante na composição da renda total, as famílias não dependem unicamente dos benefícios para sua sobrevivência.

Já em Cândido Godói, vários motivos contribuíram nas últimas décadas para o empobrecimento dos agricultores familiares, principalmente em anos mais recentes, como por exemplo as frustrações de safra devido aos fatores climáticos, a degradação do solo que afetou a produtividade das lavouras, os planos econômicos e a carência de políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Em virtude disso, é maior a dependência dos recursos previdenciários para a subsistência das famílias rurais nesse município, onde os benefícios constituem-se na principal fonte de renda das famílias da maior parte dos domicílios pesquisados.

Embora se tenha percebido através da pesquisa de campo que a renda das aposentadorias e pensões rurais tem peso diferente na composição da renda total dos domicílios, verificou-se que em ambos os municípios essa renda é destinada, quase integralmente para o pagamento das despesas mensais dos domicílios, principalmente em alimentação e saúde. A respeito disso, os dados da pesquisa do IPEA já mostravam que a alimentação e a saúde representam 47,3% das despesas totais mensais dos domicílios gaúchos que contam com o recebimento dos benefícios previdenciários (Tabela 17 – Capítulo II).

Um fato que chamou a atenção na realização das entrevistas foi constatar uma significativa incidência de doenças entre os beneficiários entrevistados, e deficiência física e mental entre os filhos dos agricultores entrevistados em alguns domicílios visitados no município de Arroio do Tigre. De acordo com depoimento da Secretária da Saúde do município, as doenças mais frequentes entre os idosos são

hipertensão, diabete e câncer. Há no município cerca de 120 deficientes físicos, sendo que a maior parte dessas deficiências são verificadas no meio rural.

No entanto, o município não dispõe de estatísticas oficiais sobre os deficientes ou estudos sobre a causa dessas deficiências. Embora não se tenha obtido tais informações, de acordo com declaração do Administrador do Hospital local é possível que essas deficiências estejam relacionadas com o uso de agrotóxicos nas lavouras (o que já ocorre há várias décadas), principalmente no contato das mães com os agrotóxicos durante o período de gestação. Além disso, essa pode ser a causa de outras doenças, como por exemplo a depressão, uma doença comum no município. Segundo informações da Secretária Municipal de Saúde, atualmente o município está investindo em programas de saúde preventiva, com o objetivo de melhorar as condições de saúde da população local.

No município de Cândido Godói as doenças mais frequentes, conforme se percebeu através das entrevistas com os beneficiários, são câncer, doenças cardíacas e depressão. Nesse município, não obteve-se informação sobre as possíveis causas e/ou estatísticas dessas doenças. Grande parte dos entrevistados mostraram-se descontentes com a falta de médicos especialistas, sendo que há a necessidade de deslocamento para outras cidades, principalmente para Santa Rosa, para esse tipo de atendimento, o que acaba se traduzindo em despesas adicionais. Além disso, os entrevistados que utilizam medicamentos de uso contínuo (que são os de maior valor) declararam que há dificuldade de encontrar esse tipo de medicamento nos postos de saúde do município:

*O negócio da saúde por aqui está mal. (...) Nós de momento estamos em tratamento em Santa Rosa, especialista, porque aqui não tem especialista (L.J.M – beneficiário de Cândido Godói).*

*(...) não de graça, por dezessete reais a consulta em Santa Rosa (...), remédios não existem de graça (...), antes ainda se ganhava (...), agora não tem, e esses do coração são remédios caros, esses da pressão também se ganhava, agora tem que comprar tudo (T.C. – beneficiária de Cândido Godói).*

Embora existam cinco postos de saúde para atendimento da população no interior do município, em Arroio do Tigre também percebeu-se descontentamento por parte dos aposentados em relação à falta de médicos especialistas e de medicamentos de uso contínuo, o que, da mesma forma que em Cândido Godói, acaba transformando-se em despesas adicionais e comprometendo o valor total recebido dos benefícios. Em virtude da significativa incidência de doenças entre o público beneficiário, as despesas com medicamentos e consultas também são elevadas nesse município.

*Aqui eles têm remédios também, mas não são todos os remédios que têm, os remédio mais caros quando precisa não têm nos postos, aí tem que comprar (O.B. – beneficiário de Arroio do Tigre).*

*(...) assistência médica a gente tem ganhado nos postos, ali a gente tem de graça as consultas e os remédios, mas às vezes não tem os remédios (...), tem que sempre comprar os remédios, mais o médico, se vai lá no hospital tudo é pago (J.F.M – beneficiário de Arroio do Tigre).*

A pesquisa de campo também revelou que a renda das aposentadorias e pensões não está beneficiando somente os aposentados, uma vez que os demais membros das famílias também dependem dessa renda. No município de Cândido Godói, em parcela significativa dos domicílios, os demais integrantes da família dependem da renda das aposentadorias e pensões. Segundo depoimento do Técnico da Emater de Cândido Godói, não são somente os aposentados que conseguem sobreviver, a maioria dos aposentados encontram-se juntos com uma família de pessoas ativas que vivem das aposentadorias.

*(...) hoje essa aposentadoria é fundamental para qualquer pessoa da comunidade, (...) muitas famílias estão vivendo da aposentadoria da mãe, do sogro, da vovó, do papai que está dentro de casa (...), toda a família, não só o aposentado (A.K. – entrevistado de Cândido Godói).*

Conforme observou-se através do trabalho de campo, no município de Cândido Godói grande parte dos entrevistados residem com outros membros da família no mesmo domicílio, os quais também dependem da renda das aposentadorias para a sobrevivência. Em alguns casos, o motivo alegado foi de que os filhos permaneceram pela necessidade de tomar conta da propriedade, em virtude da idade avançada e de problemas de saúde dos pais. Outro motivo diz respeito às dificuldades dos filhos em adquirirem suas próprias terras ou encontrarem outras oportunidades de trabalho no município.

Já em Arroio do Tigre são menos freqüentes os casos em que os filhos moram no mesmo domicílio. Os resultados da pesquisa indicam que a maioria dos beneficiários desse município moram sozinhos nos domicílios. No entanto, os filhos casados permanecem residindo na mesma propriedade, partilhando as terras com os

pais e trabalhando na atividade produtiva agrícola. Os depoimentos a seguir revelam que houve aquisição de terras por parte dos filhos, seja através de compra ou pelo recebimento de herança, fato que também contribui para explicar a permanência de pessoas mais jovens no meio rural do município.

*(...) sempre ajudei os filhos todos, (...) quando eles compravam a terra então eu ajudava, pagava a terra e depois eles me pagavam conforme podiam* (F.R. – beneficiário de Arroio do Tigre).

*Nós tínhamos também outros recursos, nós vendemos essas terras, o resto da terra vendemos para os filhos, não todas, mas alguns nós demos como herança, e o resto eles tinham de pagar conforme eles podiam* (O.T. – beneficiário de Arroio do Tigre).

Nesse sentido, cabe destacar a importância da presença de idosos para as famílias rurais, principalmente naquelas famílias onde os demais membros dependem dos recursos dos benefícios para garantir a subsistência. Conforme destacam Delgado e Cardoso Jr. (1999, p.2), a política de Previdência Social para o meio rural “permite, ainda no espaço privado familiar, uma revalorização das pessoas de idade que, ao acessarem a renda de aposentadoria, obtêm uma espécie de salvaguarda de subsistência familiar, invertendo o papel social de assistidos para assistentes, no contexto de sobrevivência das famílias pobres”.

Nesse sentido, uma das questões levantadas pela pesquisa de campo era saber se o fato dos idosos passarem de “assistidos” para “assistentes” poderia estar representando maior valorização por parte dos seus familiares, principalmente daqueles que dependem das aposentadorias para sobreviverem. No município de Cândido Godói, através das entrevistas realizadas com os beneficiários e os

representantes das entidades locais, não foi possível perceber que esteja ocorrendo esse tipo de diferenciação no tratamento dispensado aos idosos pelos familiares. Já no município de Arroio do Tigre, observou-se em alguns casos que os entrevistados perceberam ter ocorrido alguma mudança após o recebimento dos benefícios, conforme revelam os depoimentos:

*(...) antigamente, no meu tempo (...) se tinha muito exemplo de haver muita gente, muitos velhos, rolando de mão em mão (...), e hoje tu não encontra mais isso (...). Então essa parte aí eu acho que diferenciou bastante* (G.S. – beneficiário de Arroio do Tigre).

*Sim, foi um tratamento diferente em casa, muita coisa, é sim, mudou tudo* (G.S.M – beneficiário de Arroio do Tigre).

*Acho que até tive mais valor (...), assim eu ajudo, dou uma mãozinha (...), eles [os filhos] me ajudam e eu ajudo eles* (O.T. – beneficiário de Arroio do Tigre).

Da mesma forma, para o Ex-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio do Tigre, que acompanhou os trabalhadores através do trabalho junto ao Sindicato desde o início da década de 1980, é possível perceber esse tipo de mudança. De acordo com o entrevistado, o costume das famílias, no passado, era de que um dos filhos desse assistência aos pais quando esses atingissem idade avançada o que, muitas vezes, representava gastos adicionais para os filhos, principalmente se os pais adocessem<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Em relação a isso, Brumer (2000, p.18) destaca que no passado, as filhas recebiam um dote e um dos filhos, geralmente o mais novo (pois os filhos mais velhos saíam da casa à medida em que se tornavam adultos e constituíam um novo lar), permanecia com os pais e tornava-se o herdeiro da casa e do lote de terra familiar, comprometendo-se a cuidar dos pais em sua velhice.

Essa situação, segundo o entrevistado, se reverteu com o recebimento dos benefícios previdenciários, conforme ilustra o seu depoimento:

*(... ) para os filhos agora o pai e a mãe são uma relíquia, eles fazem de tudo pro pai e a mãe. Ele era chutado, ele era um atrapalho, hoje não, ele é bem visto, porque hoje ele está aposentado (...). Então isso aí influenciou, uniu as famílias com esse benefício.*

Além disso, de acordo com a pesquisa, em ambos os municípios os beneficiários entrevistados declararam não receber nenhum tipo de ajuda de terceiros, como por exemplo ajuda financeira ou material de parentes ou amigos, sacola econômica, etc., o que demonstra a importância dos aposentados e da renda dos benefícios da Previdência para essas famílias, principalmente naquelas onde estes recursos são a principal (ou a única) fonte de renda do domicílio.

Através das entrevistas realizadas com os beneficiários rurais nos dois municípios, percebeu-se que os recursos das aposentadorias e pensões estão contribuindo também para novas atividades de lazer, destacando-se os grupos de terceira idade. Os integrantes desses grupos contribuem mensalmente com um determinado valor e encontram-se geralmente duas vezes por semana, tendo direito a participar de várias atividades que são realizadas como passeios, viagens, festas, bailes, encontros com grupos de outras comunidades, etc., conforme descrevem alguns entrevistados:

*Nós temos nosso grupo de terceira idade. Então nós temos nossos encontros, fizemos lá um chá, cada um leva uma coisa, lá funciona a canastra, e as mulheres jogam dominó (...). Às vezes dá umas trinta pessoas, podia dar um grupo bem grande, mas a maioria não acredita*

*nisso ali, não querem ser velhos, mas não adianta, da idade ninguém escapa* (A.S. – beneficiário de Arroio do Tigre).

*Tem os bailes regionais, (...) uma vez por ano todos eles fazem um baile e os outros vão, tantas pessoas tem que participar do baile ou pagam igual uma taxa. (...) Um pouco tem que deixar para diversão também* (E.S. – beneficiário de Cândido Godói).

A participação nos grupos de terceira idade ainda mostra-se tímida nos dois municípios pesquisados, havendo maior adesão às atividades por parte das mulheres. É importante destacar que a maior parte desses beneficiários trabalharam arduamente na atividade rural durante toda a vida e somente depois de aposentados estão tendo a oportunidade de divertimento. Além disso, o fato de conhecerem novos lugares, como por exemplo cidades turísticas, praias e participarem das atividades que são desenvolvidas torna-se um acontecimento inédito para a maioria, podendo traduzir-se em uma nova forma de sociabilidade.

De acordo com Bonato (2000, p.20), os impactos das conquistas sociais na Previdência Social têm sido ressaltados quase que exclusivamente nos seus aspectos econômicos. No entanto, há outros aspectos como a ampliação da cidadania e da consciência de direitos, a valorização do trabalho na atividade agrícola, a desmistificação no relacionamento com autoridades, com órgãos públicos e com o sistema financeiro, que proporcionam mudanças na realidade rural e na vida das pessoas. Segundo esse autor, as conquistas previdenciárias estão contribuindo também para a construção de novas relações de gênero na área rural, pois com as aposentadorias as mulheres passam a receber e controlar uma quantia em dinheiro, o que muitas vezes não acontecia antes de se tornarem beneficiárias.

Nesse sentido, percebeu-se pelo trabalho de campo que o recebimento de uma renda mensal contribui para a auto-estima dos beneficiários, principalmente no caso das mulheres. Além de contribuírem nas despesas do domicílio, as mulheres têm seus próprios recursos para empreender em coisas que eram mais difíceis de adquirir antes do recebimento das aposentadorias, como por exemplo roupas, calçados, utensílios domésticos, presentes para os netos, etc., conforme revelam os depoimentos:

*A gente compra comida boa, antigamente não podia, nós não comia isso, agora sim, roupa a gente tem bonita (...), a gente compra presentes para os netinhos (S.G. – beneficiária de Cândido Godói).*

*(...) a mulher ela tem o caixinha dela, agora a sobra ela passa pro marido, uma sobra (...), então quando ela vai receber ela vai comprar a roupa dela, um presentinho para o neto, uma coisinha a mais (...) e ela participa da sociedade no interior (Ex-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio do Tigre).*

Outra questão que se buscou esclarecer através da pesquisa de campo era se o recebimento dos benefícios previdenciários estaria de alguma forma influenciando a permanência das famílias no meio rural. Os resultados da pesquisa indicam que a permanência ou não no meio rural não deve-se exclusivamente aos recursos dos benefícios, embora em alguns casos esse seja um fator de forte influência. Através das entrevistas percebeu-se diferença entre a opinião dos beneficiários e dos representantes das entidades locais em relação ao assunto. Os beneficiários entrevistados, nos dois municípios, declararam que a permanência deve-se ao fato de gostarem da vida no meio rural. Além disso, mesmo que passem por dificuldades,

nunca pensaram em deixar o meio rural e não vêem a possibilidade de poderem se adaptar a outro tipo de vida em outro lugar, conforme pode-se observar através dos depoimentos de alguns beneficiários entrevistados:

*(...) eu quero ficar aqui até os últimos dias da minha vida (...). Não vou abandonar meu rancho para sair para outro lugar não, é um ranchinho mas estou contente (A.S.R. – Arroio do Tigre).*

*Eu não vou mais sair daqui, não quero deixar minha vida aqui. Para que ir na cidade? O que eu quero lá? (H.M. – Cândido Godói).*

No entanto, há também que se levar em consideração as características da agricultura familiar em cada município para se avaliar essa tendência de permanência no meio rural. Em Cândido Godói, percebeu-se que a permanência é mais freqüente entre os idosos, pois nesse município muitos fatores têm contribuído para o êxodo rural, principalmente de jovens, como por exemplo as dificuldades enfrentadas na agricultura nos últimos anos, a reduzida oferta de emprego em outras áreas e também devido ao fato da área média dos estabelecimentos ser pequena, o que dificulta a divisão entre os filhos quando a família é numerosa.

Em Arroio do Tigre, a permanência no meio rural ocorre tanto pela parte dos idosos como das pessoas mais jovens. Nesse município, conforme já comentado, a agricultura familiar encontra-se mais fortalecida, o que contribui para a fixação das pessoas no campo. Além disso, conforme declaração da extensionista da Emater local, é uma característica forte no município os filhos casarem e permanecerem no meio rural, trabalhando juntamente com os pais na mesma propriedade, seja através da divisão (herança) ou pela aquisição de novas terras.

Os representantes das entidades envolvidas com o meio rural em Arroio do Tigre concordam que os benefícios não são condição única para a permanência dos beneficiários e de suas famílias no meio rural. No entanto, na medida em que essa renda permite que as famílias saldem seus compromissos sem a necessidade de dependerem exclusivamente dos recursos das atividades produtivas agrícolas, proporciona maior segurança e tranquilidade para os beneficiários e seus dependentes. Assim, a concessão dos benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais contribuiu para melhorias na vida das pessoas que residem no meio rural do município, conforme declarações:

*(...) após os 60 anos vivem quase só do benefício, (...) a maioria se fixa no meio rural, ficam ali porque dá uma tranquilidade com a renda da aposentadoria e mais um pouquinho que ele faz na lavoura (...). Muitos estão ficando porque melhorou (...), muitos tentaram vir para a cidade mas voltaram de novo, porque não se adaptaram (...), mas o êxodo rural estancou com esse benefício da aposentadoria, porque hoje praticamente dá mais renda a aposentadoria do que a própria safra (Ex-Presidente dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio do Tigre).*

*A família onde existe um aposentado a tendência deles é de ficar, são poucos os casos que vão embora (...), então a aposentadoria está segurando aquele produtor ainda no campo, com certeza (Vice-Prefeito de Cândido Godói).*

No município de Cândido Godói as entidades envolvidas com o meio rural acreditam que o recebimento dos benefícios seja o fator responsável para a permanência dos aposentados e das suas famílias no meio rural, conforme as declarações acima. Nesse sentido, pode-se dizer que mesmo que não tenha sido um

objetivo previsto pela política de Previdência Social, a permanência das pessoas no meio rural é um ganho adicional tanto para a população rural como para os municípios, além de ser uma melhoria inequívoca para o conjunto da sociedade.

### **3.4.2 Importância dos Benefícios para a Economia dos Municípios**

Os resultados apresentados no capítulo anterior (Tabelas 7, 8 e 9) indicam que houve melhorias nas características físicas dos domicílios rurais gaúchos e também no acesso à infra-estrutura e bens de consumo para as famílias após o recebimento dos benefícios previdenciários. Os dados indicam que o recebimento das aposentadorias e pensões contribuiu para os gastos das famílias nessas melhorias. Conforme França (2000, p.13), além da Previdência Social reduzir as desigualdades sociais no Brasil, ela vem exercendo uma forte influência na economia de milhares de municípios brasileiros, de forma que os pagamentos de benefícios superam os do Fundo de Participação dos Municípios<sup>29</sup> (FPM).

---

<sup>29</sup> Parte substancial dos impostos federais recolhidos aos cofres do Tesouro Nacional encontra-se previamente destinada aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, por força de dispositivos da Constituição Federal. As principais Transferências Constitucionais (parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal e transferida aos Estados, Distrito Federal e Municípios) são o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os recursos dos Fundos provêm da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). No caso do FPM, da arrecadação total do IR e IPI são descontados os valores das restituições e dos incentivos fiscais, de maneira que da receita líquida 22,5% são destinados ao FPM. Do valor total destinado ao FPM, 10% são distribuídos entre as capitais, 86,4% entre os demais municípios e 3,6% são distribuídos entre os municípios do interior com mais de 156.216 habitantes (Ministério da Fazenda, 2002).

Segundo os dados demonstrados por França (2000, p.15), cerca de 60% dos municípios gaúchos registraram em 1998 maior pagamento de benefícios previdenciários em relação ao Fundo de Participação dos Municípios. Conforme pode ser visto na Tabela 25, a seguir, nos municípios de Arroio do Tigre e Cândido Godói o número de pagamentos beneficiários superou o FPM no ano de 1998. De acordo com os dados da Tabela, em Arroio do Tigre os pagamentos beneficiários foram 3,5 vezes superior ao FPM e em Cândido Godói os pagamentos beneficiários foram praticamente três vezes superior ao FPM no mesmo ano.

**Tabela 25 – Benefícios Previdenciários e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 1998**

| <b>Município</b> | <b>Valor dos Pagamentos de Benefícios (R\$) (a)</b> | <b>Valor do FPM (R\$) (b)</b> | <b>a/b</b> |
|------------------|---|-------------------------------|------------|
| Arroio do Tigre  | 4.874.720   | 1.394.584                     | 3,5        |
| Cândido Godói    | 2.368.192   | 836.750                       | 2,8        |
| Total para o RS  | 4.548.711.229                                       | 711.452.266                   | 6,4        |

Fonte: França (2000).

Com base nos resultados do trabalho de campo, observou-se que os recursos da Previdência Social são importantes para a movimentação da economia local em ambos os municípios pesquisados. De acordo com as entrevistas realizadas, os beneficiários declararam que efetuam suas compras e pagam as despesas do domicílio assim que recebem os benefícios. O depoimento de uma beneficiária de Cândido Godói sintetiza as declarações dos aposentados entrevistados: “(...) como eu recebo lá [na cidade], já entro no mercado e trago o que falta (...), porque eu não preciso pensar - será que eu tenho para comprar ou tenho que vender primeiro uma coisa para fazer o rancho?” (E.K). Em virtude disso, os dias de maior movimento

bancário, transporte e comércio local (principalmente em farmácias e supermercados) ocorrem nos dias de pagamento dos benefícios aos aposentados.

O fato da renda dos benefícios previdenciários ser mensal e líquida também facilita a aquisição de bens de consumo duráveis por parte das famílias (o mesmo constatou-se através dos resultados da pesquisa do IPEA conforme visto na Tabela 9, Capítulo II). Este aspecto contribui também para o movimento no comércio local, pois facilita que os aposentados programem os pagamentos das compras, possibilitando as compras a prazo de muitos bens que não podiam ter acesso antes do recebimento dos benefícios. Além dos bens de consumo, a renda das aposentadorias contribui também para melhorias na infra-estrutura dos domicílios, conforme revelam as declarações de alguns beneficiários:

*Isso aí mudou muito, porque inclusive a gente tem muitas coisas domésticas, que a gente comprou com a aposentadoria. As firmas vendem vamos supor uma geladeira, um freezer, a gente dá a metade e daí vai pagando por mês (...). A gente faz aquele compromisso sabendo que no fim do mês, começo do outro mês entra aquele dinheiro (J.F.M – Arroio do Tigre).*

*Melhoria, benfeitorias nós já fizemos também, consertamos o telhado da casa, que era ruim, enfim, onde é necessário a gente aplica (...), o rancho em primeiro lugar (...), a aposentadoria serve mais para sobreviver (E.M.S. – Cândido Godói).*

Nesse sentido, percebe-se a importância da liquidez e da periodicidade mensal dos benefícios rurais tanto para as famílias como para a economia dos municípios. De acordo com a Tabela 26, a seguir, é possível perceber o montante de recursos previdenciários que foram injetados na economia dos municípios no período

de 1999 a 2001. Percebe-se o incremento no total de benefícios concedidos pela Previdência Social ao município de Arroio do nos três últimos anos, passando de R\$ 5,4 milhões em 1999 para R\$ 6,0 milhões em 2000 e R\$ 7,1 milhões em 2001. Da mesma forma, em Cândido Godói no ano de 1999 o valor dos benefícios previdenciários pagos aos aposentados foi R\$ 2,3 milhões, passando para R\$ 2,8 milhões em 2000 e R\$ 3,4 milhões em 2001. Nota-se também que o valor dos benefícios rurais representam em Arroio do Tigre cerca de 70% do valor total de benefícios pagos pela Previdência Social no período apresentado. Em Cândido Godói o valor dos benefícios rurais representam em torno de 80% do total de benefícios.

**Tabela 26 – Valor dos Benefícios Previdenciários e do Crédito do Pronaf no período de 1999 a 2001**

|                                    | Arroio do Tigre  |                  |                  | Cândido Godói    |                  |                  |
|------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                    | 1999             | 2000             | 2001             | 1999             | 2000             | 2001             |
| <b>Valor dos Benefícios (R\$)</b>  |                  |                  |                  |                  |                  |                  |
| Rurais                             | 3.811.977        | 4.315.270        | 5.115.818        | 1.893.170        | 2.312.026        | 2.740.966        |
| Urbanos                            | 1.598.755        | 1.778.159        | 2.078.189        | 495.517          | 576.026          | 664.584          |
| <b>Total</b>                       | <b>5.410.732</b> | <b>6.093.429</b> | <b>7.194.007</b> | <b>2.388.687</b> | <b>2.888.052</b> | <b>3.405.550</b> |
| <b>Crédito do PRONAF (R\$)</b>     |                  |                  |                  |                  |                  |                  |
| <b>Custeio principais produtos</b> |                  |                  |                  |                  |                  |                  |
| Fumo                               | 2.524.945        | 2.806.524        | 1.586.702        | -                | -                | -                |
| Feijão                             | 976.170          | 602.358          | 2.104            | -                | -                | -                |
| Soja                               | 60.940           | 48.989           | 1.241            | 885.090          | 667.085          | 2.679            |
| Milho                              | 64.476           | 84.693           | 5.673            | 238.756          | 264.588          | 4.822            |
| Trigo                              | -                | -                | -                | 230.809          | 143.084          | 205.897          |
| Pecuária (leite)                   | -                | -                | -                | 1.794            | 13.498           | -                |
| <b>Total p/os princ. produtos</b>  | <b>3.626.531</b> | <b>3.542.564</b> | <b>1.595.720</b> | <b>1.156.449</b> | <b>1.088.255</b> | <b>213.398</b>   |
| <b>Total Crédito Pronaf</b>        | <b>4.688.584</b> | <b>5.692.563</b> | <b>3.255.691</b> | <b>2.379.514</b> | <b>2.006.258</b> | <b>480.884</b>   |

Fonte: Gerências Executivas do INSS de Ijuí e Santa Maria; Banco Central do Brasil - In: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2002.

Observa-se também que os recursos da Previdência Social também superou os valores do crédito do PRONAF destinados aos municípios pesquisados no mesmo período, principalmente no ano de 2001. Isso vem realçar a importância das

aposentadorias e pensões para a economia local. O volume de recursos injetado mensalmente através das aposentadorias e pensões chegou a aproximadamente R\$ 600 mil mensais no município de Arroio do Tigre em 2001 e cerca de R\$ 284 mil em Cândido Godói nesse mesmo ano.

Conforme comentado no Capítulo I desta dissertação, embora relevante a agricultura familiar nunca esteve nas prioridades das políticas públicas no Brasil, fato que contribuiu para o processo de exclusão dos agricultores familiares. Nos municípios pesquisados foi possível perceber as conseqüências dessa exclusão, que acarretou prejuízos econômicos e sociais aos agricultores nas últimas décadas. Diante desse contexto, pode-se dizer que a Previdência Social nos anos noventa passou a se constituir em uma das principais políticas públicas para a agricultura familiar, em termos de valores repassados ao meio rural e alcance dos benefícios. No entanto, é possível afirmar através dos resultados da pesquisa de campo que as características que assume a agricultura familiar em cada município interfere na maior ou menor dependência desses recursos por parte da economia dos municípios.

No município de Arroio do Tigre, embora também enfrente as conseqüências mencionadas, a agricultura familiar encontra-se mais fortalecida do que no município de Cândido Godói. Percebeu-se através das entrevistas realizadas que há uma tendência de diversificação das atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores familiares, o que vem contribuindo na geração de renda para os produtores e suas famílias bem como para o fortalecimento da economia do município. Além disso, o município também investe no crescimento do setor industrial e turismo, além de outras atividades já mencionadas, e também do trabalho de assistência técnica, conforme destaca o Prefeito Municipal:

*(...) nós contamos a história da agricultura no município de Arroio do Tigre quando chegou aqui o escritório da Emater, que introduziu nova mentalidade na cabeça dos nossos agricultores, que até então tinha apenas uma safra por ano, e hoje na pequena propriedade rural é inadmissível que se faça uma safra e passe o resto do ano sem produzir nada. (...) O benefício da aposentadoria reflete bastante no nosso comércio, mas o nosso município não é como outros que vivem em função da aposentadoria da sua comunidade. Nós temos aqui capacidade de produção agrícola e industrial bastante grande (...).*

Em Cândido Godói, percebeu-se que as conseqüências da “modernização” tecnológica por que passou a agricultura brasileira assim como a carência de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, entre outros fatores, têm dificultado as condições de reprodução social e econômica dos agricultores familiares nesse município. Além disso, o município depende quase que exclusivamente dos resultados das atividades agropecuárias para seu funcionamento, em vista dos outros setores serem pouco desenvolvidos. Como resultado, o município tem se tornado cada vez mais dependente dos recursos das aposentadorias e pensões rurais para a movimentação de sua economia, conforme declarou o Vice-Prefeito de Cândido Godói em entrevista realizada:

*A nossa atividade rural é essencialmente agrícola, só que dessa atividade a renda provém da aposentadoria, imagina a situação que nós nos encontramos (...). Pelo que representa os valores no município, seria um caos hoje, por exemplo, se um mês ou dois falhasse a aposentadoria.*

Há que se destacar também a importância da assistência técnica para o desenvolvimento rural dos municípios. Nesse sentido, a pesquisa de campo revelou

posições diferentes em relação aos depoimentos dos beneficiários e dos representantes das entidades entrevistadas que prestam assistência técnica aos agricultores nos municípios de Arroio do Tigre e Cândido Godói (Prefeitura e Emater). Os representantes das entidades declararam que estão desenvolvendo trabalhos conjuntos, buscando alternativas que permitam agregar renda aos agricultores e suas famílias, assim como melhorar a infra-estrutura dos domicílios para que se possa facilitar as condições de trabalho e de vida da população rural.

*(...) a administração está incentivando, ajudando, participando da melhoria das propriedades, essa é uma grande coisa para que eles se sintam valorizados e tenham mais facilidades para trabalhar (Secretário da Agricultura de Arroio do Tigre).*

*(...) estamos começando com a agroindustrialização (...), para eles não virem para a cidade nós temos que achar programas alternativos para que eles tenham mais renda, estamos fomentando um programa de avicultura, incrementando o programa na suinocultura, fortalecendo o programa do leite e outras atividades (Vice-Prefeito de Cândido Godói).*

No entanto, a falta de pessoal para atendimento aos agricultores nas propriedades é um dos problemas declarados pelos técnicos locais. Nesse sentido, a solução tem sido atender os produtores através de grupos, onde as orientações são repassadas através de reuniões conjuntas, segundo declararam os Técnicos da Emater de Arroio do Tigre e Cândido Godói.

A partir dos dados do último Censo Agropecuário, em 1996 praticamente 82% dos estabelecimentos rurais de Arroio do Tigre e 50% dos estabelecimentos rurais de Cândido Godói recebiam assistência técnica. No entanto, a maior parte dos

beneficiários entrevistados declararam não receber assistência em suas propriedades. Percebeu-se através das entrevistas que os agricultores sentem falta da orientação dos técnicos nas propriedades, conforme pode ser verificado através dos depoimentos de alguns beneficiários:

*A Emater já foi melhor na propriedade, mas dizem que eles não podem ajudar mais na propriedade por causa dos papéis (...), muita burocracia, então eles não têm tempo. (...) Teria que ter mais pessoas trabalhando ali, são muito poucos (L.R. – Arroio do Tigre).*

*Eu acho que a Emater (...) podia dar mais assistência (...), eles não saem no interior (...). Eles deviam fazer reuniões no interior e conversar com os agricultores, incentivar, fazer lavouras demonstrativas para ver como é que se produz mais, nem que seja aí um meio hectare (...), mas que o agricultor veja aquilo ali (...). E sobre a Prefeitura (...) não se viu nada de novo (J.F.M – Arroio do Tigre).*

Em relação ao desenvolvimento rural dos municípios, Picinatto *et alii* (2000, p.3) consideram que a assistência técnica, a pesquisa, a educação, a formação profissional, o acesso ao crédito rural, entre outros fatores (como o acesso à terra e infra-estrutura), são pré-requisitos necessários para que haja desenvolvimento local, de forma que a formulação de políticas públicas para a agricultura familiar deve levar em consideração esses fatores.

### **3.4.3 O Impacto dos Benefícios Previdenciários sobre o Processo Produtivo Agrícola**

A pesquisa de campo teve como objetivo obter informações qualitativas que complementassem os dados secundários já existentes. Desta forma, buscou-se argumentos, através das entrevistas, para que se pudesse testar a hipótese de que os recursos previdenciários estariam viabilizando as atividades produtivas da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Da mesma forma, procurou-se testar a validade explicativa da hipótese apresentada por Delgado e Cardoso Jr. (2000a, p.28) de que o seguro previdenciário estaria funcionando como uma espécie de seguro agrícola.

Os estudos de caso demonstraram que os agricultores familiares nos municípios de Arroio do Tigre e Cândido Godói, em maior ou menor grau, sofrem as conseqüências de políticas adotadas para a agricultura brasileira, principalmente a política de “modernização” tecnológica iniciada nos anos sessenta. Embora não se pretenda discutir detalhadamente esse processo<sup>30</sup>, pode-se dizer que a modernização tecnológica da agricultura ampliou as desigualdades sociais no campo através do êxodo, concentração de terra e de renda. Além disso, provocou degradação ambiental e ampliou a dependência dos agricultores pela utilização dos “insumos modernos”. Esses fatores, juntamente com a crise agrícola e de crédito no final dos anos oitenta e a abertura comercial nos anos noventa trouxeram prejuízos econômicos e sociais aos agricultores familiares desses municípios. As mudanças ocorridas na agricultura e suas conseqüências em nível local podem ser percebidas através das declarações de agricultores entrevistados:

---

<sup>30</sup> Uma discussão sobre o processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira e suas conseqüências pode ser vista em Delgado (1985), Martine e Garcia (1987) e Graziano da Silva (1998).

*(...) antigamente eu cultivava o trigo, até comprei terra com o dinheiro do trigo, cultivava cevada, era um alto negócio, se criava porco comum que se vendia a banha, tinha muita saída a banha e o próprio porco (...). Hoje o soja tomou conta, para o colono foi ruim (...), o óleo tomou conta do negócio (...). Para o pequeno agricultor, se não é o fumo nessa região aqui, a gente talvez não podia fazer nenhum tipo de negócio (...), inclusive para comer (J.F.M. – Arroio do Tigre).*

*(...) alguns anos atrás a agricultura passava por uma fase tranqüila, onde se trabalhava e se tinha lucros (...), aquilo que se produzia era recompensado na venda (...). Se hoje não houvesse a aposentadoria todos estes velhinhos estariam passando fome, esta é a diferença, porque aquilo que eles poderiam produzir hoje, na idade avançada, não daria para subsistência deles (A.K. – Cândido Godói).*

Com base no trabalho de campo, constatou-se também que a maior parte dos domicílios que recebem aposentadorias e pensões são ativos. Ou seja, a maioria dos beneficiários mantêm algum tipo de atividade rural nos seus estabelecimentos, seja para comercialização ou para autoconsumo. É importante ressaltar que poucos entrevistados declararam manter a atividade somente para autoconsumo, a grande maioria destinam seus produtos para a comercialização, onde o principal vínculo são as cooperativas. A respeito disso, percebeu-se através dos resultados do IPEA (Gráfico 5, Capítulo II) que apenas 3,1% dos estabelecimentos rurais gaúchos encontravam-se inativos no momento daquela pesquisa, sendo a agricultura a atividade predominante em praticamente 75% dos estabelecimentos.

De acordo com a pesquisa do IPEA, a maior parte dos entrevistados gaúchos (58%) declararam ser responsáveis por estabelecimento rural (Gráfico 4, Capítulo II). Para Delgado e Cardoso Jr. (2000a, p.28), quando se associa o benefício

previdenciário ao responsável por estabelecimento rural, os recursos da Previdência Social funcionam como uma espécie de seguro agrícola indireto, no momento em que dão suporte e apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar e de subsistência.

Através das entrevistas realizadas, constatou-se que no município de Arroio do Tigre a maior parte dos beneficiários são os chefes dos domicílios e exercem a função de coordenar as atividades e tomar as decisões necessárias embora o trabalho seja executado, em larga medida, pelos demais membros da família. Já em Cândido Godói, mesmo que os beneficiários ajudem na execução do trabalho, em parcela significativa dos casos são os demais membros da família (geralmente os filhos) que administram as atividades, coordenando e tomando as decisões.

Os resultados da pesquisa do IPEA também revelaram que aproximadamente 50% dos beneficiários gaúchos declararam utilizar a renda das aposentadorias e pensões na manutenção da atividade rural que desenvolvem nos estabelecimentos (Tabela 14, Capítulo II). Segundo a pesquisa de campo, a maior parte dos beneficiários entrevistados declararam que não utilizam a renda dos benefícios na manutenção das atividades produtivas agrícolas. No entanto, percebeu-se algumas diferenças entre os dois municípios, conforme será apresentado a seguir, o que reforça a idéia de que as diferentes características da agricultura familiar interferem no destino das aposentadorias.

Em Arroio do Tigre, embora a maior parte dos beneficiários tenham declarado que utilizam a renda dos benefícios nas despesas com alimentação e saúde, alguns dos entrevistados afirmaram que utilizam a renda das aposentadorias nas atividades agrícolas, principalmente na compra de insumos e sementes. Percebeu-se também que isso acontece nos domicílios em que a necessidade de gastos com

alimentos e saúde é menos freqüente e/ou onde há outras fontes de renda. Além disso, observou-se que nos domicílios onde o casal recebe aposentadoria, na maioria dos casos a aposentadoria da mulher é utilizada para despesas da casa e a do homem para outras despesas, incluindo-se nesse caso o custeio das atividades produtivas. Os depoimentos a seguir comentam sobre o destino da renda das aposentadorias.

*(...) a aposentadoria dela ela faz o rancho e às vezes paga a luz, e se sobra daí é dela, eu me defendo na roça (N.W.)*

*Ajuda muito, na colônia a gente compra adubo, compra semente, compra cereais, máquinas, essas coisa todas é com o dinheiro da aposentadoria de um, do outro é para casa, o dela então é para casa, o meu para comprar essas coisas (G.S.M).*

No município de Cândido Godói, observou-se através dos depoimentos que poucos beneficiários utilizam a renda das aposentadorias na manutenção das atividades produtivas rurais. Pode-se dizer que isso deve-se, em grande medida, ao fato dos benefícios serem a única fonte de renda na maior parte dos domicílios pesquisados, de forma que essa renda destina-se ao pagamento das despesas do domicílio, principalmente em saúde e alimentação. Além disso, uma parcela significativa da população que vive no meio rural desse município constitui-se de aposentados e vive apenas com os recursos dos benefícios. Em muitos casos, esses aposentados deixaram de trabalhar nas atividades agrícolas em virtude da idade avançada e/ou problemas de saúde. A seguir serão apresentados depoimentos de beneficiários de Cândido Godói, quando questionados sobre o destino da renda das aposentadorias.

*Para falar a verdade, praticamente chega para farmácia e médico, (...) nós dois estamos em tratamento com especialista cardiologista. (...) Às vezes chega o salário mínimo para consulta e farmácia, mas às vezes também não chega (L.J.M).*

*Se a gente tem que ir na farmácia, aí vai o dinheiro, eu estou sempre negociando (...), a farmácia é cara, os remédios, do mais caro que a gente pode gastar é tudo em remédio (...), o que come é a farmácia (B.B.).*

Há que se destacar, no entanto, que mesmo os que não utilizam os benefícios para manutenção das atividades produtivas agrícolas, declararam que as atividades produtivas agrícolas seriam prejudicadas caso não houvesse a renda das aposentadorias. O motivo é que teriam que destinar os recursos obtidos com as atividades agrícolas para o pagamento das despesas cotidianas dos domicílios (o que é feito com a renda dos benefícios), ou até desfazerem-se de alguns bens no caso de não terem outros meios, conforme pode-se observar através das declarações:

*Daí eu teria que vender vamos supor um boi, uma vaca, alguma coisa para comprar esses insumos, assim sobra tudo (J.F.M. – Arroio do Tigre).*

*Teria que tirar de outro lugar (...). É um salário e isso ajuda, é um bom dinheiro, é limpo. Com a atividade leiteira pouco sobra (R.S. – Cândido Godói).*

Assim, a respeito da hipótese apresentada por Delgado e Cardoso Jr. (2000a), de que os benefícios rurais estariam funcionando como uma espécie de seguro agrícola indireto, é possível fazer algumas considerações com base no

trabalho de campo. Em primeiro lugar, foram poucos os beneficiários entrevistados que declararam utilizar a renda das aposentadorias na manutenção das atividades produtivas. Os representantes das entidades locais também confirmaram essa informação, quando questionados sobre a utilização dos recursos previdenciários nas atividades agrícolas:

*(...) primeiro nos gêneros de primeira necessidade (...), o grito geral que se ouve dos aposentados é “meu dinheiro foi todo em remédio”, e o excedente então é mercado, mas remédio é o número um, destacado (Secretário da Agricultura de Arroio do Tigre).*

*A aposentadoria é o rancho de todo mês das famílias (...), eu diria que seria pouco representativo para investimentos, novos investimentos para agricultura (Técnico da Emater de Cândido Godói).*

Nesse sentido, com base na pesquisa de campo pode-se dizer que os benefícios previdenciários contribuem significativamente para a subsistência das famílias, mas em menor grau para a manutenção das atividades agrícolas. Assim, torna-se difícil confirmar a idéia de que esses benefícios possam desempenhar o papel de um seguro agrícola. Outro fato mencionado por Delgado e Cardoso Jr. (2000a) em relação à hipótese do seguro previdenciário funcionar como seguro agrícola, é de que a renda previdenciária soma-se, em geral, a outras fontes de renda, como ajuda de amigos e parentes, juros, aluguéis, etc. Desta forma, a existência desse “caixa único” torna difícil a distinção entre a parte do benefício que realmente ajuda no custeio das atividades produtivas familiares e a destinada a outras finalidades.

Percebeu-se também através da pesquisa de campo que mesmo que a renda do casal e/ou dos outros membros da família contribua conjuntamente para as despesas dos domicílios, é possível distinguir o destino dos benefícios no momento do seu recebimento, conforme pôde constatar-se pelos depoimentos já apresentados. Na maior parte dos casos esses recursos são destinados às despesas mensais dos beneficiários e das famílias, principalmente em alimentação e saúde. Além disso, nos dois municípios pesquisados constatou-se que, no geral, as famílias não recebem outros tipos de ajuda de terceiros (financeira ou material).

É importante salientar que considera-se que o termo “seguro agrícola” (mesmo que indireto), utilizado por Delgado e Cardoso Jr. (2000a), não seja o mais adequado para relacionar o recebimento das aposentadorias e pensões com a manutenção das atividades produtivas nos estabelecimentos rurais, pois pode dar margem para interpretações incorretas. A renda dos benefícios previdenciários, nesse caso, poderia ter sido relacionada como forma de financiamento das atividades produtivas rurais, ou ainda como política de renda mínima.

## CONCLUSÃO

De acordo com os resultados apresentados no decorrer deste estudo, observou-se que a Previdência Social vem adquirindo uma importância cada vez maior no meio rural, tanto para os beneficiários como para suas famílias e para a economia dos municípios. Através dos resultados da pesquisa do IPEA, apresentadas no Capítulo II, foi possível verificar melhorias nas condições de vida e bem-estar domiciliar das famílias beneficiárias do sistema nos três Estados da região Sul do Brasil, onde as aposentadorias e pensões rurais contribuem significativamente na formação da renda dos domicílios. Essa pesquisa trouxe informações inéditas e relevantes sobre os impactos socioeconômicos da Previdência Social para o meio rural, no entanto, a necessidade de informações adicionais para que se pudesse testar as hipóteses do trabalho levou à realização de estudos de caso em dois municípios gaúchos.

Nesse sentido, com base na pesquisa de campo realizada, foi possível observar alguns aspectos. Em primeiro lugar, é preciso levar em consideração que os benefícios rurais têm significativa importância tanto para as famílias como para a economia dos municípios onde a agricultura familiar é a base social e econômica. No entanto, observou-se que o maior ou menor grau de dependência desses recursos por

parte das famílias e dos municípios está relacionada com as características da agricultura familiar local (mais fortalecida ou mais descapitalizada), fato que interfere no peso das aposentadorias na composição da renda total dos domicílios.

Embora se tenha percebido que as aposentadorias têm pesos diferentes na composição da renda total dos domicílios nos municípios pesquisados, verificou-se que em ambos os municípios a renda dos benefícios é destinada, em grande medida, para o pagamento das despesas mensais familiares, principalmente em alimentação e saúde. Cabe destacar que os gastos com saúde são elevados nos dois municípios, especialmente no pagamento de consultas médicas dos aposentados e medicamentos.

A pesquisa de campo também revelou que a renda das aposentadorias e pensões beneficia não somente os aposentados, mas os demais membros da família. Verificou-se que em muitos casos, os demais membros da família residem no mesmo domicílio e dependem das aposentadorias para a sobrevivência. Este fenômeno é particularmente significativo no município de Cândido Godói. No município de Arroio do Tigre são mais frequentes os casos em que os filhos permanecem na mesma propriedade, partilhando as terras com os pais e trabalhando nas atividades agropecuárias. Assim, foi possível perceber a importância dos idosos para as famílias rurais, principalmente naquelas em que os benefícios previdenciários constituem-se na principal fonte de renda da família.

Nesse sentido, percebeu-se em alguns casos, especialmente no município de Arroio do Tigre, que o fato de receberem as aposentadorias contribuiu para a maior valorização dos idosos, sobretudo naqueles domicílios onde o benefício é a única fonte de renda. O fato de um dos filhos responsabilizar-se pela assistência aos pais na velhice, seguindo o costume usual das famílias rurais, muitas vezes representa

despesas adicionais, principalmente pelo motivo dos pais não poderem mais trabalhar, agravando-se ainda mais a situação em caso de doença. Assim, no momento em que começam a receber a aposentadoria, passando de “assistidos” para “assistentes”, parece ter havido uma maior valorização dos idosos, especialmente nas famílias mais carentes que dependem desse recurso para a sobrevivência. Além disso, nos dois municípios pesquisados os beneficiários declararam que a família não recebe nenhum outro tipo de ajuda de terceiros, o que reforça a importância da renda advinda das aposentadorias para essas famílias.

De acordo com os resultados da pesquisa de campo, o recebimento dos benefícios previdenciários também contribuiu para reforçar a inserção social dos aposentados em suas comunidades. Além de sentirem-se valorizados por não precisarem depender financeiramente de outras pessoas, os idosos estão tendo a oportunidade de desenvolverem atividades que até antes do recebimento dos benefícios não eram praticadas. Um exemplo dessas atividades são os grupos de terceira idade, que proporcionam aos idosos momentos de diversão, lazer, sociabilidade, viagens e cultura. Para muitos, essas atividades têm sido uma oportunidade inédita, já que dedicaram toda a vida ao trabalho na agricultura e jamais tiveram antes oportunidades semelhantes. Desta forma, pode-se dizer que a ampliação dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais também proporciona mudanças na vida dos beneficiários, de forma que não se pode levar em consideração apenas os aspectos econômicos e financeiros quando se avalia o impacto das aposentadorias no meio rural.

Outra questão que buscou-se esclarecer com a pesquisa de campo está relacionada à hipótese de que o recebimento dos benefícios estaria influenciando a

permanência das famílias no meio rural. Os resultados da pesquisa nos municípios de Arroio do Tigre e Cândido Godói revelaram que a permanência no meio rural não se deve exclusivamente ao recebimento dos benefícios, embora em muitos casos seja um fator de forte influência. Os beneficiários entrevistados declararam que estão satisfeitos com a vida rural, mesmo passando por dificuldades. Afirmam, contudo, que as dificuldades nunca foram motivo para pensarem em deixar a vida no campo, até porque consideram que não se adaptariam a outro tipo de vida. Para os representantes das entidades dos municípios pesquisados (Prefeitura, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais), o recebimento dos benefícios não é a única condição para que as famílias permaneçam no meio rural. No entanto, o recebimento de uma renda mensal e líquida proporciona maior tranquilidade e segurança financeira aos aposentados e suas famílias, permitindo que não dependam exclusivamente das atividades agrícolas para sua sobrevivência. Visto desta forma, pode-se dizer que, um dos efeitos não previstos pela Previdência Social mas alcançado de forma compulsória, é a sua contribuição para a permanência da população no meio rural.

Há que se destacar também a importância dos benefícios previdenciários para a economia dos municípios, principalmente naqueles menos desenvolvidos, que acabam dependendo em maior grau das aposentadorias para movimentação da economia local. Os dados apresentados no trabalho revelam que o montante de recursos que é introduzido nos municípios pela Previdência Social supera, por exemplo, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e os recursos do PRONAF. Em 2001 foram destinados pela Previdência Social R\$ 7,1 milhões em Arroio do Tigre e R\$ 3,4 milhões em Cândido Godói, que são recursos que acabam circulando

e ativando a economia local nos próprios municípios. Nesse sentido, é possível afirmar que a Previdência Social Rural vem se destacando como considerável contribuição para o desenvolvimento das economias locais.

Em relação à hipótese original desta dissertação, de que os recursos previdenciários estariam viabilizando as atividades produtivas da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, pode-se fazer algumas considerações com base no trabalho de campo. Em primeiro lugar, é preciso destacar que os agricultores familiares, nos dois municípios pesquisados, em maior ou menor grau sofreram as conseqüências das políticas agrícolas adotadas no Brasil em períodos anteriores, principalmente a política de “modernização” tecnológica da agricultura, iniciada em meados da década de 1960. Os resultados dessas políticas, bem como de outros fatores conjunturais ocorridos na década de 1990, contribuíram para a descapitalização dos agricultores familiares e ampliação das desigualdades sociais no meio rural desses municípios. Em virtude disso, os recursos previdenciários vêm se apresentando como uma contribuição significativa para a manutenção da renda dos agricultores familiares.

Também constatou-se através da pesquisa de campo que os domicílios que recebem aposentadoria e/ou pensão são ativos, mantendo algum tipo de atividade seja para comercialização ou autoconsumo. No entanto, poucos entrevistados declararam utilizar a renda das aposentadorias para manutenção das atividades produtivas, informação que mostrou-se diferente dos dados apresentados pela pesquisa do IPEA, onde aproximadamente 50% dos beneficiários gaúchos declararam utilizar a renda para esse fim. Conforme comentado no decorrer desta dissertação, a renda das aposentadorias nesses municípios é destinada, principalmente, para os gastos em saúde e alimentação.

Nesse sentido, observou-se que os benefícios previdenciários contribuem significativamente para a subsistência das famílias, mas em menor grau para a manutenção das atividades produtivas. Assim, em relação ao Rio Grande do Sul, torna-se difícil corroborar a hipótese de Delgado e Cardoso Jr. (2000a) de que o benefício previdenciário esteja funcionando como seguro agrícola, no momento em que essa renda não é usualmente reinvestida na própria produção agrícola. No entanto, é possível que esses recursos contribuam de forma indireta para a manutenção das atividades agrícolas, no momento em que os beneficiários deixam de depender exclusivamente da renda dessas atividades para o pagamento das despesas dos domicílios podendo, dessa forma, reinvestir esses recursos (da produção) no próprio estabelecimento agrícola.

Com base nestas verificações mais gerais, é possível encerrar este trabalho de dissertação afirmando que a política pública de concessão de benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais vem contribuindo para manter uma parcela significativa de agricultores familiares no campo. Esta manutenção, conforme ressaltado ao longo do trabalho, depende largamente das condições da estrutura familiar e do próprio contexto local em que está inserida. Feitas estas ressalvas, é possível afirmar que as aposentadorias rurais representam no período recente uma estratégia e um recurso para reprodução de muitas famílias rurais, mesmo que em boa parte dos casos isto signifique apenas a manutenção de unidades produtivas dedicadas quase exclusivamente à subsistência e ao autoconsumo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE SILVA, E.R. Efeitos da Previdência Social Rural sobre a Questão de Gênero. In: DELGADO, G.; CARDOSO JR., J.C. (Org.). *A Universalização de Direitos Sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000, p.101-130.

ANDRADE SILVA, E.R.; DELGADO, G. Condições de Efetividade e Universalização da Previdência Rural. In: DELGADO, G.; CARDOSO JR., J.C. (Org.). *A Universalização de Direitos Sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000, p.41-62.

*ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - AEPS*. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV), 1991 a 1999.

*ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL*. Porto Alegre: FEE, 1998. (CD-ROM).

ARRETCHE, M.T.S. *O Processo de Descentralização das Políticas Sociais no Brasil e seus Determinantes*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. p.173-201.

BONATO, A. O Gênero da Previdência Rural. In: *Boletim do Deser*. n. 108. Curitiba: Deser, fev. 2000. p.17-20.

BRUMER, A. *Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul*. Trabalho preparado para apresentação no XXII Congresso Internacional da Latin American Studies Association (LASA), Hyatt Regency Miami, março de 2000 (mimeo). 30p.

COLOGNESE, S.A.; MÉLO, J.L.B. A técnica da entrevista na pesquisa social. In: *Cadernos de Sociologia UFRGS*. Porto Alegre, 1998, v.9, p. 143-159.

CORADINI, O. L. *Representações Sociais e Conflitos nas Políticas de Saúde e Previdência Social Rural*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1989. cap. 1, 2 e 3.

DELGADO, G. C. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1985.

DELGADO, G. *Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica*. Brasília: IPEA, 1997. Texto para Discussão 477. 66p.

DELGADO, G. (Org.). *Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Relatório Metodológico*. Brasília: IPEA, 1999. 133p.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J.C. *O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: a experiência recente da universalização*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Texto para Discussão 688. 23p.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J.C. *Principais Resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil (Projeto Avaliação Socioeconômica da Previdência Social Rural)*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000a. Texto para Discussão 734. 58p.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J.C. Condições de Reprodução Econômica e Combate à Pobreza. In: DELGADO, G.; CARDOSO JR. (Org.). *A Universalização de Direitos Sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000b. p.63-80.

DELGADO, G.; SCHWARZER, H. Evolução Histórico-Legal e Formas de Financiamento da Previdência Rural no Brasil. In: DELGADO, G.; CARDOSO JR. (Org.). *A Universalização de Direitos Sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000. p.187-210.

FALEIROS, V.P. *A política social do Estado Capitalista*. 8. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000. cap.7.

FERREIRA, B. *et alii*. A agricultura familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R. (Org.) *Transformações da Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, 2001. cap. 14.

FRANÇA, A. S. *A Previdência Social e a Economia dos Municípios*. 2. ed. Brasília: ANFIP, 2000. 243p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL – FEE. *Índice Social Municipal Ampliado para o Rio Grande do Sul 1991-1998*. (CD-ROM).

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário – Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, 1980 e 1995/96.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico – Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970 a 1991.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. In: <http://www.ibge.gov.br>, acessado em 02/02/2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP – IE, 1998.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. (Coord.). *Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, fev. 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II*. Brasília: IPEA, 1998 (banco de dados).

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Assessoria de Informações Institucionais e Acompanhamento de Resultados. *Síntese dos Benefícios no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, abril 2001.

MALLOY, J. *Authoritarianism and the Extension of Social Security Protection to the Rural Sector in Brazil*. University of Pittsburgh, 1976 (mimeo). 23p.

MALLOY, J. *The Politics of Social Security in Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1979 (Pitt Latin American Series). P.116-145.

MARTINE, G.; GARCIA, R.C. *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Coordenação Geral de Programação Financeira. *Cartilha FPE/FPM*. In: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>, acessado em 22/02/2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. *Crédito Rural do PRONAF*. In: <http://www.mda.gov.br>, acessado em 22/02/2002.

OLIVEIRA, J.; TEIXEIRA, S.F. (Im) *Previdência Social: 60 anos de história da Previdência no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989. 360p.

PICINATTO, A.G. *et alii*. *Cartilha do PRONAF Crédito*. Curitiba: DESER, 2000. 34p.

PNUD/IPEA/FJP/IBGE. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 1998*. Projeto BRA/97/007. (CD-ROM).

ROCHE, J. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. v. I, cap. 5.

SCHMITT, C.J. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Z. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. p.189-226.

SCHNEIDER, I. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. In: *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística – FEE, jan. 1994, n. 21 (4), p.259-268.

SCHNEIDER, S. *Agricultura Familiar e Pluriatividade*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1999. cap. 1.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. *Crítica Metodológica e Tipologia dos Municípios Gaúchos com Base em Indicadores Sócio-Econômicos*. Relatório de Consultoria Técnica. Porto Alegre, 2000a.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. *Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Pobreza Rural no Rio Grande do Sul*. Projeto de Pesquisa – FAPERGS – Edital 04/2000. Porto Alegre, agosto de 2000b.

SCHWARZER, H. *Impactos Socioeconômicos do Sistema de Aposentadorias Rurais no Brasil - evidências empíricas de um estudo de caso no Estado do Pará*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Texto para Discussão 729. 67p.

SUGAMOSTO, M. (Coord.). *Projeto de Avaliação Sócio-Econômica e Regional da Previdência Rural Fase II – Região Sul: relatório final das atividades de campo*. Curitiba: IPARDES, 1999. 19p.

## **ANEXOS**

## ANEXO I - Questionário Utilizado na Pesquisa do IPEA



### PESQUISA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

#### BLOCO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO FORMULÁRIO

Etiqueta  
Ndf – estado — mr – município – endereço – nome beneficiário – dib - espécie

#### 01 Nome do Entrevistado

.....

#### 02 Grau de Parentesco do entrevistado com o beneficiário da Previdência

- 01 Próprio  
 02 Cônjuge  
 03 Filho(a)  
 04 Parente/afim  
 05 Agregado  
 98 Outros (especificar) .....

|               | Nome | Rubrica |           | Data | Rubrica |
|---------------|------|---------|-----------|------|---------|
| Entrevistador |      |         | 1ª visita |      |         |
| Supervisor    |      |         | 2ª visita |      |         |
| Crítico       |      |         | Devolução |      |         |
| Digitador     |      |         | Checagem  |      |         |

**BLOCO 2 – IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO****03 Endereço Atual** 01 O mesmo do cadastro 98 Outro (especificar): .....**04 A residência encontra-se** 01 Zona Urbana 02 Zona Rural → Pule para a questão 6**05 Zona Urbana** 01 Cidade 02 Sede Distrital 03 Áreas Urbanizadas Isoladas**06 Zona Rural** 01 Povoado ou Aglomerado 02 Núcleo 03 Moradia Isolada 98 Outros (especificar) .....**07 Sexo** 01 Masculino 02 Feminino**08 Idade**

..... anos

**09 Estado Civil ou Conjugal** 01 Casado 02 Solteiro 03 Viúvo 04 Divorciado/Desquitado 05 Separado 06 Juntos 98 Outros (especificar) .....**10 O Sr.(a) frequenta/frequentou alguma escola?** 01 Sim, e sabe ler e escrever 02 Sim, mas não sabe ler nem escrever 03 Não, mas sabe ler e escrever → Pule para a questão 12 04 Não, e não sabe ler nem escrever → Pule para a questão 12 05 Não, mas sabe assinar o nome → Pule para a questão 12

**11 Nível de Escolaridade do Beneficiário**

- 01 1ª a 4ª Série Incompleto (antigo primário)
- 02 1ª a 4ª Série Completo (antigo primário)
- 03 5ª a 8ª Série Incompleto (antigo ginásio)
- 04 5ª a 8ª Série Completo (antigo ginásio)
- 05 2º Grau Incompleto
- 06 2º Grau Completo
- 07 Nível Técnico
- 08 Nível Superior
- 09 Mobral
- 98 Outros (especificar) .....

**12 Qual o Ramo de Atividade da última ocupação exercida nos 12 meses anteriores ao recebimento do Benefício?**

- 01 Agropecuária
- 02 Extrativismo e Floresta
- 03 Pesca
- 04 Mineração
- 05 Indústria
- 06 Comércio
- 07 Serviços
- 08 Transporte
- 09 Construção Civil
- 10 Produção Doméstica (artes ou indústria caseira)
- 11 Domicílio (serviços domésticos)
- 98 Outros (especificar) .....

**13 Qual a Relação de Trabalho na última ocupação exercida nos 12 meses anteriores ao recebimento do Benefício?**

- 01 Conta Própria
- 02 Assalariado
- 03 Meeiro/Parceiro
- 04 Arrendatário
- 05 Diarista
- 06 Ganho por Produção
- 07 Ganho por Empreitada
- 08 Membro não remunerado da família
- 09 Empregador
- 98 Outros (especificar) .....

## BLOCO 3 – SEGURO PREVIDENCIÁRIO

Atenção: nas **questões de 15 a 22**, em caso de duplicidade no recebimento de benefícios, considerar apenas o **Benefício Principal**, ou seja, aquele relacionado à **Aposentadoria** (por idade ou invalidez).

**14 Que tipo de benefício mensal recebe atualmente da Previdência Social ou do antigo FUNRURAL? (marque até 3 respostas se necessário)**

- 01 Aposentadoria por Idade  
 02 Aposentadoria por Invalidez  
 03 Pensão por Morte  
 04 Renda Mensal Vitalícia  
 98 Outros (especificar): .....

**15 Desde que data recebe este benefício? (o Benefício Principal).**

.....  
 mês                      ano

**16 Quanto tempo demorou da solicitação do benefício principal até sua concessão pelo INSS ou antigo FUNRURAL?**

.....  
 anos                      meses                      dias

**17 Enfrentou algum problema para ter acesso ao benefício? (marque até 3 respostas se necessário)**

- 01 Desconhecimento dos direitos do trabalhador  
 02 Desatenção ou desinformação dos funcionários do INSS ou do Correio  
 03 Dificuldade para comprovar idade  
 04 Dificuldade para comprovar atividade rural (documentação ou entrevista)  
 05 Dificuldade para comprovar invalidez  
 06 Dificuldade para juntar os documentos exigidos pelo INSS  
 07 Não enfrentou problemas  
 98 Outros (especificar): .....

**18 Informe se o Sr.(a) recebeu ajuda de alguma pessoa, autoridade ou órgão para encaminhar o pedido do benefício (marque até 3 respostas se necessário).**

- 01 Associação  
 02 Sindicato de trabalhadores rurais  
 03 Liderança política ou local  
 04 Prefeito  
 05 Igreja  
 06 ONG  
 07 Autoridade local (juiz, promotor ou delegado de polícia)  
 08 Proprietário rural (empregador)  
 09 Não recebeu colaboração  
 98 Outros (especificar): .....

**19 Nos últimos dois anos recebeu em todos os meses o Benefício Principal?**

- 01 Sim  
 02 Não

**20 O Benefício Principal tem sido pago em data certa?**

- 01 Sim  
 02 Não

**21 Quando acontece algum atraso de pagamento do Benefício Principal, qual a sua duração?**

- 01 Nunca atrasa  
 02 Menos de 7 dias  
 03 De 7 a 14 dias  
 04 De 15 a 30 dias  
 05 De 30 a 60 dias  
 06 Mais de 60 dias

**22 Quem retira o pagamento do benefício?**

- 01 O próprio Beneficiário  
 02 Outra Pessoa por procuração  
 03 Parentes ou Amigos sem procuração

**23 Como o benefício é retirado?**

- 01 Com cartão do banco  
 02 Com carnê do banco  
 03 No correio (carnê)  
 98 Outro (especificar): .....

**24 Recebe o benefício na mesma localidade onde reside?**

- 01 Sim  
 02 Não

**25 Qual a distância aproximada entre sua residência e o local onde recebe o benefício?**

..... km

**26 Quantas pessoas no domicílio (além do beneficiário identificado) recebem mensalmente algum tipo de benefício pago pela previdência social?**

- ..... pessoas  
 00 Nenhuma → Pule para questão 28





38e Qual o número de cômodos da moradia atual?

38f Qual o número de cômodos da última moradia?

38g A atual moradia é:

- 01 Própria  
 02 Alugada  
 03 Cedida  
 98 Outro (especificar): .....

38h A última moradia era:

- 01 Própria  
 02 Alugada  
 03 Cedida  
 98 Outro (especificar): .....

38i A principal forma de abastecimento de água da moradia atual é:

- 01 Rede Geral  
 02 Torneira pública ou chafariz  
 03 Carro-pipa  
 04 Cisterna  
 05 Poço ou Nascente  
 06 Rio, Açude ou Barreiro  
 07 Água do vizinho  
 98 Outro (especificar): .....

38j A principal forma de abastecimento de água da última moradia era:

- 01 Rede Geral  
 02 Torneira pública ou chafariz  
 03 Carro-pipa  
 04 Cisterna  
 05 Poço ou Nascente  
 06 Rio, Açude ou Barreiro  
 07 Água do vizinho  
 98 Outro (especificar): .....

38l O principal tipo de instalação sanitária da moradia atual é:

- 01 Rede geral  
 02 Fossa séptica  
 03 Fossa comum (rudimentar)  
 04 Não tem  
 98 Outro (especificar): .....

38m O principal tipo de instalação sanitária da última moradia era:

- 01 Rede geral  
 02 Fossa séptica  
 03 Fossa comum (rudimentar)  
 04 Não tem  
 98 Outro (especificar): .....

38n O principal tipo de abastecimento de luz da moradia atual é:

- 01 Com acesso a rede geral  
 02 Com acesso a motor  
 03 A querosene  
 04 Não tem  
 98 Outro (especificar): .....

38o O principal tipo de abastecimento de luz da última moradia era:

- 01 Com acesso a rede geral  
 02 Com acesso a motor  
 03 A querosene  
 04 Não tem  
 98 Outro (especificar): .....

38p A moradia atual tem telefone:

- 01 Sim  
 02 Não

38q A última moradia tinha telefone:

- 01 Sim  
 02 Não

**38r A moradia atual possui quais dos utensílios domésticos citados (marque mais de uma resposta se necessário):**

- 01 Fogão a lenha
- 02 Fogão a gás
- 03 Geladeira
- 04 Televisor
- 05 Rádio
- 06 Freezer
- 07 Antena Parabólica
- 98 Outro (especificar): .....

**38s A última moradia possuía quais dos utensílios domésticos citados (marque mais de uma resposta se necessário):**

- 01 Fogão a lenha
- 02 Fogão a gás
- 03 Geladeira
- 04 Televisor
- 05 Rádio
- 06 Freezer
- 07 Antena Parabólica
- 98 Outro (especificar): .....

## BLOCO 5 – RELAÇÕES FAMILIARES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

**39 Quem é o chefe do domicílio onde reside o Beneficiário:**

- 01 O próprio
- 02 Cônjuge
- 03 Filho
- 04 Filha
- 05 Pai
- 06 Mãe
- 07 Parentes/afins
- 98 Outro (especificar): .....

**40 Qual o número de pessoas sem rendimentos monetários residentes no domicílio?**

- 01 Total .....
- 02 Homens .....
- 03 Mulheres .....

**41 O Beneficiário ajudou alguém economicamente fora do domicílio nos últimos 12 meses?**

- 01 Sim
- 02 Não → Pule para a questão 43

**42 Quantas pessoas?**

..... pessoas

**43 Qual das formas de ajuda descritas abaixo praticou nos últimos 12 meses (marque até 3 respostas, se necessário):**

- 01 Prestação de serviços gratuitos
- 02 Mutirão de trabalho
- 03 Atendimento a pessoa doente ou carente
- 04 Cessão de equipamento ou material de trabalho
- 05 Ajuda em espécie
- 06 Nenhuma
- 98 Outro (especificar): .....

**44 Indique as principais categorias de produtos doados nos últimos 12 meses (marque até 3 respostas, se necessário):**

- 01 Alimentos e Material de Higiene e Limpeza
- 02 Vestuário e Calçado
- 03 Remédios
- 04 Material Escolar
- 05 Insumos
- 06 Utensílios Domésticos
- 98 Outro (especificar): .....

.....

.....

.....

**45 O Beneficiário participa de algum grupo ou associação dentre as citadas abaixo? (marque até 3 respostas, se necessário):**

- 01 Associação de Produtores Rurais
- 02 Cooperativas de Produtores Rurais
- 03 Sindicato de Trabalhadores Rurais
- 04 Conselhos Municipais de Programas Governamentais
- 05 Movimentos Sociais Organizados
- 06 Grupos informais (grupo de mulheres, grupo de jovens, grupo de idosos - etc.)
- 07 Não participa → Pule para a questão 47
- 98 Outro (especificar):

.....

.....

.....

**46 Quais as principais atividades oferecidas pelas entidades que participa? (marque até 3 respostas, se necessário)**

- 01 Assistencial
- 02 Social e Recreativo
- 03 Prestação de Serviços ou Apoio à Produção
- 04 Defesa de Direitos
- 98 Outro (especificar):

.....

.....

.....

## BLOCO 6 – RELAÇÃO DO BENEFICIÁRIO COM A ATIVIDADE ECONÔMICA

**47 O beneficiário ou alguém residente no mesmo domicílio é responsável atualmente por estabelecimento rural?**

01 Sim

02 Não

—————▶ Pule para o bloco 7

**48 Indique a atividade rural predominante ou se o estabelecimento está inativo.**

01 Agricultura

—————▶ Pule para a questão 50

02 Pecuária

—————▶ Pule para a questão 50

03 Horticultura

—————▶ Pule para a questão 50

04 Agropecuária

—————▶ Pule para a questão 50

05 Agroindústria

—————▶ Pule para a questão 50

06 Coleta ou extração vegetal

—————▶ Pule para a questão 50

07 Pesca

—————▶ Pule para a questão 50

08 Turismo

—————▶ Pule para a questão 50

09 Inatividade Completa

—————▶ Passe para a questão 49

98 Outro  
(especificar):

—————▶ Pule para a questão 50

**49 Indique a causa do abandono deste estabelecimento.**

.....

.....

.....

.....

.....

**50 O beneficiário utiliza de alguma maneira a renda da aposentadoria ou pensão para manutenção da atividade rural citada?**

01 Sim

02 Não

—————▶ Pule para a questão 52

**51 Em quais das formas abaixo o Beneficiário utiliza a renda do seu Benefício Principal?**

01 Custeio da atividade produtiva da família

02 Compra de máquinas e/ou equipamentos

98 Outro  
(especificar):

.....

.....

**BLOCO 7 – QUADRO OCUPACIONAL**

As questões deste bloco devem ser respondidas pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade ou por alguém que por elas possa responder, inclusive pelas que não exerceram nenhum tipo de trabalho nos últimos 12 meses.

**52 Quadro ocupacional para as pessoas de 10 anos ou mais relativo aos últimos 12 meses (inclusive beneficiário)**

- d. Quantos meses trabalhou nos últimos 12 meses?  
 e. Qual a sua ocupação principal?  
 f. Qual a relação de trabalho ou posição na ocupação, no estabelecimento, negócio ou função declarada?  
 g. Qual o ramo de atividade em que exerceu a ocupação declarada?  
 h. Qual o local de ocupação da atividade declarada?  
 i. Qual o rendimento da ocupação principal na atividade declarada?  
 j. Qual a periodicidade com a qual recebe este rendimento principal?

|    | a. Grau de Parentesco com Beneficiário<br>TC1 | b. Sexo<br>TC2 | c. Idade (Anos) | d. Nº de Meses Trab. no período considerado<br>TC3 | e. Ocupação principal | f. Rel. de Trab. ou Posição na Ocupação<br>TC4 | g. Ramo de Atividade<br>TC5 | h. Local de Ocupação<br>TC6 | i. Rendimento da Ocupação Principal | j. Periodicidade do Recebimento<br>TC7 |
|----|---|----------------|-----------------|--|-----------------------|--|-----------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|--|
| 1  | Beneficiário                                  |                |                 |  |                       |  |                             |                             |                                     |  |
| 2  |   |                |                 |  |                       |  |                             |                             |                                     |  |
| 3  |   |                |                 |  |                       |  |                             |                             |                                     |  |
| 4  |   |                |                 |  |                       |  |                             |                             |                                     |  |
| 5  |   |                |                 |  |                       |  |                             |                             |                                     |  |
| 6  |   |                |                 |  |                       |  |                             |                             |                                     |  |
| 7  |   |                |                 |  |                       |  |                             |                             |                                     |  |
| 8  |   |                |                 |  |                       |  |                             |                             |                                     |  |
| 9  |   |                |                 |  |                       |  |                             |                             |                                     |  |
| 10 |   |                |                 |  |                       |  |                             |                             |                                     |  |

**TC1 – Grau de entesco**

- 01 Beneficiário  
 02 Cônjuge  
 03 Filho(a)  
 04 Parentes ou Afins  
 05 Pai/mãe  
 06 Agregados  
 98 Outros (especificar)

**TC2 – Sexo**

- 01 Masculino  
 02 Feminino

**TC3 – Meses Trabalhados**

- 99 Não trabalhou

**TC4 – Relação de Trabalho na Ocupação**

- 01 Conta própria  
 02 Assalariado  
 03 Meeiro/Parceiro  
 04 Arrendatário  
 05 Diarista  
 06 Ganha por Produção  
 07 Ganha por Empreitada  
 08 Ajudante da Família  
 09 Empregador  
 97 Não se aplica  
 98 Outros (especificar)

**TC5 – Ramo de Atividade**

- 01 Agropecuária  
 02 Extrativismo e Floresta  
 03 Pesca  
 04 Mineração  
 05 Indústria  
 06 Comércio  
 07 Serviços  
 08 Transporte  
 09 Construção Civil  
 10 Produção Doméstica (artes ou indústria caseira)  
 97 Não se aplica  
 98 Outros (especificar)

**TC6 – Local de Ocupação**

- 01 No domicílio sem local exclusivo  
 02 No domicílio com local exclusivo  
 03 Na via pública com equipamento pesado  
 04 Na via pública com equipamento leve ou sem  
 05 Empresa ou firma  
 06 No Estabelecimento Rural  
 07 Em casa do cliente ou patrão  
 97 Não se aplica  
 98 Outros (especificar)

**TC7 – Periodicidade do Recebimento**

- 01 Mensal  
 02 Anual  
 97 Não se aplica  
 98 Outros (especificar)



## BLOCO 9 – UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS E AUTOCONSUMO

As respostas a seguir devem ser obtidas do chefe do domicílio ou pessoa por ele autorizada.

**57 Este Domicílio obteve nos últimos 12 meses produtos agropecuários, originários de estabelecimento rural próprio ou de terceiros, para autoconsumo?**

01 Sim

02 Não

—————▶ Pule para a questão 59

**58 Especifique, em até 10, os principais produtos, originários de estabelecimento rural próprio ou de terceiros, consumidos ou armazenados para autoconsumo e as suas respectivas quantidades**

| Espécie | Quantidade | Unidade | Observações |
|---------|------------|---------|-------------|
| 1       |            |         |             |
| 2       |            |         |             |
| 3       |            |         |             |
| 4       |            |         |             |
| 5       |            |         |             |
| 6       |            |         |             |
| 7       |            |         |             |
| 8       |            |         |             |
| 9       |            |         |             |
| 10      |            |         |             |

**59 Nos últimos doze meses, teve alguma despesa ou perda material, não previstas, para as quais teve de gastar parte importante de sua renda familiar?**

01 Sim

02 Não

—————▶ Pule para a questão 63

**60 Que tipo de gastos ou perdas extraordinárias o Sr.(a) teve nos últimos doze meses e quais os valores correspondentes?**

| Item                              | Despesa em R\$ dos últimos 12 meses |
|-----------------------------------|-------------------------------------|
| 01 Despesas de Consumo            |                                     |
| 02 Despesas de Produção           |                                     |
| 98 Outras Despesas (especificar): |                                     |

**61 Algum dos gastos ou perdas extraordinárias citados na questão anterior ocorreu no último mês?**

01 Sim

02 Não

—————▶ Pule para a questão 63

**62 Qual o tipo e o valor do gasto citado no último mês?**

| Item                              | Despesa em R\$ no mês anterior |
|-----------------------------------|--------------------------------|
| 01 Despesas de Consumo            |                                |
| 02 Despesas de Produção           |                                |
| 98 Outras Despesas (especificar): |                                |

- 63 Dos seus gastos normais e previsíveis realizados no último mês ou nos últimos 12 meses (exceto despesas extraordinárias que declarou nas questões anteriores), estime o valor para os seguintes itens.**

| Despesas de Consumo                            | Despesa em R\$ | Periodicidade dos Gastos TC1 |
|--|----------------|------------------------------|
| 1. Alimentos e Material de Higiene e Limpeza   |                |                              |
| 2. Transporte                                  |                |                              |
| 3. Saúde                                       |                |                              |
| 4. Educação                                    |                |                              |
| 5. Vestuário e calçado                         |                |                              |
| 6. Habitação (Água, Energia, Aluguel)          |                |                              |
| 7. Serviços Pessoais                           |                |                              |
| 8. Recreação (Lazer)                           |                |                              |
| Despesas de Produção                           | Despesa em R\$ | Periodicidade dos Gastos TC1 |
| 9. Custeio de atividades produtivas da família |                |                              |
| 10. Arrendamento da terra                      |                |                              |
| Outras Despesas                                | Despesa em R\$ | Periodicidade dos Gastos TC1 |
| 11. Ajuda a amigos ou parentes                 |                |                              |
| 12. Utensílios domésticos                      |                |                              |
| 98. Outros (especificar):                      |                |                              |

**TC1**  
**Periodicidade dos gastos**  
 01 Mensal  
 02 Anual

- 64 Especificar os Bens Patrimoniais comprados nos últimos 12 meses (por exemplo, máquinas, equipamentos, animais, etc.):**

| Item | Valor de Compra em R\$ |
|------|------------------------|
|      |                        |
|      |                        |
|      |                        |

- 65 Especificar os Bens Patrimoniais vendidos nos últimos 12 meses (por exemplo, máquinas, equipamentos, animais, etc.):**

| Item | Valor de Venda em R\$ |
|------|-----------------------|
|      |                       |
|      |                       |
|      |                       |

- 66 Especifique as dívidas da família no momento da entrevista**

|                                       |     |       |
|---------------------------------------|-----|-------|
| 01 Bancos – Crédito pessoal           | R\$ | ..... |
| 02 Bancos – Crédito rural             | R\$ | ..... |
| 03 Familiares e Terceiros             | R\$ | ..... |
| 04 Farmácia, Mercado e Açougue        | R\$ | ..... |
| 05 Armazém de Construção              | R\$ | ..... |
| 06 Lojas de Eletrodoméstico ou Móveis | R\$ | ..... |
| 98 Outro (especificar):               | R\$ | ..... |
|                                       | R\$ | ..... |



## **ANEXO II - Relação dos Municípios Selecionados na Pesquisa do IPEA**

### **RIO GRANDE DO SUL**

|                     |                      |                |
|---------------------|----------------------|----------------|
| Alegrete            | Júlio de Castilhos   | Três Passos    |
| Arroio do Tigre     | Lajeado              | Venâncio Aires |
| Arroio Grande       | Lavras do Sul        | Vera Cruz      |
| Bom Jesus           | Panambi              | Veranópolis    |
| Butiá               | Passo Fundo          | Viadutos       |
| Cachoeira do Sul    | Pelotas              | Viamão         |
| Caiçara             | Porto Alegre         |                |
| Camaquã             | Protásio Alves       |                |
| Campo Bom           | Redentora            |                |
| Campo Novo          | Rio Grande           |                |
| Cândido Godói       | Rio Pardo            |                |
| Canguçu             | Rolante              |                |
| Casca               | Ronda alta           |                |
| Constantina         | Santa Cruz do Sul    |                |
| Cruz Alta           | Santa Maria          |                |
| Dom Pedrito         | Santana da Boa Vista |                |
| Encruzilhada do Sul | Santiago             |                |
| Entre Rios do Sul   | Santo Angelo         |                |
| Espumoso            | São Borja            |                |
| Estação             | São Gabriel          |                |
| Estrela             | São Nicolau          |                |
| Farroupilha         | São Sebastião do Caí |                |
| Fontoura Xavier     | São Sepé             |                |
| Humaitá             | São Vicente do Sul   |                |
| Igrejinha           | Tapejara             |                |
| Iraí                | Terra de Areia       |                |

**SANTA CATARINA**

Agronômica

Alfredo Wagner

Anita Garibaldi

Apiúna

Benedito Novo

Biguaçu

Brusque

Caçador

Caibi

Concórdia

Criciúma

Curitibanos

Dona Emma

Guarujá do Sul

Imbituba

Joinville

Maracajá

Navegantes

Papanduva

Pinhalzinho

Piratuba

Rio Negrinho

São Carlos

São João do Sul

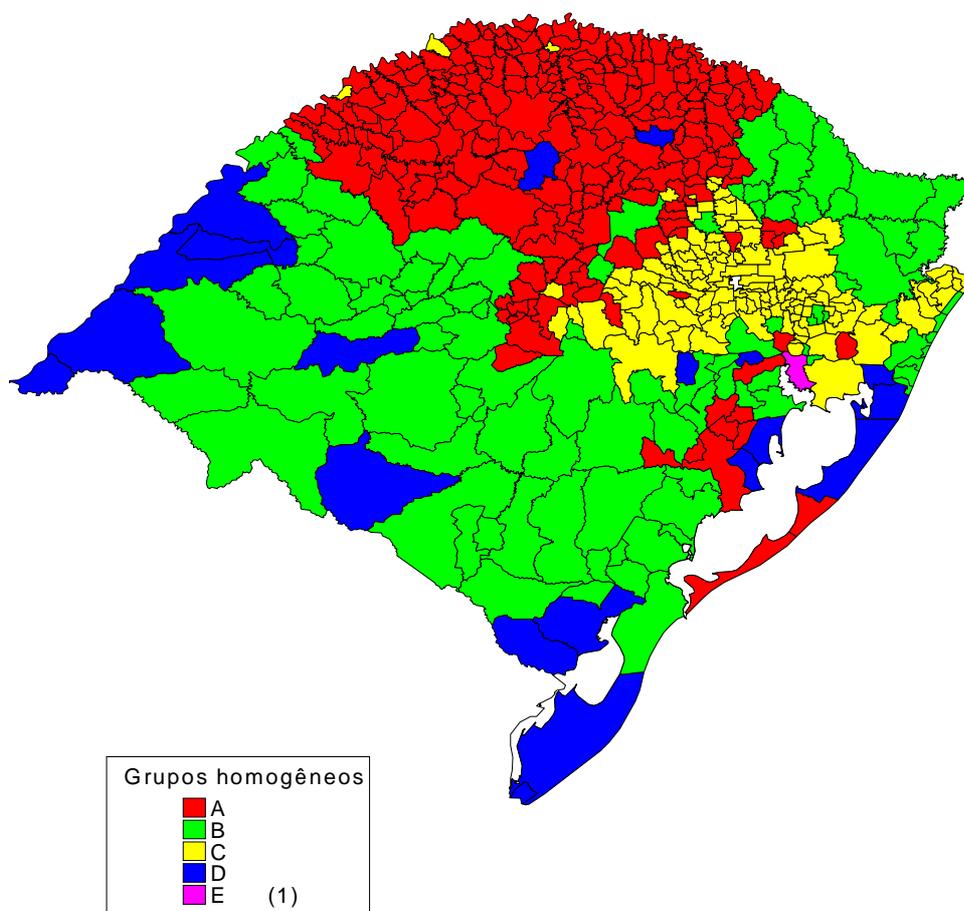
São Joaquim

Marema

Nova Erechim

## PARANÁ

|                          |                          |                        |
|--------------------------|--------------------------|------------------------|
| Adrianópolis             | Jataizinho               | Santa Izabel do Oeste  |
| Almirante Tamandaré      | Jundiá do Sul            | São José das Palmeiras |
| Altonia                  | Londrina                 | São Mateus do Sul      |
| Amaporã                  | Mandirituba              | São Pedro do Ivaí      |
| Arapongas                | Manoel Ribas             | São Pedro do Paraná    |
| Barbosa Ferraz           | Mariluz                  | Senges                 |
| Bela Vista do Paraíso    | Maringá                  | Tapejara               |
| Cambará                  | Miraselva                | Telemaco Borba         |
| Cambira                  | Moreira Sales            | Terra Boa              |
| Campina da Lagoa         | Nossa Senhora das Graças | Terra Roxa             |
| Campo Mourão             | Nova Esperança           | Umuarama               |
| Capitão Leônidas Marques | Nova Santa Rosa          | União da Vitória       |
| Cascavel                 | Paiçandú                 |                        |
| Chopinzinho              | Paranacity               |                        |
| Cidade Gaúcha            | Paranaguá                |                        |
| Clevelândia              | Pranchita                |                        |
| Corbélia                 | Primeiro de Maio         |                        |
| Curitiba                 | Quedas do Iguaçu         |                        |
| Curiúva                  | Reserva                  |                        |
| Foz do Iguaçu            | Rio Branco do Sul        |                        |
| Francisco Beltrão        | Rolândia                 |                        |
| Grandes Rios             | Roncador                 |                        |
| Guarapuava               | Rosário do Ivaí          |                        |
| Inácio Martins           | Salto do Itararé         |                        |
| Irati                    | Santa Amélia             |                        |
| Japira                   | Santa Cecília do Pavão   |                        |

**ANEXO III - Grupos Homogêneos Rio Grande do Sul****Mapa 2 - Grupos Homogêneos**

Fonte: Schneider e Waquil (2000a e 2000b).

## **ANEXO IV - Roteiros das Entrevistas da Pesquisa de Campo**

### **ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM BENEFICIÁRIOS**

- 1) Identificação do entrevistado (nome, sexo, idade, escolaridade, etc.).
- 2) Identificação da família (número de filhos, número de pessoas residentes no domicílio, etc.).
- 3) Que tipo de benefício (s) o Sr. (a) recebe da Previdência Social? Desde quando recebe?
- 4) Como o Sr. (a) se sente tendo o direito a receber mensalmente o benefício da Previdência Social? Principalmente se o entrevistado não recebia o benefício antes das mudanças introduzidas pela Constituição de 1988.
- 5) O que o Sr. (a) poderia descrever que mudou em sua vida e de sua família desde que começou a receber o benefício? Solicitar que o entrevistado comente o que foi possível fazer/realizar após o recebimento do benefício, que não era possível fazer/realizar antes de recebê-lo?
- 6) O fato de passar a receber uma renda mensal através da aposentadoria/pensão mudou sua posição (status) dentro da família? Solicitar ao entrevistado que comente se ocorreu alguma mudança nas relações familiares depois que começou a receber o benefício (hierarquia, convívio familiar, importância/valorização do idoso, etc.).
- 7) Há outra pessoa (s) no domicílio que recebe algum tipo de benefício? Que tipo?
- 8) Verificar se as pessoas do domicílio dependem financeiramente do beneficiário.
- 9) Quais são os principais gastos da família?
- 10) Identificação da propriedade: tamanho, atividade predominante, tipo de produtos, nível tecnológico, produção mensal/anual, mão-de-obra utilizada.
- 11) Qual o destino da produção (comércio, indústria, cooperativa, sustento da família, etc.)?
- 12) Houve mudanças nas atividades rurais do domicílio nas últimas décadas (tipo de atividade, etc.)? Solicitar que o entrevistado comente o processo (motivo da mudança, conseqüências, etc.).

- 13) Quem é o chefe do domicílio? Quem é responsável pelo gerenciamento da produção?
- 14) Qual é a principal fonte de renda do domicílio? Essa renda é suficiente para suprir as necessidades familiares?
- 15) De que forma a renda do benefício é utilizada no domicílio? É utilizada na atividade produtiva? Em caso da resposta ser positiva, solicitar que o entrevistado descreva que importância atribui ao benefício para a viabilidade da produção.
- 16) Se não houvesse a renda mensal do benefício, seria possível dar continuidade à atividade produtiva?
- 17) Atualmente, existe algum tipo de financiamento da atividade produtiva? Em caso de não haver financiamento/crédito tradicional, verificar se o motivo deve-se à renda do benefício que é utilizada na atividade produtiva.
- 18) Em algum momento o Sr. (a) pensou em abandonar a atividade rural e/ou deixar de morar no meio rural? Em caso de resposta positiva, solicitar que o entrevistado comente o motivo. O fato de receber o benefício influenciou sua decisão em permanecer no meio rural?
- 19) Atualmente a família recebe algum tipo de ajuda, como sacola econômica ou ajuda financeira? De quem recebe a ajuda (entidade, governo, parentes, etc.)?
- 20) Algum membro da família exerce alguma atividade fora do domicílio? Em caso de resposta positiva: em qual atividade? Qual foi o motivo que o levou a procurar trabalho em outra atividade, foi escolha pessoal/profissional, busca de especialização, necessidade financeira?
- 21) Algum membro da família encontra-se desempregado? Se a resposta for positiva, ver se a pessoa (s) contribuía financeiramente com as despesas do domicílio e/ou com as atividades produtivas e como fica a situação financeira da família com o desemprego.
- 22) Há algum filho (a) casado (a) que mora no mesmo domicílio? Se a resposta for positiva, perguntar se mora junto desde que se casou ou voltou a morar com os pais por algum outro motivo (desemprego, etc.).
- 23) Que avaliação o Sr. (a) poderia fazer da situação econômica e social de sua família antes e após o recebimento do benefício?

- 24) Quais as formas de lazer da família? Há participação em atividades na comunidade local? Como é a participação? Houve mudanças quanto ao lazer/participação em outras atividades após o recebimento do benefício? Verificar se o benefício contribuiu de alguma forma para a inserção do beneficiário e/ou da sua família nas atividades sociais/comunitárias (status).
- 25) Qual é a sua opinião sobre os serviços prestados pela Previdência Social na sua cidade (ou região)? O atendimento é satisfatório? Existe alguma dificuldade/problema com relação ao acesso aos serviços? O que poderia melhorar?
- 26) Qual sua opinião sobre os serviços de assistência rural prestados no município (Emater, Sindicato, Prefeitura, etc.)?

## **ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DOS SINDICATOS RURAIS**

- 1) Identificação do entrevistado (nome, ocupação, etc.).
- 2) Quais as principais características dos beneficiários da Previdência Rural no município?
- 3) Quais foram as transformações que ocorreram na agricultura do município nas últimas décadas e quais as conseqüências para os agricultores? Pedir para relatar o processo: o que mudou, por que houve a mudança, o que contribuiu para isso, etc.
- 4) Como é a atuação desta entidade junto aos trabalhadores rurais do município? Pedir para que o entrevistado descreva o trabalho que é desenvolvido no município.
- 5) Quais são as principais políticas públicas de apoio e estímulo ao desenvolvimento da agricultura local? Quais são as prioridades? Qual a efetividade dessas políticas?
- 6) Diante das mudanças ocorridas na Previdência Rural, qual foi a repercussão no município? Qual o papel do sindicato e/ou representante dos trabalhadores rurais? Pedir para o entrevistado narrar os fatos importantes que aconteceram (se houve mobilizações políticas, reivindicações, etc.).
- 7) O que as mudanças ocorridas na Constituição Federal de 1988 significaram para os agricultores locais? O que essa política passou a representar social e economicamente para os trabalhadores rurais do município?
- 8) Qual a importância dos recursos das aposentadorias e pensões para a economia do município? Qual o principal destino da renda recebida pelos beneficiários (onde ocorre os maiores gastos: comércio, serviços, etc.)?
- 9) Qual a importância dos benefícios para a agricultura do município? Esses recursos estão favorecendo as atividades agrícolas? Qual o balanço que se poderia fazer sobre essa questão?
- 10) É possível que as aposentadorias e pensões sejam fatores que influenciem na tomada de decisão por parte dos agricultores em permanecer ou não morando no

meio rural e/ou continuar as atividades rurais que desenvolvem? Já ocorreu algum caso desse tipo no município?

- 11) As aposentadorias e pensões podem estar servindo como um seguro agrícola? É possível que os agricultores estejam utilizando os recursos dos benefícios como forma de substituição aos financiamentos/créditos tradicionais?
- 12) As aposentadorias e pensões rurais estão sendo um importante fator de alívio à pobreza rural no município? É possível que estejam contribuindo para a reprodução econômica e social dos agricultores do município?
- 13) Como é a atuação da Previdência Social no município (serviços, atendimento aos aposentados, esclarecimentos, etc.)?
- 14) Como é a participação dos agricultores na comunidade local? Solicitar que o entrevistado comente se existe uma forma de organização entre os agricultores, de que forma acontece, etc.?

## **ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM TÉCNICOS E REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL**

- 1) Identificação do entrevistado (nome, ocupação, etc.).
- 2) Características do município (população, grupo étnico predominante, atividades econômicas, etc.).
- 3) Características da agricultura local (tipo de agricultura e culturas predominantes, características das propriedades, produção, técnicas utilizadas, integração com agroindústrias, forma de comercialização, etc.).
- 4) Quais as transformações que ocorreram na agricultura do município nas últimas décadas? Pedir para relatar o processo: o que mudou, por que houve a mudança, como ocorreu, o que contribuiu, etc.
- 5) Pedir para que o entrevistado descreva o trabalho/atuação da assistência rural no município, destacando principais questões enfrentadas/verificadas junto aos agricultores locais.
- 6) Quais são as principais políticas públicas de apoio e estímulo ao desenvolvimento da agricultura local? Quais são as prioridades? Qual a efetividade dessas políticas?
- 7) Quais são as formas de financiamentos/créditos mais utilizadas pelos agricultores locais?
- 8) Qual a importância dos recursos das aposentadorias e pensões para a economia do município? Qual o principal destino da renda recebida pelos beneficiários (onde ocorre os maiores gastos)?
- 9) Qual a importância dos benefícios para a agricultura do município? Esses recursos estão favorecendo as atividades agrícolas?
- 10) É possível que as aposentadorias e pensões sejam fatores que influenciem os agricultores a permanecerem morando no meio rural e/ou continuarem as atividades rurais que desenvolvem?
- 11) As aposentadorias e pensões podem estar servindo como um seguro agrícola? É possível que os agricultores estejam utilizando os recursos dos benefícios como forma de substituição aos financiamentos/créditos tradicionais?

- 12) As aposentadorias e pensões rurais estão sendo um importante fator de alívio à pobreza rural no município? É possível que estejam contribuindo para a reprodução econômica e social dos agricultores do município?
- 13) Como é a participação dos agricultores na comunidade local? Solicitar que o entrevistado comente se existe uma forma de organização entre os agricultores, de que forma acontece, etc.?